



**CEPPAC**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS**

**AS ORGANIZAÇÕES INDÍGENA E CAMPONESA FRENTE AO  
CONFLITO ARMADO NO NORTE DO CAUCA, COLÔMBIA: UM  
ESTUDO DE CASO.**

**RENATA MORENO QUINTERO**

Dissertação apresentada ao Centro de Pesquisa e Pós-graduação Sobre as Américas da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Sônia  
Ranincheski

**BRASÍLIA – DF**  
**DEZEMBRO 2007**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS**

**AS ORGANIZAÇÕES INDÍGENA E CAMPONESA FRENTE AO  
CONFLITO ARMADO NO NORTE DO CAUCA, COLÔMBIA: UM  
ESTUDO DE CASO.**

**RENATA MORENO QUINTERO**

Banca Examinadora:

Profª Dra. Sonia Ranincheski (Presidente) – CEPPAC/UnB

Profª Dra. Regina Laisner - História, Direito e Serviço Social/ Unesp

Prof. Dr. Lucio Rennó - CEPPAC/UnB

**BRASÍLIA – DF**  
**DEZEMBRO 2007**

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi possível em primeiro lugar graças ao CEPPAC que de forma muito carinhosa me recebeu dentro de sua família e me deu ajuda financeira para a realização do meu trabalho de campo, também à ajuda da CAPES que por meio de uma bolsa de estudo, permitiu a realização do meu curso de mestrado, assim como minha estadia no Brasil. O ICS também contribuiu muito, fornecendo recursos importantes para o processamento dos dados utilizados na pesquisa.

A professora Sônia Ranincheski teve um papel fundamental na orientação deste trabalho, além de me encorajar o tempo todo na realização deste e no meu desenvolvimento acadêmico. A ela todo meu carinho e agradecimento.

O professor Leon Zamosc, da Universidade de Califórnia em San Diego, nos Estados Unidos, ajudou-me de forma muito generosa, enviando para mim um dos seus livros sobre o movimento camponês na Colômbia, fundamental para entender a história deste.

A confiança oferecida pelas organizações de estudo ACIN e ARDECANC foi decisiva para a realização do meu trabalho de campo. Apesar de suas múltiplas ocupações, estes corajosos camponeses e indígenas, me permitiram acesso a informação muito valiosa e me dedicaram tempo para conversar e responder minhas infinitas perguntas, portanto quero agradecer muito aos membros destas organizações.

Devido a minha condição de hispano-falante precisei muito de ajuda na correção do meu português escrito, que, aliás, ainda não acabou. Vários amigos muito queridos me ajudaram bastante com esta tarefa, me corrigindo e respondendo a minhas dúvidas, eles foram: a Iviane Cunha e a Deise Aparecida, minhas companheiras de casa, que alegraram também todos os meus dias no Brasil, Camilo Negri, companheiro do Ceppac, Adriana Dalla Ono, companheira da Proanima e o Bernhar Gobbi, quem se dedicou vários dias e noites na correção dos meus capítulos. A todos muito obrigada.

## SUMARIO

Lista de Quadros .....	7
Lista de Figuras .....	8
Lista de Abreviaturas.....	9
1. Introdução.....	12
1.1 Aspectos Metodológicos.....	18
1.1.1 Unidades de análise: associação indígena e camponesa.....	18
1.1.2 As fontes de informação.....	19
1.1.2.1 Fontes bibliográficas.....	19
1.1.2.2 Fontes documentais.....	19
1.1.2.3 Fontes audiovisuais.....	20
1.1.2.4 Fontes quantitativas.....	20
1.2.1 As Técnicas de Pesquisa.....	21
1.2.1.1 A entrevista semi-estruturada e em profundidade: atores, roteiro e percalços.....	22
1.2.1.2 A observação participante.....	24
1.2.1.3 Análise do discurso.....	24
1.3.1 O trabalho de campo: facilidades e dificuldades de pesquisa em região de conflito armado.....	25
1.3.1.1 O trabalho de campo na Colômbia.....	26
1.2 Estrutura do Trabalho.....	28
2. Discussão Teórica.....	31
2.1 Perspectivas de análise.....	34
2.1.1 A ação coletiva de interação estratégica.....	34
2.1.2 O aspecto cultural ou a cultura na política dos movimentos sociais.....	39
2.2 Grupos armados e a sociedade civil na Colômbia.....	41
2.2.1 A relação entre os atores armados e a população civil: o percurso da degradação?.....	42
2.2.2 A impossibilidade da organização social nas zonas de conflito armado.....	45
3. O conflito armado no norte do Cauca 2000-2005.....	48
3.1 Os atores armados na região do norte do Cauca: guerrilhas e paramilitares.....	48
3.2 Geografia do Conflito armado na zona norte do Cauca.....	51
3.2.1 A chegada dos paramilitares à zona do Cauca e o crescimento do conflito armado em 2000.....	53
3.2.2 Ano 2001: O ano mais duro do confronto. As AUC ganham território no norte do Cauca.....	55
3.2.3 O ano 2002: Aumenta a disputa territorial entre as FARC e as AUC enquanto cresce o deslocamento forçado de população civil.....	60
3.2.4 Ano 2003, O Confronto começa a minguar. As AUC declaram fim das hostilidades.....	62
3.2.5 Ano 2004: Cresce a disputa entre as FARC e o Estado na região.....	64
3.2.6 O ano 2005: A persistência do conflito armado na região.....	67
3.3 Camponeses e Indígenas afetados pelos grupos armados na região: discriminando atores e números.....	70
4. Como as oportunidades políticas influenciaram as formas atuais das organizações: a via pacífica dos indígenas e o enfraquecimento dos camponeses.....	74
4.1 Conformação do território do norte do Cauca.....	74
4.2 Governo conservador e consolidação da grande propriedade no campo: Começo do século XX:.....	76

4.3	Abertura das oportunidades, alianças entre o partido liberal no governo e os setores populares: 1920-1940. ....	78
4.4	Fechamento das oportunidades políticas, época de contra-reforma conservadora e começo da Violência: 1940-1960. ....	79
4.5	Nova abertura das oportunidades políticas, Nova aliança entre o governo liberal e os setores populares, etapa de reformismo e nascimento de fortes organizações camponesas e indígenas: 1960-1970 .....	81
4.6	Fechamento do sistema de oportunidades. Derrota do reformismo. Reação das elites e mudanças nos alinhamentos políticos: 1970-1984.....	84
4.6.1	Os indígenas desenvolvem cada vez mais sua própria organização.....	88
4.7	Nova abertura de oportunidades para os indígenas, reconhecimento dos direitos das minorias étnicas e perdas para os camponeses: 1984-1998. ....	91
4.7.1	A Constituição de 1991. ....	94
4.7.2	Os Camponeses, os perdedores na Constituição de 1991.....	96
4.7.3	Os efeitos da abertura econômica na região do norte do Cauca: enfraquecem os camponeses e sua organização.....	97
4.8	Fechamento das oportunidades políticas para indígenas e camponesas. Leis contrárias à pequena propriedade rural e crescimento da violência no campo: 1998 aos dias atuais. ....	99
5.	As características da organização indígena e camponesa: estruturas e formas de mobilização.....	103
5.1	A Organização Indígena: Institucionalização do movimento indígena, base da autonomia diante dos atores armados.....	104
5.1.2	Estratégias e mecanismos para defender o projeto indígena dos perigos e pressões do confronto armado na região. ....	109
5.1.3	As tensões dentro do movimento indígena: espaços para os grupos armados. ....	115
5.2	A Organização Camponesa: estrutura menos abrangente e representativa que a dos indígenas. ....	119
5.2.1	Estrutura Organizativa da ARDECANC: foco dos camponeses na produção agro-pecuária .....	121
5.2.2	Atitudes e respostas dos camponeses da ARDECANC diante da presença dos atores armados nos seus territórios.....	122
5.2.3	Diferenças da organização camponesa em relação á organização indígena.....	124
5.3	Formas de resistência dos indígenas ao conflito armado: repertórios de ação... ..	127
6.	Visões da organização indígena e camponesa em torno do conflito armado. ....	133
6.1	O discurso da organização indígena diante do conflito armado e a paz na Colômbia. ....	134
6.1.1	A Natureza do conflito armado na visão dos indígenas: a guerra contra pobres. ....	135
6.1.2	Os atores armados na visão dos indígenas: extremos ideológicos que não reconhecem a especificidade indígena. ....	137
6.1.3	Soluções para o conflito armado no país: Apoio dos indígenas à solução dialogada do conflito armado e à solução da crise social.....	142
6.1.4	As assembléias públicas como espaço de construção da visão dos indígenas sobre o conflito armado. ....	146
6.1.5	Espaços de difusão da posição indígena: encontros regionais, congressos nacionais e internacionais.....	148
6.2	As visões da Organização Camponesa diante do conflito armado e a paz na Colômbia e suas diferenças com a organização indígena.....	149

6.2.1 Natureza do conflito armado: Camponeses coincidindo com o discurso da guerrilha.....	149
6.2.2 Visões dos camponeses sobre os atores armados: a ajuda da guerrilha versus ataque dos paramilitares .....	150
6.2.3 Soluções para o conflito armado no país: o silêncio dos camponeses.....	151
7. Conclusões.....	156
Anexo 1: Material qualitativo coletado durante o trabalho de campo.....	165
Anexo 2. Quadros metodológicos capítulo 6. ....	170
BIBLIOGRAFIA .....	175

## Lista de Quadros

Quadro No. 1. Violência política registrada no Cauca 1999-2005.....	51
Quadro No. 2. Violência política (sem combates) registrada no norte do Cauca 2000 – 2005 .....	56
Quadro No. 3. Violência política e ações bélicas registradas que afetaram os indígenas e camponeses - Cauca 2000 – 2005 .....	70
Quadro No. 4. Violência política e ações bélicas registradas que afetaram a indígenas e camponeses do norte do Cauca 2000 – 2005.....	71
Quadro No. 5. Estratégias e mecanismos de resistência da organização Indígena. ....	115
Quadro No. 6. Características das Organizações camponesa e indígena na região. ....	127
Quadro No. 7. Quadro síntese. Diferenças nos marcos de significado ao redor do conflito armado das organizações indígena ACIN e camponesa ARDECANC no norte do Cauca. ....	153
Quadro No. 8. Visão sobre a natureza do conflito encontrada nas fontes analisadas (indígenas).....	170
Quadro No. 9. Visão sobre os atores do conflito armado encontrada nas fontes analisadas (indígenas).....	171
Quadro No. 10. Visão sobre as soluções do conflito armado encontrada nas fontes analisadas (indígenas).....	172
Quadro No. 11. Visão sobre a natureza do conflito encontrada nas fontes analisadas (camponeses).....	173
Quadro No. 12. Visão sobre os atores armados encontrada nas fontes analisadas (camponeses).....	173
Quadro No. 13. Visão sobre as soluções ao conflito armado encontrada nas fontes analisadas (camponeses).....	173

## Lista de Figuras

Gráfico No. 1 Norte do Cauca .....	52
Gráfico No.2. Ações de violência segundo ator armado no Norte do Cauca 2001-2005 .....	56



## **Lista de Abreviaturas**

ACIN: Associação de Cabildos Indígenas do Norte do Cauca.

ALCA: Acordo de Livre Comércio das Américas

ARDECANC: Associação Gremial Regional para o Desenvolvimento Camponês Nortecaucano

AUC: Autodefesas Unidas da Colômbia

ANUC: Associação Nacional de Usuários Camponeses

CINEP: Centro de investigação e educação popular

CRIC: Conselho Regional Indígena do Cauca

CTI: Centro técnico de investigações.

DAS: Departamento administrativo de segurança

D.I.H: Direito Internacional Humanitário

INCORA: Instituto Nacional de Reforma Agrária

ELN: Exército Nacional de Liberação

FARC: Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia

M-19: Movimento 19 de abril.

OEA: Organização dos Estados Americanos

TLC: Tratado de Livre Comércio

## **Resumo, Resumen, Abstract**

Comparam-se as formas em que o conflito armado afetou as organizações indígena e camponesa na região do norte do Cauca na Colômbia, e como estas organizações reagiram diante do conflito. Procura-se explicar por que a organização indígena resiste ativamente ao confronto e a camponesa não. São analisadas a dinâmica do conflito armado no período 2000-2005, comparadas as características organizativas e as visões sobre o conflito da organização indígena ACIN e da organização camponesa ARDECANC. O trabalho se apóia em duas perspectivas teóricas da ação coletiva Sydney Tarrow (1997), e Escobar, et. al., (2001). A comparação destas organizações mostrou que a organização indígena realiza resistência ativa ao conflito armado graças a características de sua organização e os elementos culturais e de identidade sustentam a resistência, possibilitam definições alternativas sobre o conflito armado e sobre a paz no país, apesar da forte presença de atores armados e atividades bélicas nos seus territórios.

Se comparan las formas en que el conflicto armado afectó a las organizaciones indígena y campesina en la región del norte del Cauca en Colombia, y cómo estas organizaciones reaccionaron ante el conflicto. Se busca explicar por qué la organización indígena resiste activamente a los actores armados y la campesina no. Son analizadas la dinámica del conflicto armado en el período 2000-2005, se comparan las características organizativas y las visiones sobre el conflicto de la organización indígena ACIN y de la organización campesina ARDECANC. El trabajo se apoya en dos perspectivas teóricas de la acción colectiva, Sydney Tarrow (1997) y Escobar, et al (2001). La comparación de estas organizaciones mostró que la organización indígena realiza resistencia activa al conflicto armado gracias a características de su organización y los elementos culturales y de identidad en la política de su movimiento, sustentan la resistencia y posibilitan definiciones alternativas sobre el conflicto armado y sobre la paz en el país, a pesar de la fuerte presencia de actores armados y actividades bélicas en sus territorios.

This work compare the ways in which the armed conflict affected the indigenous and peasant organizations at north of Cauca in Colombia, and how these organizations reacted in face of the conflict. Explaining why the indigenous organization can resist

actively to the armed actors and not the peasant organization is intended. The dynamic of the armed conflict during the 2000-2005 period is analyzed; the organizational features and the visions over the conflict of the indigenous organization ACIN and the peasant organization ARDECANC are compared too. This work is supported by two theories of the collective action, Sydney Tarrow's(1997) and Escobar's, et al (2001). The comparison between these organizations showed that the indigenous organization shows an active resistance to the armed conflict because of the characteristics of its organization and the cultural and identity elements supporting the resistance and the creation of alternative definitions over the armed conflict and the peace in the country, in spite of the strong presence of armed actor and war activities in their territories.

## **PALAVRAS CHAVES**

Português: Conflito armado, Colômbia, movimento indígena, movimento camponês, resistência civil.

Español: Conflicto armado, Colômbia, movimiento indígena, movimiento campesino, resistencia civil.

Ingles: Armed Conflict, Colombia, indigenous movement, peasantry movement, civil resistance.

# 1. Introdução

A Colômbia é o único país da América Latina que apresenta atualmente um conflito armado interno que se desenvolve há quarenta e dois anos. A formação da guerrilha tem suas raízes na época da violência partidarista dos anos cinquenta no país, quando se conformaram grupos de autodefesas camponesas liberais e comunistas na região andina do país, com o intuito de se defender das bandas armadas a serviço das elites conservadoras, no campo, e das forças do Estado. Como mecanismo para parar a violência, as elites dos partidos liberal e conservador criaram a Frente Nacional para se alternarem no poder. Após o fechamento da participação política para setores distintos desses dois partidos, estas autodefesas camponesas se tornaram as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia [FARC], com apoio do Partido Comunista, e se espalharam pelo país, junto a outros grupos guerrilheiros com orientações distintas, como o ELN [Exército de Liberação Nacional] e o EPL [Exército Popular de Liberação], desenvolvendo um projeto revolucionário de tomada do poder, com vistas à construção de um país socialista. No momento atual este grupo tem aproximadamente dezessete mil combatentes.

A política do Estado em face das guerrilhas tem sido, desde esta época, quase sempre de combate e perseguição militar, exceto por algumas épocas de tentativas de processos de paz, que até o momento não resultaram em avanços sérios e duradouros. O mais importante ato foi no ano 1985, que resultou na criação do partido da União Patriótica como proposta de integração na política democrática das FARC. Porém, a maioria dos seus membros foi assassinada e o partido acabou. Com a abertura política, formalizada na Nova Constituição de 1991, alguns movimentos guerrilheiros se desmobilizaram, como o M-19 [Movimento guerrilheiro dezoito de abril], o EPL e o Quintín Lame, e passaram a participar na institucionalidade política do país. No entanto, as FARC seguiram aumentando suas frentes com ajuda dos recursos provenientes do negócio do narcotráfico, que alimenta suas finanças desde a década de noventa, tornando mais complexo o conflito. Desde os anos oitenta começam aparecer também no país grupos de paramilitares a serviço de terratenentes e narcotraficantes, com escuras alianças com as forças do Estado, para combaterem as guerrilhas e defenderem

interesses locais e regionais, justificando suas ações na incapacidade do Estado de manter seu controle sobre todo o território nacional. Estes grupos se unificam e formam as Autodefesas Unidas da Colômbia [AUC] que realizam inúmeras ações de violações dos direitos humanos nas regiões onde agem, tentando acabar com as bases que sustentam o poder das guerrilhas, porém não conseguiram afetar significativamente estes grupos, com algumas exceções. O principal traço compartilhado pelos distintos autores que trabalham o tema do conflito na Colômbia para caracterizar o estado do confronto no país para o período que quero estudar (2000-2005) é o agravamento das confrontações e da crise humanitária sofrida pelas populações nas áreas de conflito, como resultado da não distinção entre combatente e não combatente por parte tanto das guerrilhas como dos paramilitares no desenvolvimento de suas ações.

Atualmente as AUC se encontram em processo de desmobilização com o governo do presidente Álvaro Uribe. Porém, novos grupos de paramilitares parecem estar se organizando e agindo em distintas regiões, segundo informes de organismos internacionais e nacionais de direitos humanos.

Esta dissertação visa trabalhar o tema do conflito armado na Colômbia, não desde os atores armados, senão desde o ângulo da sociedade civil organizada que vive no meio desse confronto.

Daniel Pècaut (2004) argumenta que, embora exista certo nível de urbanização do conflito, este afeta mais as regiões rurais e as periferias do território. O autor encontra uma correlação negativa entre o grau de presença institucional do Estado em uma região e a presença do conflito.

O resultado desta presença desigual do Estado e do conflito, segundo Pécaut, configura uma situação na qual há espaços do território nacional nos quais as instituições funcionam, se renovam, sua legitimidade se referenda, enquanto há outras onde o característico é uma situação prehobbesiana de guerra de todos contra todos. Afirma então que a guerra não afeta por igual a toda a sociedade, e fala da existência no país de uma nova dicotomia: “por um lado, uma sociedade ‘incivil’ imersa em umas relações de força, e por outro lado uma ‘sociedade civil’, que está tomando forma em certas regiões do país e que reivindica seu direito de cidadania” ( Pècaut: 2004, p.46).

Tendo como referência esta divisão entre “sociedade civil” e “sociedade incivil” de que fala Pécaut, mas sabendo que são distinções analíticas que na realidade não se apresentam de maneira pura, senão, como tendências, o presente trabalho pretende analisar a emergência destas formas de ‘sociedade civil’ que reivindicam um fazer político pacífico e uma prática democrática da cidadania em regiões onde tem predomínio a ‘sociedade incivil’ da que fala Pécaut, na forma de relações verticais e violentas de fazer política e dirimir os conflitos. As questões sobre as formas de organização da sociedade civil no meio desse confronto e os processos surgidos a partir destas formas para promoverem o aprofundamento da democracia no país, desde suas propostas e práticas em torno do conflito armado e da paz, são as que motivam a presente dissertação e às quais esta busca contribuir desde a análise social acadêmica.

#### **A Zona de estudo:**

O presente estudo se desenvolve na zona norte do Cauca, localizada no sudoeste da Colômbia. Realizar empiricamente a dissertação foi uma tarefa difícil em função do grau de incertezas sobre a segurança da região. No entanto, com a confiança conquistada, foi possível realizar a pesquisa e conseguir materiais inéditos para a comunidade científica.

Esta região, com 226.000 habitantes (65% de população rural e 35% urbana), apresenta uma dinâmica social muito interessante para a reflexão teórica. Vários dos atores sociais legais e ilegais que existem no país confluem nela, produzindo fenômenos contraditórios como o desenvolvimento de um forte confronto armado, formas violentas e desinstitucionalizadas de solução dos conflitos, mas algumas das mais fortes organizações sociais do país, que promovem propostas pacíficas de ação coletiva. Nesta zona fazem presença ambos os grupos armados do país, a guerrilha das FARC-EP (Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia, Exército Popular), desde os anos sessenta, e mais recentemente os grupos paramilitares das AUC (Autodefesas Unidas da Colômbia), a partir do ano 2000.

Esta região tem sido o berço de importantes organizações sociais de distintos grupos historicamente marginalizados do desenvolvimento regional, como os indígenas, os camponeses e os negros, destacando-se a organização indígena como a mais forte do

país, nomeada atualmente inclusive ao prêmio Nobel da Paz. Algumas destas organizações têm levado a cabo na região reivindicações de terras, de inclusão sociopolítica, de melhoria nas condições de vida para estas populações e têm levantado ainda a questionamentos das formas tradicionais de se fazer política e dos modelos de desenvolvimento econômico na região.

A existência destas organizações implica um desafio explicativo, pois muitas das análises sobre o confronto armado na Colômbia (Pécaut, 1997, Echandía, 1999 Cubides, 2004) falam das limitadas chances para a existência de formas organizativas autônomas da sociedade civil em um meio de uma forte presença dos atores armados. No entanto, na região de estudo apresentam-se tanto formas organizativas como formas de resistência em face aos atores armados. Das organizações existentes na região e que conseguiram sobreviver ao conflito armado, a indígena conseguiu sobreviver e desenvolver estratégias e propostas de resistência ativas, se contrapondo aos discursos dos atores armados, criando propostas sobre a paz na Colômbia e participando em diferentes espaços no país sobre este tema. Sobre esta organização está focado o presente estudo.

### **Objetivo de estudo:**

O presente trabalho de dissertação de mestrado tem como objetivo comparar as formas em que o confronto armado afetou as organizações indígena e camponesa na região do norte do Cauca da Colômbia, e como estas organizações reagiram em face desta situação (confronto armado), tentando explicar por que a organização indígena consegue fazer um tipo de resistência ativa ao confronto e a camponesa não.

Poderia se incluir a organização negra para fazer este contraste com a organização indígena, mas por razões de tempo da dissertação tive que limitar o estudo às duas organizações apenas. Escolheu-se a camponesa para fazer este exercício de contraste por apresentar uma maior diferença com a organização indígena em termos organizativos, o fato de não fazer ênfase no tema étnico e de apresentar uma maior proximidade no que diz respeito ao discurso da guerrilha.

O estudo concentra-se no período 2000-2005, pois é quando mais se agrava o confronto armado na região, em função da chegada dos grupos paramilitares das AUC. Para melhor contextualizar o tema, examina-se historicamente a organização indígena e camponesa na região para entender as formas atuais de ação destas duas organizações sociais.

Diferente do movimento indígena, o movimento camponês, que já foi muito forte nos anos setenta e participou ativa e amplamente dos processos de ocupação de terras ao longo do país, está na atualidade muito enfraquecido, carente de representação nacional e muito fragmentado, sendo questionável inclusive chamar de movimento social às organizações camponesas existentes hoje no país, entendendo movimento social como “um tipo de ação coletiva orientada para a mudança, em que uma coletividade de pessoas ou uma massa descentralizada é dirigida, de modo não-hierárquico, por um ator social” (Munck, 1997:1).

Estes movimentos poderiam ser vistos sob a perspectiva dos velhos e dos novos movimentos sociais. O movimento indígena, por se focar na questão da identidade e levantar questionamentos aos fundamentos da nação mestiça na Colômbia, por dirigir suas reivindicações para a sociedade civil além do Estado e por procurar mudanças na cultura política e nas estruturas sociais do país, pode caber dentro da definição feita para os novos movimentos sociais (Cohen, 1985). Enquanto o movimento camponês, mais focado nas reivindicações de classe e dirigindo seus reclamos para o Estado, poderia ser visto como um movimento de tipo velho. Porém, esta discussão foge aos objetivos da presente dissertação e não pretende ser desenvolvida aqui.

Parece conveniente, para realizar esta comparação, a utilização das teorias que falam da ação coletiva, como: a teoria da mobilização de recursos, desenvolvida principalmente por Charles Tilly e Sydney Tarrow, que faz ênfase aos elementos organizacionais e estratégicos da ação social, e as teorias dos novos movimentos sociais, que fazem ênfase aos elementos identitários e culturais que fornecem sentido à ação social e ajudam na criação de novos significados e conceitos nos discursos sociais. Estas teorias oferecem dimensões de análise (que serão explicadas no capítulo 2), nas quais podem estar as chaves para a compreensão das diferenças de reação das duas organizações – indígena e camponesa - face ao conflito armado na sua região. A



hipótese deste trabalho é, portanto, que as organizações que conseguem desenvolver alternativas nestas duas dimensões conseguem também se afastar mais dos grupos armados e criar estratégias e propostas de resistência frente a estes.

No que diz respeito à utilização dessas teorias, o presente trabalho levanta várias questões que podem ser importantes para reformular o escopo com que trabalham diante da realidade Latino-americana, como nas perspectivas de utilização conjunta destas teorias, apresentadas de forma comum na literatura sobre movimentos sociais como antagônicas e excludentes.

Na teoria de Sydney Tarrow, por exemplo, o Estado parece ser tomado como o referente único dos movimentos sociais e é representado como quem possui de forma inquestionável o monopólio da violência num país. No entanto, a realidade colombiana mostra a importância que têm também outros atores, como os grupos armados ilegais, na definição dos equilíbrios de poder nas regiões, assim como o fato dos movimentos sociais se defrontarem também com estes e tê-los como referências para as suas ações e reivindicações. Portanto, o Estado não seria o único referente para a ação dos movimentos sociais em países como a Colômbia, ampliando assim as variáveis na utilização desta perspectiva e criando um desafio teórico.

Em segundo lugar, a utilização conjunta destas teorias mostrou o caráter complementar e não excludente que representa o uso das dimensões com que trabalham estas duas teorias. Embora salientem aspectos diferentes da ação social, assim como diferentes alvos dos movimentos sociais, não se contrapõem substantivamente, pelo contrário, enriquecem a análise destes fenômenos quando examinadas ao mesmo tempo ambas dimensões que salientam de maneira isolada. Segundo a perspectiva de análise aqui desenvolvida, a categoria de marcos para a ação dentro da teoria de Sydney Tarrow pode servir como ponte entre as teorias que enfatizam os elementos identitários e culturais da ação coletiva, já que por meio destes marcos, o autor percebe a dimensão significativa ou simbólica da ação coletiva que dá sentido aos repertórios de confrontação do movimento, só que sem o alcance, a função e a ênfase que a outra teoria coloca para estes elementos.

## 1.1 Aspectos Metodológicos.

### 1.1.1 Unidades de análise: associação indígena e camponesa.

Para fazer a dissertação realizei estudo de caso nas seguintes unidades:

1) **Indígenas:** Associação de Cabildos<sup>1</sup> Indígenas do Norte do Cauca (**ACIN**). Criada em 1994, agrupa e representa aos Cabildos dos 17 resguardos localizados nos 8 municípios da zona norte do Cauca: Jambaló, Toribio, Caloto, Santander de Quilichao, Buenos Aires, Corinto, Miranda e Suárez. Esta Associação é reconhecida pelo Estado como entidade pública de caráter especial, sua função é apoiar a gestão dos Cabildos, coordenar atividades conjuntas e providenciar recursos para a zona. Está localizada no município de Santander de Quilichao, localizada a uma hora de Cali, capital do departamento do Valle do Cauca, principal capital do Sul-ocidente colombiano. Os indígenas da zona norte e membros desta organização pertencem à *etnia paez* ou *nasa*.

2) **Camponesa:** Associação Gremial Regional para o Desenvolvimento Camponês Nortecaucano (**ARDECANC**). Agrupa e representa a 29 organizações camponesas de distritos rurais de 5 municípios da zona norte do Cauca: Caldono, Caloto, Santander de Quilichao, Buenos Aires y Villa Rica. Criada em 1998, sua sede está localizada no município de Santander de Quilichao.

A organização indígena foi escolhida pela notoriedade que alcançou em nível nacional, através das ações de resistência ao conflito armado realizadas nos últimos anos. A organização camponesa foi escolhida como organização de contraste por estar presente na mesma região, ser uma associação de segundo nível que agrupa outras organizações dos distritos rurais e apresentar um comportamento diferenciado à organização indígena no que diz respeito a seu comportamento frente à situação de conflito armado.

Foram utilizados diferentes desenhos de pesquisa: o documental e sua estratégia de análise de documentos; o etnográfico e sua estratégia de estudo de casos. Em menor

---

<sup>1</sup> O Cabildo é quem representa e exerce a autoridade em cada resguardo (territórios indígenas reconhecidos desde o período colonial com características de indivisibilidade, irredutibilidade e inembargabilidade), mesmo sendo uma figura trazida pelos espanhóis, tem sido apropriado pelos indígenas como figura de poder nos seus territórios.

medida se utilizou o desenho de dados agregados. Esta opção metodológica levou à utilização de diversos materiais empíricos e fontes de informação como será apresentado em seguida.

### **1.1.2 As fontes de informação.**

#### **1.1.2.1 Fontes bibliográficas.**

A coleta da informação bibliográfica foi feita principalmente na Colômbia, embora a literatura especializada sobre os movimentos sociais e a pesquisa de documentos eletrônicos pela Internet tenha sido iniciada no Brasil. Na Colômbia foram consultadas: a Biblioteca da Universidade do Valle, da Universidade do Cauca e da Universidade Javeriana e os centros de documentação das organizações estudadas.

#### **1.1.2.2 Fontes documentais.**

##### a) Material secundário:

Embora o período escolhido para o presente estudo foi 2000-2005, foi preciso fazer uma seleção de textos sobre a história dos movimentos camponês, indígena e guerrilheiro no país para analisar seu percurso pela região e entender as raízes de suas formas atuais. Foram selecionadas algumas das obras mais importantes destes temas no país, reduzidas em número, mas com informações muito completas sobre estes tópicos. Este material foi usado principalmente no capítulo 4.

##### b) Arquivos das organizações indígena e camponesa:

Foi consultada uma variedade de fontes documentais primárias da organização indígena ACIN: o centro de documentação e o comitê de comunicações, ambos localizados no município de Santander de Quilichao. O acesso a este material foi permitido graças à aproximação feita com o coordenador desta organização durante meu trabalho de campo. Membros-chaves da organização me permitiram o acesso a documentos internos, trabalhos e escritos inéditos. Este material descrito no anexo 1, foi

muito grande e muito pertinente por tratar de distintas formas sobre o tema do conflito armado, motivo pelo qual tem um peso muito importante na presente dissertação.

No que diz respeito à organização camponesa, o material escrito foi coletado na ONG que presta assessoria a esta organização. É um material realizado pelos membros da ONG, sendo uma fonte secundária. Na sede da organização camponesa não se encontrou nenhum material escrito, pelo que o peso deste na dissertação não é muito grande.

### **1.1.2.3 Fontes audiovisuais.**

Coletou-se na sede da organização indígena documentários feitos por eles mesmos sobre seu processo organizativo, como sobre alguns acontecimentos relacionados com o conflito armado nos seus territórios. Este material foi importante para analisar as representações desta organização, por meio das imagens e símbolos escolhidos para produzir este material e como fonte de informação sobre a dinâmica da organização em momentos particulares. Este material está detalhado no anexo 1.

### **1.1.2.4 Fontes quantitativas.**

As fontes quantitativas, embora utilizadas em menor medida, se usaram para o capítulo 3. Trabalhou-se com o "Banco de Dados de Direitos Humanos e Violência Política na Colômbia<sup>2</sup>", elaborado pelo CINEP (Centro de investigação e educação popular) e Justicia y Paz<sup>3</sup>. Com base nos dados do Banco foi possível indicar a forma como o conflito armado afetou as populações indígena e camponesa na região de estudo.

---

<sup>2</sup> Segundo o marco conceitual utilizado pela Revista Noche y Niebla, se entenderá a Violência Política como aquela exercida como meio de luta político-social, já seja com o fim de manter, modificar, substituir ou destruir um modelo de Estado ou de sociedade, ou para destruir ou reprimir um grupo humano com identidade dentro da sociedade pela sua afinidade social, política, gremial, étnica, racial, religiosa, cultural ou ideológica, esteja ou não organizado. Em: [www.nocheyniebla.org](http://www.nocheyniebla.org)

<sup>3</sup> *Noche y Niebla. Panorama de Derechos Humanos y Violencia Política en Colombia*, Bogotá, CINEP & Justicia y PAZ.

Esta base de dados, disponível gratuitamente no site [www.nocheyniebla.org](http://www.nocheyniebla.org), se centra na descrição dos casos considerados violações aos Direitos Humanos, ao D.I.H e violência política, tais como: homicídios, ameaças, atentados, tortura, detenção arbitrária, bloqueio de vias, emboscada, sabotagem, seqüestro, violência sexual, feridos por métodos ilícitos, incursão (ataque inesperado e temporal nas principais instalações de um município e os quarteirões da força pública), pilhagem, ataque a objetivo militar, bens civis (os danos causados nestes bens), infrações contra o meio ambiente e combate. Especificando o local onde ocorrem, os atores armados comprometidos<sup>4</sup> e as vítimas.

A informação do Banco de dados permite analisar os fatos concretos do conflito e fornece uma dimensão geográfica e temporal precisa dos mesmos. A vítima é identificada como indígena ou camponesa, ou pertencente a uma organização indígena ou camponesa, ou como liderança indígena ou camponesa, segundo como aparece registrado o caso nas denúncias. Isto pode supor um sub-registro destas populações já que em muitos casos a vítima aparece como sem identificação ou simplesmente como “pessoa” sem fazer referência à sua categoria social.

Temos aqui como pressuposto que a distinção entre camponês e indígena na região é mais o menos clara, mesmo que ambos os grupos sociais se caracterizem por trabalharem a terra em formas de pequena agricultura familiar, os processos de identificação e organização acontecidos desde os anos oitenta na região, têm levado aos indígenas que moram nos resguardos e respondem à autoridade dos Cabildos a se auto-identificarem como indígenas e se diferenciarem dos camponeses da região. Pelo qual achamos em certa medida confiável a classificação das vítimas como indígenas ou camponeses.

### **1.2.1 As Técnicas de Pesquisa.**

O estudo se apoiou em três técnicas de pesquisa: a entrevista qualitativa semi-estruturada em profundidade, a observação participante e a análise do discurso.

---

<sup>4</sup> Sobre os atores armados, é importante esclarecer quais são estes. Além das AUC, Farc, Eln, Exército, Polícia, grupos de “limpeza social”, quando a informação da denúncia não permite inferir o responsável pelos fatos, aparecem relacionados estes como grupo armado, guerrilha, paramilitares ou sem informação.

### **1.2.1.1 A entrevista semi-estruturada e em profundidade: atores, roteiro e percalços.**

A entrevista semi-estruturada, em profundidade, é guiada por um conjunto de questões e temas para explorar, aplicadas por igual a todos os entrevistados, mas sem uma ordem de perguntas predeterminada. Uma das grandes vantagens desta técnica é a riqueza da informação qualitativa, intensiva e extensiva, que se obtém das opiniões e experiências dos entrevistados. Foram incluídas perguntas de acordo às funções do membro entrevistado, com o intuito de aprofundar nas especificidades das diferentes atividades da organização.

Foram realizadas onze entrevistas: seis entrevistas com membros da organização indígena (detalhadas no anexo1): duas lideranças indígenas, dois guardas indígenas, a encarregada das comunicações da organização e um professor indígena ativista histórico do movimento. Cinco entrevistas com membros da organização camponesa, representantes de distintas veredas, membros todos da junta diretiva da organização.

Os critérios de seleção dos entrevistados foram: a facilidade de acesso, que ocupassem posições chaves dentro do movimento, relacionadas com o tema de estudo e que estivessem dispostos a brindar a informação. Devido à tensa situação de ordem pública na zona, à escassez de tempo das lideranças e às prevenções existentes para responder perguntas sobre um tema como conflito armado nessa região, realizaram-se poucas entrevistas. Desta forma, as entrevistas, embora aparentemente em menor número são relevantes dadas às dificuldades de serem realizadas.

O roteiro das entrevistas foi composto assim:

1) um bloco de perguntas sobre a organização, sua história, seus objetivos, seus ganhos, seu percorrido pela região. Estas foram feitas para realizar o terceiro objetivo da dissertação - explicar por que a organização indígena consegue fazer um tipo de resistência ativa ao confronto e a camponesa não.

2) um bloco de perguntas sobre a forma em que afetou o confronto armado e os grupos armados as atividades e o trabalho da organização. Estas respondem ao primeiro

objetivo do problema de pesquisa: comparar as formas em que o confronto armado afetou as organizações indígena e camponesa.

3) um bloco sobre as formas em que a organização reagiu à situação de conflito, as propostas e estratégias de sobrevivência. Estas foram feitas para realizar o segundo objetivo da dissertação: como estas organizações reagiram em face desta situação (confronto armado) e para o terceiro objetivo da dissertação: explicar por que a organização indígena consegue fazer um tipo de resistência ativa ao confronto e a camponesa não.

4) um bloco sobre os conceitos e percepções que têm sobre os conceitos de autonomia e neutralidade, os atores armados do conflito e as soluções para conseguir a paz na Colômbia. Estas foram feitas para realizar o segundo objetivo da dissertação: como estas organizações reagiram em face desta situação (confronto armado) e o terceiro objetivo da dissertação: explicar por que a organização indígena consegue fazer um tipo de resistência ativa ao confronto e a camponesa não.

5) Por último, pedi para me contarem a forma como cada entrevistado começou na organização e sua própria experiência dentro dela.

Foi muito importante para acessar à informação como os entrevistados, o estabelecimento de relações prévias de confiança com as organizações de estudo, já que nestes ambientes qualquer pessoa fazendo este tipo de perguntas pode parecer suspeita<sup>5</sup>. O ambiente de conflito na região impossibilitou algumas visitas às atividades das organizações e fazia com que alguns temas dentro das entrevistas se tornassem de difícil conversa, como, por exemplo, a relação de alguns membros com os grupos armados ou os erros cometidos pelas lideranças<sup>6</sup>. Alguns materiais escritos internos coletados das organizações, graças às relações de confiança estabelecidas com alguns membros, ajudaram então a ampliar essa informação que era de difícil acesso nas entrevistas com pessoas de fora como era meu caso.

---

<sup>5</sup> Na seção sobre o trabalho de campo relato a forma na qual consegui estabelecer este tipo de relações.

<sup>6</sup> Pessoalmente eu acho que a informação obtida no momento do pós-conflito no país ou dentro de um processo de paz sério e verdadeiro vai revelar muitas coisas que, nas atuais condições, os pesquisadores do tema só podemos nos aproximar por deduções e interpretações de dados e fatos indiretos, mas é assim que se fazem análises de fenômenos sociais.

### **1.2.1.2 A observação participante.**

A observação é uma outra ferramenta na pesquisa social quando orientada para os objetivos desta. Uma das grandes vantagens desta técnica está em permitir o contraste entre o que falam, fazem e escrevem os atores sociais estudados. O uso desta é recomendável na análise de casos como este que pretende captar percepções e formas de ação de movimentos sociais ou organizações. Desta forma, a observação foi aplicada ao longo do trabalho de campo e por meio da participação direta nas atividades destas organizações como assembleias, foros, audiências públicas, reuniões internas e atividades na região, (detalhadas no anexo 1), bem como muitas conversas espontâneas com lideranças e membros de base no percurso destas atividades.

A observação focou-se nos conteúdos dos discursos das lideranças, nas relações destes com as bases, na criação de estratégias diante do conflito armado, na presença de aliados externos, nas atividades da organização e no ambiente sentido na região.

### **1.2.1.3 Análise do discurso.**

Desde a perspectiva teórica e metodológica que apóia esta dissertação<sup>7</sup>, os discursos não dizem respeito apenas às falas, o escrito faz parte deles. Cabe salientar que os discursos foram aqui considerados como um produto social e não somente como um ato individual. Considerou-se os discursos sempre associados com a posição que os sujeitos entrevistados ocupam nas redes de relações de poder, assim como com o contexto no qual são produzidos.

A análise do discurso focou-se na relação do discurso com o contexto em que é produzido e da sua articulação com as questões que levanta a pesquisa, examinando a coerência interna ao discurso e o contraste destes com os documentos. Para esta análise se fizeram quadros por categorias, que neste caso seriam os temas de: natureza do confronto, atores armados e soluções ao conflito. Categorias estas que estão relacionadas com os três objetivos da dissertação.

---

<sup>7</sup> BOURDIEU, Pierre (1982). *¿Qué significa hablar?*, Madrid, Ed. Akal.



Extraíu-se de cada fonte o que disse a respeito destes temas, considerando o contexto no qual o disse e se juntou tudo em uma matriz para a análise, uma para cada organização estudada. Interpretou-se então, a partir destes dados reunidos, o sentido geral dado para cada tema pelos membros de cada organização. Posteriormente, compararam-se as duas matrizes para identificar as distintas visões sobre o conflito.

Esta análise aplicou-se ao material escrito coletado das organizações, às entrevistas e aos discursos coletados nos eventos que assisti durante o trabalho de campo. Nos espaços descritos de observação participaram várias das lideranças mais importantes do movimento indígena da região, que realizaram vários discursos durante estes eventos, todos relacionados com o tema da situação de conflito armado nos seus territórios. Estes discursos foram um total de cinco e foram gravados junto com as outras intervenções de membros da organização nestes eventos. Devido à importância dos realizadores destes discursos, lideranças do movimento, e à pertinência dos temas sobre os que falavam para o problema da dissertação, estes discursos tiveram um peso significativo nas análises aqui apresentadas e foram utilizados principalmente no capítulo 6.

### **1.3.1 O trabalho de campo: facilidades e dificuldades de pesquisa em região de conflito armado.**

O Trabalho de Campo foi realizado entre o mês de janeiro e o mês de março de 2007 na zona norte do departamento do Cauca na Colômbia.

Para a coleta da informação que tinha estabelecido no meu projeto de dissertação, eu devia identificar as organizações camponesas, indígenas e negras<sup>8</sup> da minha região de estudo e nessas as pessoas chaves para entrevistar. A região de estudo é uma zona de distintos tipos de etnias, com predomínio da população negra e indígena, mas com a presença de mestiços e brancos distribuídos de maneira diferenciada nas zonas planas e altas da região<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Depois foi decidido tirar a organização negra do estudo para facilitar a realização dentro do prazo deste.

<sup>9</sup> Na primeira se desenvolve principalmente a agroindústria da cana que fez com que se desenvolveram aldeias de trabalhadores em seus redores que foram se urbanizando com o tempo, motivo pelo qual a população é principalmente urbana e operária, negra e mestiça. Na zona de baixa montanhosa, se desenvolve a pequena agricultura por parte de camponeses (negros e mestiços) e nas zonas mais altas se encontram os resguardos indígenas que desenvolvem a pequena agricultura. Como vemos, temos uma

A preparação do trabalho de campo começou no Brasil perguntando via e-mail a professores e colegas sobre estas organizações, mas a informação era quase nula e nas pesquisas pela *web* não aparecia muita coisa sobre estas organizações<sup>10</sup>. Finalmente, encontrei a referencia de uma organização camponesa chamada FENSUAGRO com presença no Cauca e, portanto, em condições de ser feita a comparação com a organização indígena. A chegada lá mostraria outra informação sobre esta organização.

### **1.3.1.1 O trabalho de campo na Colômbia.**

Algumas estratégias de abordagem foram necessárias. Consegui fazer contato com uma organização camponesa chamada ARDECANC que realizava trabalho conjunto com uma ONG na qual um dos meus professores da Colômbia era membro direto. Este professor me convidou para uma reunião da organização onde fui apresentada a todos os membros, os quais se mostraram muito dispostos a me ajudar com meu trabalho. Depois fui convidada por eles para uma reunião na região onde participariam organizações indígenas, negras e camponesas com o intuito de realizar um plano de desenvolvimento inter-étnico. Ali me apresentei ao presidente da organização indígena (ACIN) e lhe mostrei minha carta de certificação de estudos de mestrado no Brasil. Imediatamente ele mostrou-se muito interessado por mim. Combinamos em que eu realizaria meu trabalho de pesquisa sem problemas, mas com o compromisso de realizar no Brasil um trabalho de retribuição para eles que consiste na procura de articulação entre esta organização e o Movimento dos Sem Terra - MST.

Na pesquisa no campo encontrei finalmente duas organizações camponesas, ARDECANC e a ANUC (Associação Nacional de Usuários Camponeses), criada nos anos setenta. Esta última organização sob a condução de organizações de esquerda chegou a ter um grande ativismo social e político nesta década, mas na atualidade está muito enfraquecida e quase desintegrada no departamento, só fazendo presença em um dos quarenta e um municípios do departamento do Cauca e só com trinta e cinco

---

mistura entre atividade econômica e etnia que cria uma dificuldade na hora de diferenciar estes grupos de população

<sup>10</sup> Eu tinha realizado já uma pesquisa no ano 2004 sobre as organizações indígenas e negras da zona, pelo qual sabia sua localização e conhecia a forma de chegar até elas, mas sobre as camponesas não tinha informação alguma.

membros ativos. Por tanto, decidi fazer uma entrevista em profundidade com o presidente desta última organização e concentrar-me na primeira.

Depois destes primeiros contatos o trabalho foi relativamente contínuo, marquei entrevistas todas as semanas com os membros destas organizações, realizei visitas nas suas sedes na região, acompanhei algumas de suas atividades, assisti a vários eventos e reuniões internas.

A sede da organização indígena ACIN, fica no município de Santander de Quilichao. Mas como é a associação de Cabildos<sup>11</sup> da região muitas das atividades que acompanhei foram realizadas em outros municípios como Toribio, Corinto, Caloto, e em distintas veredas dentro destes. A sede da organização camponesa ARDECANC fica no município de Santander de Quilichao, mas como é uma associação de organizações das veredas, várias das entrevistas e atividades que acompanhei foram realizadas em outros municípios da zona norte como Villarica e Caloto, e nas veredas destes municípios.

O acesso a estes locais é difícil por estarem localizados em zona rural e muitos deles não contam com serviço de transporte público eficiente nem com estradas pavimentadas. Para chegar a muitos dos distritos rurais tive que pegar serviço de moto privado que é prestado por pessoas da região que esperam os passageiros nas paradas dos ônibus que vêm de Cali - é um serviço ilegal e sem as condições de segurança para os passageiros. Já quase no final do meu trabalho de campo recebi a advertência de me cuidar destas pessoas já que muitos deles eram paramilitares.

Embora a guerrilha fizesse presença contínua na zona do Cauca, nunca os vi diretamente, mas sua presença se sentia permanentemente na zona. Por exemplo, na última assembléia da organização indígena que acompanhei começou a circular um panfleto com ameaças a várias das lideranças indígenas que eu tinha entrevistado, por suas alocações públicas contra o grupo guerrilheiro. Mas, nunca tive problemas com eles, nem interferiram no meu trabalho.

---

<sup>11</sup> Grêmio tradicional das comunidades indígenas que representa a máxima autoridade política dos Resguardos (parcialidades indígenas).

Ao longo do período de minha permanência na região do Cauca, ocorreu um confronto interno entre o grupo indígena, no qual interveio uma organização camponesa com influência guerrilheira da região e isto fez com que eu tivesse que parar minhas visitas nas zonas indígenas, já que os camponeses bloquearam as estradas e impediram o acesso dos ônibus públicos e transportes privados, queimando inclusive um ônibus da organização indígena. Os membros da organização indígena conseguiram ter acesso à zona por vias diferentes, mas não recomendaram que eu fosse. Esta situação se manteve por uma semana, quando as condições se normalizaram eu consegui voltar na zona.

Embora o clima político na região fosse sempre tenso, sobretudo pelas notícias dos jornais que informavam dos atos da guerrilha e pelas informações da presença de novos grupos paramilitares, sentia-se muita menos tensão do que na época em que fazia presença ativa o Bloque Calima das Autodefensas, quando o acesso a muitas zonas era impossível e muitas ONGs tiveram que sair da região, como registravam os jornais.

Na visita à sede da organização indígena localizada no município de Santander de Quilichao, entrevistei o encarregado da área de direitos humanos da organização, recebi dele uma grande quantidade de material escrito da organização, vídeos sobre a organização, que junto às entrevistas e o material gravado nos eventos públicos constituem um amplo e rico material para a análise.

Coisa semelhante não aconteceu nas organizações camponesas. Enquanto a organização indígena apresenta uma infra-estrutura muito boa nas suas sedes, com muitos computadores, escritórios e grande quantidade de pessoas trabalhando, as camponesas funcionam em sedes com uma infra-estrutura muito fraca, onde têm muitos poucos computadores que estão quase sempre estragados, e onde não se percebe essa quantidade de pessoas cumprindo funções e tarefas diferenciadas.

## **1.2 Estrutura do Trabalho.**

O presente trabalho divide-se em cinco capítulos além da introdução.

Um **segundo capítulo** sobre as perspectivas teóricas da dissertação e da pertinência destas para o objeto de estudo, complementado com um sub-capítulo onde se examina o que disseram os distintos autores sobre o conflito armado na Colômbia.

O **terceiro capítulo** examina a dinâmica do conflito armado na região e as principais consequências sobre as organizações camponesa e indígena, a partir da análise dos dados do “Banco de Dados de Direitos Humanos e violência política na Colômbia”. O objetivo deste capítulo é mostrar o tipo de atores armados na região, a forma na qual o conflito afetou a população indígena e camponesa para depois analisar a forma como as organizações reagiram em face desta presença nesse período de tempo.

O **quarto capítulo** se concentra nas estruturas das oportunidades políticas segundo a perspectiva de Tarrow (1997) com vistas a identificar alguns elementos de diferença entre as dinâmicas da organização indígena e a camponesa que expliquem as configurações atuais destas duas organizações e que podem ficar invisíveis apenas na análise das dimensões de organização e política cultural.

O **quinto capítulo** compara as formas organizativas durante a etapa mais crítica do conflito armado da organização camponesa e a indígena, utilizando a teoria da mobilização de recursos de Tarrow (1997). Este capítulo visa entender quais são as características da organização indígena que possibilitam as respostas de resistência ativa que sustenta e quais são as características da organização camponesa.

O **capítulo sexto** trabalha sobre os campos de significado alternativos das organizações sociais no processo de resistência em face dos atores armados, utilizando a perspectiva cultural dos movimentos sociais e ressaltando os aspectos identitários e culturais da ação coletiva. Examina como as organizações se distanciam ou aproximam das propostas e conceitos dos grupos armados e propõem outras definições sobre o conflito armado no país.

Finalmente o **capítulo de Conclusões** apresenta os principais resultados da comparação entre as duas organizações no que diz respeito à forma como as afetou o confronto, suas estratégias organizacionais e criação de conceitos e definições de resistência face à presença dos atores armados, tentando explicar, baseado nesta

comparação, por que a organização indígena consegue desenvolver propostas e ações concretas a respeito do tema do confronto armado na região e a camponesa não.

## 2. Discussão Teórica

Diversos autores na Colômbia, como Jorge Hernández (2002, 2004), Fernando Cubides (2004), Maria Clemência Ramírez (2001, 2004), Álvaro Camacho e Nora Segura (2004), trabalham com o conceito de resistência civil para dar conta dos processos que foram gerados na década de 1990 pela população civil<sup>12</sup>. A partir desse decênio, começaram a germinar formas de ação coletiva não violenta para responder aos efeitos do conflito armado na população desarmada, como os deslocamentos forçados, a desintegração social, a instabilidade da vida diária, entre outros, e para testar maneiras de buscar a paz. Desenvolveram-se assim vigorosos esforços pacifistas, por iniciativa de comunidades rurais e urbanas em distintas regiões do país, nos quais se pretendia aplicar o conceito de resistência civil.

Esse conceito é importante para trabalhar o tema desta dissertação. Pois o conceito de resistência civil enfatiza as tendências integrativas da sociedade no meio de um confronto e a resposta ativa a esses efeitos nocivos da guerra. Assim mostra que, apesar dos efeitos prejudiciais do conflito sobre os atores sociais e as tendências individualizantes que predominam nesses ambientes, as organizações sociais em distintos graus conseguem resistir a essas pressões e sobreviver ativamente ao confronto, reclamando amiúde posições de neutralidade e autonomia em face dos atores armados.

Jorge Hernández, um dos autores que mais tem trabalhado o conceito de resistência civil na Colômbia, define tal conceito como um tipo de ação coletiva não violenta, realizada por setores da sociedade não estatais, que se opõe aos efeitos negativos da guerra e aos atores armados e inclui a definição de projetos próprios de sociedade. Segundo o autor,

a resistência civil se opõe aos efeitos nocivos que a guerra produz e se opõe a seus protagonistas, embora não por isso, ao menos não em todos os casos, é uma atitude puramente reativa; em muitas oportunidades busca também afirmar projetos próprios de

---

<sup>12</sup> Criaram-se por exemplo zonas especiais chamadas Comunidades de Paz, em regiões de forte presença de atores armados, como San José de Apartado no Urabá antioquenho, onde os moradores se declararam neutrais e não participantes do conflito armado. A capital do país, Bogotá, também foi cenário de grandes e massivas manifestações e passeatas rejeitando os atores armados e pedindo a paz, convocadas pelo prefeito da cidade Antanas Mockus.

sociedade, diferentes dos que arranjam guerrilheiros e paramilitares. É desarmada e protagonizada por setores da sociedade à margem da opinião dos agentes estatais, embora em certos casos os prefeitos municipais sejam promotores de dita resistência. Simultaneamente é não militar e não estatal, normalmente antimilitarista, mas não necessariamente antiestatal. (Hernández, 2004: 211)

Então, a resistência civil não implica apenas a criação de formas de defesa e organização perante as dificuldades que um confronto cria para a vida social, mas pode apresentar uma ressignificação dessa vida no meio desse confronto, e, além disso, ultrapassar os contextos de sobrevivência para pensar a política e a sociedade em geral. Os movimentos que praticam a resistência civil podem gerar, como resultado de sua resistência ativa, projetos e definições alternativos sobre o tema da guerra e da paz diferentes dos agenciados pelo Estado e pelos grupos armados, colocando-se, assim, na disputa, sobre esses temas dentro da arena política. Por isso é tão importante a pergunta pelos significados das definições criadas por esses movimentos para se opor à guerra e aos atores armados.

Surgem então dois tipos de elementos que parecem ser fundamentais para que esses movimentos de resistência se desenvolvam. Por um lado, os elementos organizacionais e estratégicos que dizem respeito à coordenação desses atores organizados para enfrentar os perigos do confronto e conseguir aliados e recursos que garantam a manutenção de suas atividades<sup>13</sup>. Por outro, os elementos culturais da política dos movimentos, que parecem fornecer significados à definição de uma identidade particular que os diferencia dos atores armados, alimentando as diversas definições e práticas alternativas que criam essas organizações no meio do confronto e as suas propostas sobre a paz e a mudança social na Colômbia, legitimando suas estratégias e permitindo-lhes contestar os atores armados e o Estado.

A hipótese do meu trabalho é precisamente que o movimento indígena da zona norte consegue desenvolver práticas de resistência ao confronto armado como consequência de: 1) os elementos organizativos e estratégicos que o sustentam, os quais lhe permitem desenvolver uma autonomia maior em face dos atores armados; e 2) os elementos de significação dentro da política do movimento, estruturados e mais desenvolvidos, que lhes fornece elementos alternativos para a constituição de sua

---

<sup>13</sup> No caso da organização indígena, esses elementos são muito importantes, já que ela é claramente estabelecida com certo grau de institucionalização e estruturas hierárquicas.



identidade como movimento, suas propostas e a legitimidade de suas ações, que por sua vez faz com que ganhem aliados na arena nacional e internacional. Porém, o confronto armado continua os afetando e os atores armados conseguem interferir em seu processo organizativo.

Parece importante então, para a análise desses movimentos, partir de uma perspectiva da ação coletiva que integre tanto aspectos organizacionais e estratégicos assim como elementos culturais e de identidade.

A perspectiva da mobilização de recursos, cujos representantes são Charles Tilly e Sydney Tarrow (1997), vai me ajudar na análise dos aspectos da coordenação da ação coletiva desses movimentos, já que a ênfase de sua teoria está mais na organização e nas estratégias como uma função da variação nas oportunidades políticas para a ação. Vou me concentrar mais na perspectiva de Tarrow (1997), uma vez que ela oferece uma estrutura de categorias bem definidas que facilitam a comparação entre distintos movimentos e desenvolve muito mais a dimensão política das oportunidades o que considero muito importante para explicar as diferenças entre o movimento camponês e o indígena na Colômbia.

De outro modo, as propostas que privilegiam o estudo dos elementos de política cultural para a compreensão das ações vão me ajudar a entender a formação desses campos de significação alternativos que definem os termos da luta e da legitimação da ação desses movimentos. Trabalharei este último tema com a perspectiva de Sonia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (2001) no livro *Política Cultural e Cultura Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*, já que os autores analisam a ação coletiva como uma ação significativa que luta não só no campo material, mas no campo das significações, usando como recursos palavras e símbolos, criando novas definições sociais que competem pela hegemonia e redefinição do campo político numa sociedade, o que é importante para entender a resistência ao conflito armado não só como um conjunto de estratégias para sobreviver, mas como uma criação de um espaço de significação distinto e contraditório ao dos atores armados e do próprio Estado.

## 2.1 Perspectivas de análise

A seguir detenho-me nas perspectivas citadas para extrair daí as variáveis de análise que seguirei ao longo do trabalho, comparando as organizações de estudo com elas:

**2.1.1 A ação coletiva de interação estratégica** (Tarrow: 1997): Para este autor, o problema da ação coletiva é a coordenação necessária para resolver os problemas de “custo” da ação coletiva. Devem-se enfatizar as estruturas de oportunidade que criam incentivos para a ação, o repertório de ações coletivas que os atores coletivos empregam, as redes nas quais se baseiam os movimentos e os marcos culturais em torno dos quais se mobilizam os atores.

a) As **oportunidades políticas** se referem às mudanças no ambiente político que oferecem incentivos para a ação coletiva, afetando as expectativas de sucesso ou o fracasso dos movimentos. As mudanças mais destacadas dentro da estrutura de oportunidades políticas são: 1) a abertura do acesso à participação, 2) as mudanças nos alinhamentos dos governos, 3) a disponibilidade de aliados influentes e 4) as divisões entre as elites e no interior delas.

Com esses elementos, examinarei como o movimento camponês e o movimento indígena foram afetados por essas oportunidades políticas e como estas refletiram no fortalecimento ou enfraquecimento deles na região. Argumentarei que o movimento indígena foi mais favorecido pelas mudanças das oportunidades políticas do que o movimento camponês e que aquele as aproveitou para ganhar em autonomia organizativa e em influência política, diferenciando-se do movimento camponês, que se viu enfraquecido por essas mudanças, perdendo em força organizativa e em identidade do movimento. Essas diferenças terão implicações no modo de esses dois movimentos afrontarem o conflito armado na região, ao afetarem as atuais formas organizativas e as mudanças na política cultural de cada um deles.

Porém, as especificidades da região de estudo e dos atores envolvidos no problema se diferenciam dos referentes com que trabalha Tarrow, trazendo questionamentos e novas variáveis que podem ajudar na ampliação do escopo da

teoria. Na perspectiva de Tarrow, o Estado e o sistema político são os principais alvos dos movimentos sociais que procuram se incluir naqueles ou reformá-los. Então, toda a ação dos movimentos sociais está dirigida para atingi-los. O que parece pressupor essa teoria é a existência do monopólio da violência pelo Estado e a limitação da negociação política nas esferas deste e do sistema político. No entanto, na Colômbia essa hegemonia do Estado é contestada por outros atores que têm recursos de poder no nível regional e influem de maneira significativa na definição dos equilíbrios de poder nas regiões onde os movimentos querem produzir mudanças. Assim, os movimentos com que trabalhei têm de lidar com mais atores de poder além do Estado, como são os atores armados ilegais. No caso do movimento indígena, por exemplo, a sua ação no tema de estudo é dirigida ao Estado na medida em que pede uma solução negociada do conflito armado e sua inclusão nas negociações de paz como parte da sociedade civil, mas também se dirige aos grupos armados para lhes pedir respeito a suas organizações e o cessar dos ataques contra a sociedade civil. Então, os resultados e a efetividade do movimento não podem ser apenas procurados no Estado, mas nas variações de comportamento dos atores armados, na opinião pública sobre a guerra e nos acordos de poder regionais. Porém, no atual conflito colombiano, é muito difícil medir as respostas dos outros agentes ilegais em face desses movimentos. No entanto, é possível se aproximar dessas respostas por meio da interferência de tais grupos nos movimentos, seus pronunciamentos sobre eles e a forma com que os afetam.

Resumindo, os questionamentos levantados por esta pesquisa à perspectiva das oportunidades políticas na teoria de Sidney Tarrow da ação coletiva dizem respeito a como incorporar essa teoria em países onde o Estado não tem o total monopólio da violência nem o total controle sobre o território, onde outros atores ilegais jogam um papel muito importante nos equilíbrios de poder regional. Como levar em conta as reações desses grupos e sua participação na criação de oportunidades políticas para os movimentos sociais? O desafio é tentar incluir esses atores nessa análise da estrutura de oportunidades.

b) Os **repertórios de ação coletiva** se referem às diferentes combinações de violência, ruptura (*disruption*) e convenção que os movimentos sociais

empregam para mobilizar apoios, exprimir suas reivindicações e desenvolver relações estratégicas com aliados. Desse modo, desafiam seus oponentes, criam incerteza e potenciam a solidariedade (Tarrow: 1997, p. 180). Tarrow chama de violentas as ações como ataques violentos a pessoas ou propriedades, choques com a polícia e vandalismo (Tarrow:1997, p. 197). As ações de ruptura são as ações diretas, tais como ocupações, bloqueios; e as convencionais são as greves, manifestações, passeatas, assembléias, audiências e ações legais.

No caso aqui estudado, o desafio à autoridade nessa região passa também pelo desafio aos grupos armados, que tinham um amplo controle armado do território e procuravam impor um domínio social na região. No entanto, as organizações sociais envolvidas não só procuram desafiar seus oponentes, os grupos armados, como procuram se proteger deles. Aliás, no caso dos indígenas, estes começam pela procura de estratégias para se proteger daqueles, mas passam a desafiá-los na medida em que nessa atividade desenvolvem visões diferenciadas das dos atores armados, definindo os limites entre eles.

Na formulação desses repertórios, Tarrow assinala a importância das solidariedades preexistentes – tema polêmico no caso dos indígenas, já que eles e seus teóricos alegam amiúde a existência irrefutável e o caráter essencial delas em suas comunidades. No entanto, nas entrevistas realizadas, as solidariedades ou as práticas solidárias parecem não ser tão claras assim, mas antes fomentadas pelo fortalecimento da organização e não como sua precondição. Porém, em comparação com os camponeses, os indígenas têm um passado que pode ser evocado como de união e resistência em face de seus inimigos, que pode ser tomado como recurso para a mobilização; enquanto os camponeses, pelo contrário, têm uma história de frustração no que diz respeito a suas tentativas de ação coletiva e de se constituírem num movimento amplo e organizado.

Os tipos de repertórios utilizados pelos movimentos (violento, de ruptura e convencional) contra os grupos armados serão descritos unicamente para o caso dos indígenas, já que os camponeses até o momento não registram ações coletivas desse tipo na região. Será analisada a forma como as organizações indígenas na zona já passaram por um processo de valorização da defesa

armada, constituindo-se numa guerrilha nos anos 80, o Movimento Guerrilheiro Quintín Lame, e como, depois de cuja desmobilização, as organizações indígenas voltaram-se para reclamações pacíficas, numa clara valorização das ações não violentas. Mas atualmente apresentam uma divisão interna em torno da questão da violência, entre os que defendem a continuação das formas pacíficas e os que pregam o uso de formas violentas para alcançar os objetivos do movimento em clara aliança com os grupos guerrilheiros. O anterior se relaciona também com a forma como o movimento indígena tem se institucionalizado, limitando a participação direta dos seus integrantes mais jovens, que são os que sustentam a valorização da violência. Também é importante lembrar que, na criação de estratégias para se defender da invasão do conflito armado nos seus territórios, os indígenas têm desenvolvido uma grande variedade de formas de manifestação, desde passeatas, negociações diretas com os atores armados até a formulação de demandas nos âmbitos internacionais. Enquanto os camponeses têm mostrado pouca capacidade para criar formas para contestar os atores armados nos seus territórios.

c) As **estruturas de mobilização** tratam das formas como um movimento se encarrega de coordenar seus elementos, permitindo se sustentar ao longo do tempo. A análise desse aspecto dirige-se aos elementos organizativos. A organização refere-se aos aspectos das estruturas de grupo que mais afetam a capacidade de atuar de acordo com os próprios interesses. Porém, o importante é identificar as características da organização que têm um efeito na capacidade de atuação de acordo com os interesses e as formas como se vinculam as lideranças com as bases.

Segundo Tarrow, os movimentos atuais vinculam o vértice com a base por meio de uma variedade tanto de mecanismos formais como de conexões informais, que se nutrem dos laços sociais das pessoas, seus hábitos de trabalho e vida e de seu entusiasmo por planificar e levar a cabo ações coletivas (Tarrow: 1997, p. 256). E, para o autor, é mais provável que redes sociais produzam um movimento social viável quando arraigadas nesses laços sociais preexistentes, derivados de uma vida em comum.

Analisaram-se então as estruturas em que estão organizados os indígenas e os camponeses da zona, identificando suas diferenças; e, sobretudo, serão analisadas as distintas formas com as quais eles reagem em termos organizativos a ataques e pressões dos grupos armados, como se reorganizam internamente para responder à perda de membros assassinados por estes grupos e para planejar estratégias de resistência que garantam a consecução de recursos e aliados em sua luta contra tal situação.

Mostrar-se-á que a forte estrutura organizativa do movimento indígena tem permitido a contestação das tentativas da guerrilha de impor sua dominação na região, já que ele tem os elementos organizativos necessários para se governar autonomamente e responder às carências que os grupos armados procuram suprir nas regiões onde fazem presença. Assim, graças ao maior desenvolvimento organizativo, os indígenas também têm conseguido desenvolver propostas organizativas dentro de suas estruturas já existentes para responder às conseqüências do conflito armado em seu território e criar estratégias para se proteger. Porém, a maior organização e a contestação dos indígenas aos grupos armados os têm transformado em alvos visíveis da ação desses grupos, com o assassinato de muitas lideranças indígenas. De outro modo, por sua fraqueza e pouca autonomia organizativa, os camponeses têm sido mais vulneráveis às demandas dos grupos armados sobre eles. Além disso, não têm conseguido desenvolver formas para proteger seus membros das ameaças dos confrontos na zona.

d) Os **marcos para a ação** se referem aos discursos que os movimentos usam para justificar sua contestação e mobilizar seus elementos. São feitos em torno de símbolos culturais escolhidos e procuram interpretar a situação sobre a qual se produz a luta e dar sentido às causas ou aos objetivos que o movimento defende. Por meio desses marcos, os movimentos identificam as injustiças e seus responsáveis, formulando soluções para elas. Segundo Tarrow, as lideranças são os principais atores na criação desses marcos, pois concorrem com outros movimentos, agentes dos meios de comunicação ou com o Estado pela supremacia cultural (Tarrow: 1997, p.216). Neste caso estudarei as definições realizadas pelos movimentos indígena e camponês sobre a natureza do confronto

armado, seus atores e as soluções para esse conflito no país, que concorrem por sua vez com as concepções sobre o confronto e suas soluções tanto do Estado como dos atores armados. Neste trabalho, tratarei desses marcos como os veículos da política cultural do movimento, como a forma com que ela se exprime, relacionando assim uma perspectiva com a outra.

Mostrar-se-á como, para o movimento indígena, de grande riqueza cultural, esses marcos são constituídos de símbolos e elementos extraídos de sua cultura e da reinvenção da sua identidade, salientados pelo contínuo processo de recuperação cultural promovido pelo movimento. Por causa do trabalho intenso sobre a identidade do movimento e da luta continuada que os indígenas têm sustentado contra diversos inimigos, aqueles desenvolveram um discurso que consegue ser autônomo dos grupos armados e do Estado e se apresenta como alternativo no campo da política colombiana, atraindo assim aliados de outros setores com concepções parecidas. Porém, o discurso indígena não deixa de ter contradições e fissuras e não deixa de ser reinventado continuamente. As organizações camponesas, pelo contrário, atualmente muito fragmentadas e dependentes de organizações externas como ONGs, não têm conseguido desenvolver uma identidade como movimento e uma clareza ideológica que se reflitam na definição de propostas em face do tema do conflito armado.

### **2.1.2 O aspecto cultural ou a cultura na política dos movimentos sociais.**

A política cultural dos movimentos sociais é definida dentro da perspectiva de Escobar et.al, 2001, como o resultado de articulações discursivas que se originam de práticas culturais existentes e do contexto de determinadas condições históricas (Escobar et.al, 2001, p. 25), que se põem em ação quando conjuntos de atores sociais entram em conflito uns com os outros (Escobar et.al, 2001, p. 24).

São campos de significado que se exprimem no que os autores chamam de contrapúblicos subalternos, que ampliam a contestação discursiva e tentam participar assim na definição do que é considerado político numa sociedade. Isto é, os autores desta perspectiva não tomam a política como um fator dado e o sistema político e econômico como os únicos alvos da ação coletiva dos movimentos sociais, como parece

fazê-lo a perspectiva anterior, mas concebem a ação coletiva como uma procura de intervenção na própria definição do que é considerado político e do sistema político numa sociedade, e dirigida a produzir mudanças também na própria cultura política da sociedade civil.

Considero importante essa perspectiva para a presente análise, já que os movimentos de resistência no país, como neste caso o indígena, apresentam uma visão diferente do confronto da apresentada pelo governo e pelos grupos armados, intervindo assim na arena política do país, onde este tema está sempre presente, mas tem sido monopolizado pela visão do governo em nível nacional e, nas regiões, pelas visões dos grupos armados, com escassa voz da sociedade civil. Esses movimentos participam assim da disputa entre as diferentes definições do conflito armado no país e suas soluções, oferecendo novos parâmetros e reagindo contra as concepções reducionistas do governo e dos grupos armados.

Baseada nessa perspectiva, a pergunta que farei ao longo do capítulo 6 é como, no tema concreto do conflito armado, o movimento indígena, que tem desenvolvido estratégias de resistência a esse confronto, entra na arena política do país, promovendo a discussão pública sobre esse tema e apresentando uma visão alternativa desde a sociedade civil sobre: a natureza do confronto, seus atores e as soluções para ele no país.

Argumentarei que a maior clareza e desenvolvimento de uma política cultural neste tema é o que sustenta em grande parte seu processo de resistência, além de suas fortalezas organizativas. Pois, também no campo simbólico, procura contestar a dominação que os atores armados pretendem exercer sobre os indígenas e pode representar alternativas políticas para a resolução do conflito armado.

Essa perspectiva enfatiza os recursos da linguagem e a resignificação de conceitos que os movimentos sociais usam para ganhar visibilidade e reconhecimento nos discursos dominantes. É nesse sentido que utilizarei o conceito de marcos da ação da perspectiva anterior, examinando os discursos produzidos por ambas as organizações, indígena e camponesa, nos quais exprimem suas visões e propostas sobre o confronto armado.



A construção de espaços alternativos não governamentais ou extra-institucionais para exercer essa diferença, e nos quais as políticas culturais são postas em prática e modelam as identidades, demandas e necessidades subalternas, é um recurso importante para a ação e criação de significado dessa perspectiva (Escobar, et.al.: 2001, p. 42). Assim na análise deste trabalho levarei em conta os locais da produção e divulgação dos discursos do movimento indígena sobre o conflito armado no país.

Considerando as propostas teóricas dessas duas perspectivas sobre os movimentos sociais, podemos procurar uma resposta às perguntas do estudo, que utilize tanto elementos organizacionais e estratégicos quanto identitários e culturais, para comparar as formas em que as duas organizações reagiram em face do conflito armado e ver se estas diferenças nos dizem algo que permita aproximar-nos a entender por que a organização indígena consegue fazer um tipo de resistência mais ativa e a camponesa não. Focando-nos na análise da coordenação de ações para a sobrevivência e desafio destas organizações, como na formação de campos de significados que sustentam ações de resistência.

## **2.2 Grupos armados e a sociedade civil na Colômbia.**

Os autores mais significativos na discussão sobre conflito armado na Colômbia argumentam que a guerrilha praticamente perdeu na atualidade toda a legitimação e o apoio que teve nos seus começos entre a população das zonas rurais, assim como também seu interesse em se sustentar neles, como consequência do aumento em seus recursos econômicos e de poder e suas estratégias sobre o território nacional. Estes autores apontam os efeitos negativos do conflito armado sobre as possibilidades da organização social autônoma nas regiões, salientando os efeitos de desintegração dos laços sociais e a pressão dos grupos armados sobre os atores sociais da zona, principalmente em zonas onde confluem tanto os paramilitares como a guerrilha.

O presente trabalho discute com estes pressupostos ao longo do texto, argumentando que: mesmo que a guerrilha tenha perdido muita da sua influência e legitimidade entre a população das zonas rurais e as dificuldades para a organização

social nestes contextos de conflito armado são muito grandes e visíveis, é preciso introduzir nuances nestas afirmações. A informação obtida no terreno mostra que seu alcance não é tão geral e nas zonas se apresentam realidades que confrontam estas teses como a aceitação por parte de setores sociais das zonas rurais das propostas políticas da guerrilha e a influência sobre alguns grupos por parte desta, como veremos mais adiante, assim como a existência de fortes organizações sociais que conservam certo grau de autonomia nestes contextos de conflito armado como é a indígena.

### **2.2.1 A relação entre os atores armados e a população civil: o percurso da degradação?**

Alguns autores (Molano, Cubides) usam o termo vanguarda colonizadora para se referir à guerrilha dos anos setenta cujo papel foi acompanhar o deslocamento das populações para regiões da fronteira colonizadora caracterizadas pela ausência da presença estatal. A guerrilha das FARC vista neste papel, é foco de análise para alguns autores como Cubides, que vêem nesta um fator da ordem em uma região, que consegue estabelecer uma relação de simbiose com a população.

O que assinala Pécaut (1999) sobre essas zonas de “maior” proximidade com a guerrilha é que a população civil está subordinada e proibida de toda ação coletiva autônoma. As lógicas de proteção que a população desenvolve com estes atores supõem a obediência em lugar da cidadania, os direitos e as formas de ação própria. Por isto, explica o autor, mesmo nestes núcleos tradicionais de poder da guerrilha, seu poder rapidamente começa a ser percebido como opressor, “a coerção utilizada pelos núcleos de poder toma geralmente caracteres arbitrários, os excessos e a proteção se parecem fortemente ao terror” (p.3). Apresenta-se também para este autor uma dissociação das demandas e necessidades da população e dos objetivos perseguidos pelas guerrilhas, que em um começo mobilizaram a população levando em conta suas demandas, mas logo estas foram desviadas em proveito dos objetivos militares das guerrilhas.

Haveria outros tipos de regiões onde a guerrilha toma características diferentes e estabelece relações diferentes com a população, priorizando os interesses econômicos e estratégicos. Isto se dá como resultado da expansão da guerrilha às zonas de dinamismo econômico onde há forte presença estatal. A partir da sétima conferência em 1982, as

FARC adotam uma estratégia de crescimento baseada no desdobramento dos frentes existentes, e para isso prioriza a diversificação das finanças. Em quanto aos determinantes financeiros que fizeram possível o aumento de frentes, a coca na primeira metade da década dos oitenta joga um papel decisivo. As FARC se inserem nesta atividade no departamento do Cauca em zonas que coincidem com as da presença indígena, promovendo o cultivo da coca dentro desta população.

Segundo Camilo Echandía (1999), embora a maior capacidade militar das guerrilhas colombianas continue estando nas zonas de implantação dos primeiros núcleos guerrilheiros, onde têm suas fontes de financiamento mais estáveis, a geografia da presença guerrilheira reflete com clareza como avança de maneira cada vez mais evidente para as zonas que lhe proporcionam vantagens estratégicas no confronto. O aparecimento, na década dos noventa, de novos frentes guerrilheiros se produz primordialmente em regiões com atividade econômica dinâmica ou em zonas próximas aos centros administrativos e políticos mais importantes do país.

Aparecem então zonas onde a guerrilha estabelece relações diferentes com a população, estas zonas são catalogadas por Cubides (2004) como regiões de relação parasitária, onde a guerrilha não se implanta firmemente e extrai recursos com certo auto-regulamento, mas sem os retribuir de maneira adequada. Há também zonas aonde a guerrilha chega com o intuito de se expandir em algum momento futuro, mas nas que sua atividade principal é destrutiva, predatória. Nestas zonas, a guerrilha parece ser um fator de insegurança e temor, que desestabiliza as atividades cotidianas e a vida normal dos povoados. Acentua-se nestas zonas a escassa identificação da população com os atores armados, traço que vai ser comum com os paramilitares, que chegam usando estratégias baseadas no terror sobre a população como massacres, assassinatos seletivos, ameaças e torturas.

Segundo Cubides (2004), a acumulação por parte da guerrilha de recursos de poder econômico e organizacional fez possível com que esta organização pudesse estabelecer nos territórios que controla um domínio que apela unicamente à coerção e ao terror, que não traz, porém, legitimidade entre a população. O presente trabalho discordará em certo sentido desta afirmação, já que, embora as entrevistas realizadas

não sejam representativas da população rural colombiana, mostram certos graus de aceitação das propostas dos grupos guerrilheiros entre membros da população camponesa principalmente, salientando a necessidade de introduzir nuances pelo menos neste tipo de teses sobre a legitimidade da guerrilha nas zonas rurais.

Seguindo com a argumentação destes autores, ambos os tipos de zonas, de retaguarda e de expansão estratégica, sofrem alterações com a chegada de um segundo ator, os paramilitares, que na região propriamente de estudo começam a operar desde os anos 90s, mas chegam como AUC (Autodefesas Unidas de Colômbia) só até o ano 2000.

Nas zonas de domínio tradicional da guerrilha, muda radicalmente o valor da proteção que podiam oferecer as guerrilhas. Os grupos paramilitares chegam às regiões de domínio tradicional da guerrilha e tentam quebrar os laços de apoio da guerrilha por meio de técnicas que procuram semear o medo e desaparecimento de membros da comunidade que se identificam como colaboradores da guerrilha. Multiplicam-se os assassinatos seletivos, as torturas e os massacres que procuram na maioria das vezes o deslocamento da população. Em alguns casos, os paramilitares conseguem afastar a guerrilha, então a população fica sob o controle deste outro grupo, quando não é deslocada. Porém, como quase nunca os confrontos entre estes dois atores terminam em um desenlace definitivo, começam a se diferenciar numa mesma região limites invisíveis de influência de um ator e de outro, limites incertos e móveis onde a população fica atrapalhada entre um e outro ator ou entre seus confrontos. Os atores armados tentam mudar estas fronteiras e tomar o controle de novos territórios mediante o terror<sup>14</sup> exercido sobre a população.

Daniel Pécaut (1997) fala de redes que disputam um território para se referir a esta situação, na qual o terror ou sua ameaça substituem a ordem e a coação é o principal instrumento destas redes que leva a implantar nestas zonas a lei do silêncio entre a população. Fala-se então da degradação do conflito colombiano não somente pelo aumento das ações de terror contra a população, senão pelo enfraquecimento dos referentes políticos que fornecem um sentido coerente ao confronto.

---

<sup>14</sup> Por terror vamos entender aqui as ações como ameaças, massacres, assassinatos seletivos, torturas e mortes exemplares que utilizam os atores armados para intimidar a população e enviar-lhe mensagens como a ordem de deslocamento forçado ou o silêncio.

Uma das principais teses de Pécaut é que os atores armados não conseguem justificar suas ações em quadros de referência de validade geral com os quais a população possa se identificar. “Os protagonistas atuais podem ter seus simpatizantes, mas a imensa maioria dos habitantes das zonas de violência não se reconhece neles, nem considera que ajam em função de uma linha divisória que faça sentido para o país” (Pécaut: 1999).

### **2.2.2 A impossibilidade da organização social nas zonas de conflito armado.**

O pensamento de Daniel Pécaut leva a uma série de implicações sobre a organização social da população civil nestas zonas onde se apresenta a confluência dos atores armados. Esta é vista como um empreendimento difícil de ser realizado e mantido dado o ambiente de incerteza e desconfiança gerado pela presença do conflito que privilegia segundo o autor as estratégias individuais de sobrevivência. Também pela rejeição dos atores armados à existência de expressões coletivas fora de seu controle, como consequência da possibilidade das organizações sociais se tornarem para os atores armados um outro concorrente pelo controle territorial e um possível aliado do grupo inimigo.

Esta situação, segundo Pécaut (1997), é piorada pelos processos econômicos vividos no campo colombiano a partir dos processos de abertura econômica na década dos anos noventa, que afetam principalmente as zonas de pequena economia camponesa, causando um agravamento das iniquidades sociais e uma desarticulação de grande parte dos setores populares. Segundo Pécaut (1997) a afiliação à guerrilha ou aos paramilitares constitui uma maneira de se engajar, voluntariamente ou não, nas únicas redes associativas que existem nas zonas rurais.

Seguindo a argumentação feita por Pécaut (1997), os atores armados exigem, dos atores sociais nas regiões onde operam, o explícito alinhamento com os objetivos destes grupos, com o fim de delimitar suas zonas de influência e seus inimigos, o que condenaria aos atores sociais a se submeter a estes grupos ou renunciar a suas reivindicações e autonomia.

Neste mesmo sentido, Maria Clemência Ramírez (2004) analisa por sua parte as estratégias de resistência do movimento social dos camponeses cocaleros no departamento de Putumayo, caracterizado por um contexto de conflito armado e perseguição por parte da política antidrogas do Plano Colômbia. Para a autora as FARC não permitem a autonomia das organizações camponesas quando estas se fortalecem e, portanto, concorrem com sua autoridade. Além disso, mostra como a divisão territorial no espaço rural causada pela presença simultânea da guerrilha e dos paramilitares, faz com que a população civil fique entre dois fogos, afetando suas possibilidades de deslocamento e provoca ameaças dos dois grupos acusando-a de apoiar a um ou outro bando. Tudo isto traz como resultado a imobilidade do movimento camponês na zona por um tempo.

Os atores armados inimigos, segundo Pécaut (1997), disputam zonas territoriais, pelo controle de corredores estratégicos ou dos cultivos ilícitos, onde a população é vista de maneira instrumental, podemos pensar nas conseqüências disto para atores concorrentes no controle territorial. A existência de organizações como as indígenas, que reivindicam por sua vez direitos territoriais e exercem sua autoridade sobre resguardos (que são porções de territórios municipais), deve então supor um obstáculo para os objetivos destes atores armados que procuram exercer seu domínio territorial sem contestação alguma.

As condições para a presença de organizações da sociedade civil autônomas são pouco favoráveis e a presença destas vai contra os interesses dos atores armados que procuram o controle territorial. No entanto no Cauca, apresentam-se várias organizações como as indígenas, as afro-colombianas e as camponesas que desenvolvem suas atividades e têm seus locais nas zonas rurais mais afetadas pelo confronto armado e que nestas décadas de conflito, longe de sumirem, têm atingido diferentes logros como a participação nos governos locais e departamentais, e, no caso da organização indígena, tem desenvolvido propostas de resistência ativa ao confronto. Como é possível a presença dessas organizações em um ambiente de conflito é a dúvida da dissertação.

Nos capítulos seguintes argumenta-se que os dados obtidos neste trabalho indicam que é possível a existência de uma organização social que desenvolve resistência ao confronto armado, mesmo nas zonas de presença ativa de atores armados.

Porém, examina-se no próximo capítulo o grau e as formas nas quais se desenvolveu o conflito armado na região para o período 2000-2005, com o intuito de mostrar as formas concretas em que este afetou a população da região.

### **3. O conflito armado no norte do Cauca 2000-2005**

Este capítulo examina a dinâmica do conflito armado na região e as principais consequências sobre as populações camponesa e indígena, a partir da análise dos dados do “Banco de Dados de Direitos Humanos e violência política na Colômbia”, relativos ao período de 2000 a 2005. Procura-se mostrar o tipo de atores armados na região, a dinâmica sobre o território e a forma que esta afetou a população indígena e camponesa.

A riqueza da informação trabalhada aqui está no detalhe dos fatos mais do que na sua representatividade estatística. Por tal motivo, a análise se concentrará na reconstrução dos casos de violência e no que estes nos dizem acerca das atividades dos diferentes atores armados num território e as modalidades exercidas de violência sobre membros dos distintos grupos sociais. Sem que isto signifique compreender a totalidade do fenômeno.

O tratamento estatístico dos dados considerará os números totais de fatos e sua distribuição por ator, modalidade e grupo social sobre a qual recai a ação armada, como um indicador dos acontecimentos mais relevantes e aos quais se tem que prestar maior atenção. As variáveis levadas em conta para esta parte incluem tempo, geografia do conflito, modalidade da violência, atores armados e a identificação das vítimas como indígenas ou camponeses ou pertencentes a uma organização indígena ou camponesa.

#### **3.1 Os atores armados na região do norte do Cauca: guerrilhas e paramilitares.**

A partir dos anos 70, várias frentes guerrilheiras foram se assentando na zona norte do Cauca, tais como: as Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia [FARC], o Exército de Libertação Nacional [ELN], o extinto Movimento Dezenove de Abril [M19] e algumas dissidências dos mesmos. O que foi possível graças à fraca presença do Estado e a Força Pública na região.

A zona norte do Cauca vai se consolidando como zona atraente para os atores armados pela sua posição estratégica na geografia nacional do sudoeste do país, já que é



um território de passagem para Cali, a capital do Valle do Cauca, a cidade mais importante do sul do país, constituindo-se em zona de circulação de um grande número de bens de importação e exportação, além de território de cruzamento para o sul e o norte do país pela rodovia Panamericana, conduzindo também para a região dos *Llanos Orientales* e ao interior do país pelas montanhas. Na zona norte do Cauca também é implementada a Lei Paez desde o ano 1995. Esta lei incentiva a instalação de empresas na zona plana mediante a exoneração de impostos, o que atrai novos interesses dos capitais econômicos na zona e a necessidade de protegê-los.

A região também se faz atraente, sobretudo, na medida em que o narcotráfico torna-se importante para a sustentação dos grupos armados. Na região, fizeram presença desde cedo, narcotraficantes do cartel de Cali que utilizaram o território para lavar dinheiros ou para estabelecer centros de processamento da coca. Nas zonas altas montanhosas da região, muitos camponeses e indígenas começaram a cultivar coca ou papoula, encorajados pelos atores armados e pela difícil situação econômica no campo, o que criou outro fator de atração para estes grupos, assim como o fato da região ter trânsito para a saída ao Oceano Pacífico, corredor para o tráfico de drogas.

As FARC (vide tabela 1) apresentaram um aumento de suas ações no departamento do Cauca desde 1999 até 2002, quando começaram a diminuir sua participação, porém as ações dos últimos anos do período foram de muito grande impacto e de caráter ofensivo, como incursões sobre povoados e ataques a objetivos militares. As frentes das FARC que fazem presença no departamento neste período são quatorze: as frentes 6, 7, 8, 9, 13, 28, 29, 30, 49, 53, 60, a Frente José Gonzalo Sánchez, a frente Carlos Arturo Medina e a Coluna móvel Jacobo Arenas. Sendo as frentes 6 e 8 e a Coluna móvel Jacobo Arenas as que fazem presença na zona norte do departamento.

O ELN (vide tabela 1) por sua parte teve uma participação muito grande nos fatos de violência no ano 2000 (47 casos), mas foi diminuindo sua presença na região drasticamente até aparecer com apenas um caso em 2005, já que foi este grupo guerrilheiro o mais afetado pelo acionamento das AUC. As frentes reconhecidas como autoras destas ações em 1999 foram somente duas, a Manuel Vásquez Castanho e a José María Becerra; no ano seguinte fizeram presença mais quatro frentes, num total de seis; nos primeiros seis meses de 2001 se registraram ações de duas frentes, a Camilo

Cienfuegos e a Lucho Quintero, e nos anos seguintes se registraram apenas as frentes Manuel Vásquez Castanho e Lucho Quintero.

A partir do ano 1999 chegam as Autodefesas Unidas da Colômbia [AUC], que vieram do norte do país (Urabá Antioquenho e a Costa Atlântica) com o intuito de acabar com a forte presença e controle territorial que exercia a guerrilha e disputar o controle dos recursos do narcotráfico.

Durante 1999, as Autodefesas Unidas de Colômbia registraram poucos fatos violentos no departamento do Cauca; porém, são significativos em se tratando da execução de pessoas reconhecidas publicamente, como o Secretário de Governo de Puerto Tejada, no norte do departamento, além de ameaças de morte a 75 pessoas habitantes do município de Corinto, também no norte, onde prometeram futuras ações. Este último caso, especialmente, demonstra o propósito das AUC de “entrarem” no departamento. Nos anos seguintes virão os massacres, os deslocamentos forçados de população e os assassinatos seletivos de pessoas acusadas de serem colaboradoras da guerrilha<sup>15</sup>. Os Blocos Calima (Norte e Sul) e Farallones foram os autores de parte destes fatos durante os sete anos.

De acordo ao número total de ações acontecidas durante o período estudado (vide quadro 1), no ano 2000, ano que coincide com a chegada plena dos grupos das AUC na região, encontramos evidência de um aumento considerável nos fatos do conflito armado no departamento do Cauca (272), superando em mais que o dobro o número de casos apresentados em 1999 (117). Situação que se agrava no ano 2001, que é o ano no qual o conflito armado tem seu pico na região (304), apresentando uma redução no número total das ações nos anos seguintes (218, 98, 115 e 71 respectivamente), sobretudo no caso das AUC.

---

<sup>15</sup> Em: DOMÍNGUEZ, Marta (Coord.). (2002). Investigaciones en Derechos Humanos con énfasis en Desplazamiento Forzado. Fase II. Informe Final. Cali: Centro de Investigaciones y Documentación Socioeconómica CIDSE, p.75.

**Quadro No. 1. Violência política registrada no Cauca 1999-2005**

ATORES ARMADOS	ANOS														Total
	1999	%	2000	%	2001 (a setemb ro)	%	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%	
AUC	3	3	32	12	46	15	26	12	6	6	9	8	9	13	131
Paramilitares	4	3	4	1	14	5	41	19	9	9	6	5	2	3	80
FARC	38	32	56	21	38	12	64	29	32	33	33	29	16	22	277
ELN	18	15	47	17	11	4	10	4	2	2	2	2	1	1	91
Guerrilha	5	4	10	4	6	2	9	4	6	6	7	6	1	1	44
Grupo armado	10	9	31	11	12	4	31	14	22	22	30	26	13	18	149
Polícia	4	3	2	1	2	1	7	3	1	1	7	6	6	8	29
Exército Nacional	3	3	2	1	3	1	12	5	9	9	8	7	12	17	49
Grupos de extermínio	17	15	11	4	6	2	5	2	2	2	1	1	0	0	42
Outros	2	2	5	2	3	1	1	0	1	1	9	8	7	10	28
Sem informação	13	11	72	26	163	54	12	5	8	8	3	3	4	6	265
Total	117	100	272	100	304	100	218	100	98	100	115	100	71	100	1185

Fonte: DOMÍNGUEZ, Marta (Coord.). (2002). Investigaciones en Derechos Humanos con énfasis en Desplazamiento Forzado. Fase II. Informe Final. Cali: Centro de Investigaciones y Documentación Socioeconómica CIDSE. Revistas Noche y Niebla, N°18-32, 2000-2005.

Embora as AUC tenham entrado num processo de desmobilização com o Estado a partir do ano 2004 e se perceba uma diminuição de suas ações na região, a estratégia do Presidente Álvaro Uribe de procurar uma solução militar ao conflito armado fez com que a Força Pública fizesse maior presença na região, dentro de seu plano de segurança democrática, aumentando nestes últimos anos o número de combates com as FARC e também a pressão sobre a população para obter resultados. Aquilo se viu refletido na continuidade das situações de risco e insegurança para a população civil da região. Outros grupos paramilitares estão fazendo presença na região sob outros nomes, o que está se tornando cada vez mais público através dos meios de comunicação e nos comentários das pessoas da região. Estes novos grupos paramilitares são conhecidos pelo nome de “Águias Pretas” e parecem estar servindo aos interesses das máfias do narcotráfico na região, mas seu número e objetivos não foram ainda esclarecidos.

### **3.2 Geografia do Conflito armado na zona norte do Cauca.**

A referência a uma geografia do conflito armado na zona norte significa analisar a dinâmica dos atores armados nos municípios da região durante o período do estudo.

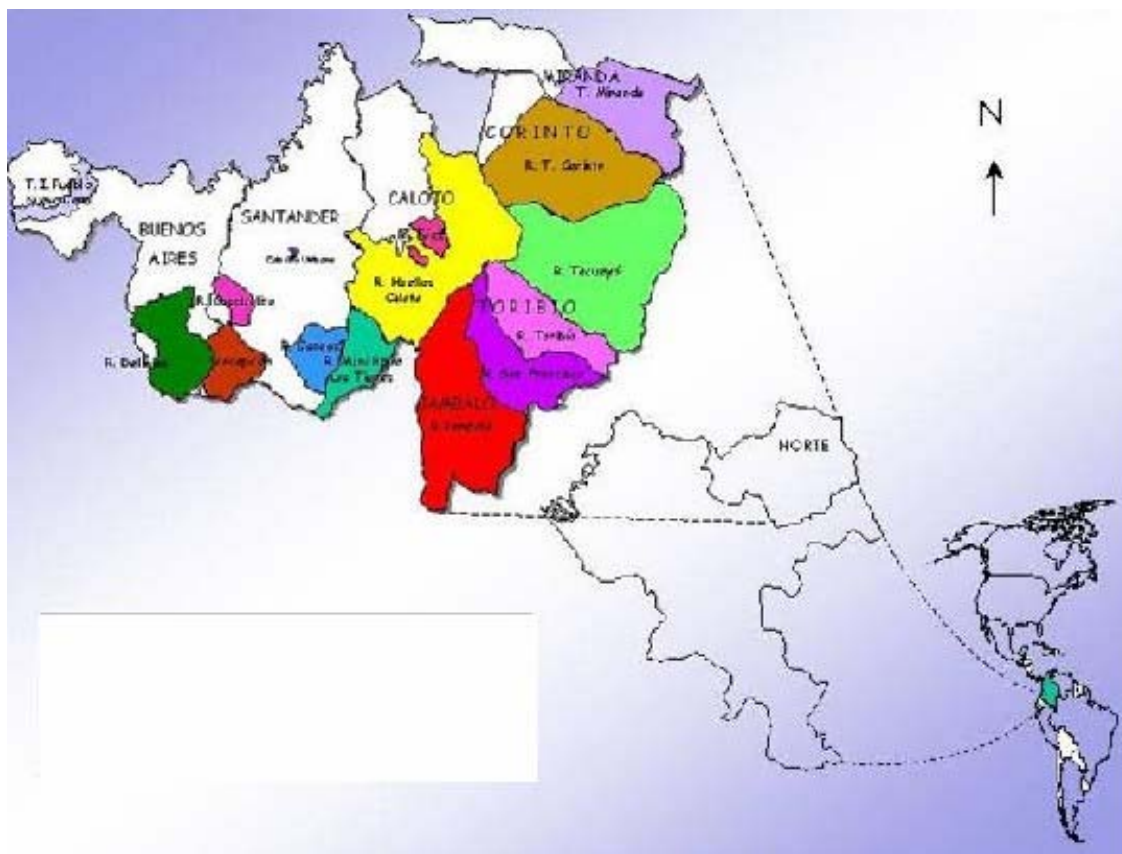


Gráfico No. 1 Norte do Cauca, tomado de [www.nasaacin.net](http://www.nasaacin.net)

Como variaram os principais tipos de ações que cada grupo realizou na região no período; como o conflito foi percorrendo os distintos municípios da zona e convergiu nos locais de presença indígena e camponesa; como foi mudando a presença destes atores na zona e as correlações de forças entre eles e como estas mudanças afetaram as populações indígena e camponesa na zona e, principalmente, suas expressões organizativas.

Os municípios localizados na zona plana são Villa Rica e Puerto Tejada. O município de Buenos Aires apresenta tanto zona de pé de montanha como plana, sendo predominante a primeira. Este município é a porta de entrada para o Pacífico Caucaño, região muito importante na geografia do conflito armado, uma vez que é a zona de acesso ao Oceano Pacífico, um local muito importante para os tráficos de drogas e armas sustentados por estes grupos.

Os municípios de Miranda, Corinto, Santander de Quilichao e Caloto apresentam três tipos de zonas: plana, pé de montanha e montanhosa. Lembremos que a zona plana desta região do Cauca é onde se estabeleceram uma grande quantidade de

empresas e multinacionais como resultado dos benefícios oferecidos pela já citada Lei Paez. O município de Santander de Quilichao é o mais importante da zona norte, pois tem comunicação direta com Cali, com grande fluxo de mercadorias com destino ao porto de Buenaventura, no departamento de Valle do Cauca.

Por último, os municípios de Caldon, Toribio e Jambaló cuja população é principalmente indígena, são predominantemente zonas montanhosas, comunicando-se com os departamentos de Huila e Tolima, onde as Farc mostram presença histórica e têm bases importantes.

### **3.2.1 A chegada dos paramilitares à zona do Cauca e o crescimento do conflito armado em 2000.**

No ano 2000<sup>16</sup> o conflito armado se concentra na zona norte, principalmente nos municípios de Caloto, Buenos Aires, Miranda, Toribio, Santander de Quilichao, Suárez e Caldon, se apresentando o maior número de ações de violência por parte de grupos armados nos municípios de Buenos Aires e Santander de Quilichao.

No município de Santander de Quilichao, município onde têm suas sedes principais as duas organizações de estudo, aumentou quatro vezes o número de registros de violência por parte dos grupos armados, com 44 no total, a maioria deles (29) assassinatos seletivos por parte de atores não identificados e ainda cinco massacres realizadas por “grupos armados”<sup>17</sup>.

Em Buenos Aires, composta principalmente por camponeses negros, mas onde também existem zonas de resguardo indígena e onde marcavam presença o ELN e as FARC, produziu-se a maior quantidade de casos de deslocamento forçado no ano 2000, sendo seis de treze atribuídos a combates entre as FARC e as Autodefesas Unidas de Colômbia [AUC], a massacres e ameaças cometidos por este último grupo<sup>18</sup>. As AUC ameaçaram as populações que habitam as regiões do Alto e Baixo Naya, interditaram a entrada de alimentos e medicamentos, além de desenharam letreiros que anunciavam a

---

<sup>16</sup> As informações do ano 2000 são tiradas de: DOMÍNGUEZ, Marta (Coord.). (2002). Investigaciones en Derechos Humanos con énfasis en Desplazamiento Forzado. Fase II. Informe Final. Cali: Centro de Investigaciones y Documentación Socioeconómica CIDSE.

<sup>17</sup> Op.cit. p. 76.

<sup>18</sup> Ibid.

chegada do Bloco Farallones. Devido a este bloqueio e às ameaças, várias famílias foram obrigadas a se deslocar. O município de Buenos Aires, embora não pertença à região do Pacífico, pode ser visto como porta de entrada ao norte do Pacífico Caucaño. A recorrência de casos neste município está relacionada a este fato e à presença das FARC no Pacífico.

As ações das FARC para este ano aumentam com relação às de 1999, se intensificando a modalidade de assalto às populações, uma vez que neste ano, além de atacarem os postos de polícia, aumentam os danos à infra-estrutura dos municípios, em parte como consequência do uso de cilindros de gás, arma que foi muito comum durante este ano para este tipo de ações. Os bloqueios de vias se realizam em municípios como Buenos Aires, Toribio e Caldono, na maioria destes atos se cometem também roubos de veículos e dinheiro principalmente<sup>19</sup>.

Os confrontos com o Exército se mantêm entre 1999 e 2000 no município de Santander de Quilichao, embora em zonas rurais distintas, e estendem-se nos municípios de Corinto, Miranda, Suárez e Buenos Aires. Neste último município os combates acontecidos provocam o deslocamento de aproximadamente 50 pessoas para o município de Jamundí, no Valle do Cauca. Os enfrentamentos com as AUC acontecem nas zonas rurais dos municípios de Buenos Aires e Suárez, e ambos os casos originaram o deslocamento dos habitantes destes locais.

Durante o ano 2000 as FARC registram vários casos de ameaças também. No município de Villa Rica educadores foram ameaçados por este grupo, lhes dando um prazo de 20 dias para que abandonassem seus locais de trabalho. O candidato à prefeitura do município de Suárez também foi ameaçado.

Vê-se por parte das AUC no Cauca, no ano 2000, uma mobilização de todas as frentes com o intuito de retirar a guerrilha da zona. Assim, além de um aumento significativo de combates diretos com as FARC, vemos de maneira importante ameaças a governadores, prefeitos e lideranças, que “proíbem” inclusive sua participação no

---

<sup>19</sup> Ibid.

processo de paz<sup>20</sup>. Igualmente, os massacres e assassinatos seletivos vêm acompanhados da ameaça de ações futuras em grande escala, caso a guerrilha não abandone a zona.

Assim, as ameaças e os massacres foram os fatos que mais elevaram o total das ações das Autodefesas. Habitantes do município de Santander de Quilichao foram ameaçados de morte ao serem acusados de colaborarem com a guerrilha: as pessoas são coagidas a abandonarem a região (1 de agosto 2000); “moradores da zona urbana deste município denunciaram que paramilitares das AUC ameaçaram com panfletos a pelo menos 200 pessoas desta comunidade (18 de novembro); Os moradores afetados manifestaram nas denúncias que eles (paras) acusaram as pessoas de venderem alimentos para guerrilha, mas nós não sabemos se os que compram são ou não da guerrilha”<sup>21</sup>.

No mês de agosto, novamente as AUC declaram objetivo militar a toda autoridade do governo ou dos municípios do Cauca que apóie com dinheiro às FARC ou ao ELN, e em especial aos candidatos ao Governo, às prefeituras, assembléias e conselhos. Os membros das organizações populares do município de Santander de Quilichao também receberam ameaças desta organização<sup>22</sup>.

### **3.2.2 Ano 2001: O ano mais duro do confronto. As AUC ganham território no norte do Cauca.**

No ano 2001 o conflito armado atinge mais municípios da zona norte que não apresentavam este tipo de ações (Corinto, Jambaló, Puerto Tejada e Villa Rica). Santander de Quilichao foi o município que mais casos apresentou (56), seguido de Caloto e Puerto Tejada, com 15 casos cada um<sup>23</sup>.

Em Santander de Quilichao, nota-se por parte das AUC uma série de ações ofensivas continuando e aumentando os assassinatos seletivos. Em um deles, os

---

<sup>20</sup> Refere-se ao processo de paz com as FARC durante o governo do presidente Andrés Pastrana, no qual se despejou uma grande extensão do território colombiano no sul do país, e que no final foi avaliado pelos setores da direita do país como um processo que fazia muitas concessões à guerrilha e fazia com que ela ficasse mais forte. O processo fracassou e não conseguiu o desarme desta guerrilha.

<sup>21</sup> *Noche y Niebla*, N° 18, outubro-dezembro 2000

<sup>22</sup> *Idem*.

<sup>23</sup> *Revista Noche y Niebla*, anos 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005

paramilitares invadiram um bairro disparando indiscriminadamente, assassinaram seis pessoas, jogaram ácido em seus rostos, destroçaram suas mãos, pernas e outras partes do corpo e os jogaram do lado do campo de futebol<sup>24</sup>. Os outros três massacres foram cometidos, um na zona urbana e os outros na zona rural de Mondomo, deixando 8 camponeses mortos<sup>25</sup>.

Por outro lado, neste município, as FARC parecem recuar ante esta ofensiva das AUC e tentam se defender, segundo os casos registrados. Assim, as FARC só registram ações de bloqueio de vias nos primeiros meses do ano na zona de Domingullo, zona onde se registram depois três combates com o Exército, e na zona de San Francisco se apresenta um combate com as AUC, que gerou um deslocamento de 1.200 pessoas aproximadamente para as zonas urbanas da região.

Na zona de Domingullo está assentado o Resguardo Indígena de Canoas, o qual se viu afetado em um destes combates quando tiveram que interromper uma reunião que estavam realizando por causa dos distúrbios na zona, e, além disso, resultou na morte de um indígena e um outro foi torturado pelo Exército, acusado de ser um guerrilheiro<sup>26</sup>.

**Quadro No. 2. Violência política (sem combates) registrada no norte do Cauca 2000 – 2005**

ATORES ARMADOS	ANOS											
	2000 (a junho)	%	2001 (a setembro)	%	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%
AUC	3		18	16	11	21	1	3	1	3	4	13
Paramilitares	0		8	7	11	21	2	6	1	3	1	3
FARC	10		12	11	14	26	15	48	19	51	6	20
ELN	1		2	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Guerrilha	0		3	3	0	0	0	0	1	3	0	0
Grupo armado	3		7	6	11	21	7	22	7	19	6	20
Polícia	0		0	0	1	2	0	0	1	3	5	17
Exército Nacional	0		1	1	1	2	2	6	5	13	5	17
Grupos de Extermínio	2		2	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0		0	0	0	0	0	0	2	5	3	10
Sem informação	2		60	53	4	7	4	13	0	0	0	0
Total	21		113	100	53	100	31	100	37	100	30	100

Fonte: Revistas Noche y Niebla, N°18-32, 2000-2005.

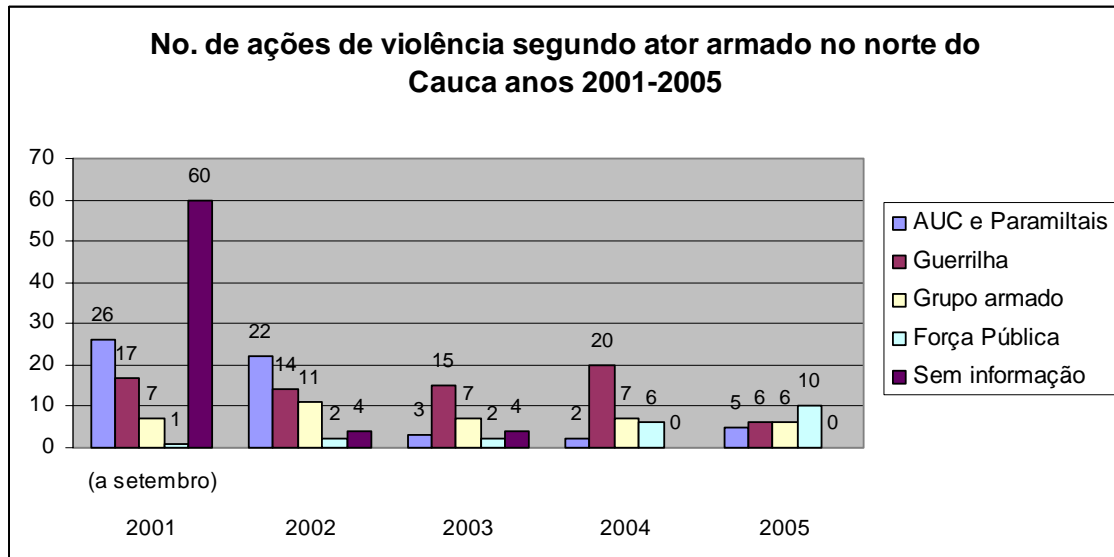
<sup>24</sup> Noche y Niebla, N° 19, enero-março, 2001.

<sup>25</sup> Noche y Niebla, N° 20, abril-junho, 2001

<sup>26</sup> Noche y Niebla. N° 21, julio-setembro, 2001.



Gráfico No.2. Ações de violência segundo ator armado no Norte do Cauca 2001-2005



Fonte: Revista Noche y Niebla, anos 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005.

Neste ano, as ações das FARC diminuíram na região em 12 ações e, diferente dos anos anteriores, (vide gráfico 2) não apresentaram incursões e muitos ataques a objetivos militares, exceto no município de Caloto, onde o posto de polícia no dia 7 de maio foi atacado. Em geral suas ações foram homicídios, bloqueios de vias e ameaças.

As ameaças que realizaram as FARC durante 2001 se concentraram nos municípios de Caloto, Toribio e Jambaló, recaindo principalmente no setor indígena.

No município de Jambaló foi ameaçado o governador do Cabildo por guerrilheiros do grupo Jorge Eliécer Gaitán; no município de Caloto, as FARC ameaçaram de morte aos moradores da reserva do resguardo indígena deste município e do município de Corinto e ameaçaram e assassinaram a Cristobal Secue, uma das lideranças mais representativas do movimento indígena, fundador e presidente do Conselho Regional Indígena do Cauca [CRIC], governador dos Cabildos de Toribio e Corinto, coordenador do projeto Nasa em Toribio, presidente e representante legal da ACIN; e era na ocasião coordenador e responsável pelos processos de investigação no marco da jurisdição especial indígena nos territórios indígenas do norte do Cauca. Nesta tarefa tinha conseguido processar delitos como homicídios, chantagens e furtos; e sancionado delinquentes, milicianos guerrilheiros e caloteiros, motivo pelo qual havia sido ameaçado constantemente<sup>27</sup>.

<sup>27</sup> Noche y Niebla N° 20, abril-junho 2001.

No município de Toribio foram ameaçados de morte por este grupo o governador do Cabildo de San Francisco (um dos resguardos dessa zona), o presidente do Conselho de Toribio, o governador do Cabildo de Toribio e uma liderança da Aliança Social indígena<sup>28</sup>. Todas estas ameaças parecem indicar a tentativa das FARC por estabelecer seu controle sobre a população nestes municípios, deslocando pela força outros tipos de autoridades concorrentes, que neste caso são as lideranças indígenas.

As AUC são novamente o grupo mais significativo no que diz respeito ao aumento no número total de ações: para os primeiros nove meses de 2001 superaram os registros do ano 2000, passando de 32 a 46 fatos. Durante este semestre, os maiores registros, como no ano anterior, pertencem a ameaças a populações e a massacres acontecidos em boa parte dos municípios da cordilheira central do departamento. Da mesma forma, é muito importante para o ano 2001 a entrada contundente deste ator na região do Pacífico Caucano. Assim, aparecem agindo de maneira predominante no município de Buenos Aires, entrada para o Pacífico Caucano, onde realizam dois massacres e um homicídio, e onde este ano não se registraram ações das FARC.

Na zona norte estes massacres são cometidos nos municípios de Caloto (2), Santander de Quilichao (4), Miranda (1) e Buenos Aires (3). Em Caloto e Miranda, assassinaram camponeses, em Caloto o massacre foi cometido no local conhecido como Pílamo, onde indígenas e camponeses negros compartilham terras que ganharam depois de uma invasão conjunta que realizaram neste local.

Dentro desta modalidade, o caso mais significativo foi o acontecido no Alto e Baixo Naya, que cobrem os municípios de Buenos Aires, López de Micay y Timbiquí, e que tem registrados como autores não somente as AUC, mas também por omissão, ao Exército Nacional: trata-se da morte de 45 pessoas por parte de 500 paramilitares durante aproximadamente oito dias, entre os dias 8 e 16 do mês de abril de 2001, nas zonas rurais de O Ceral, Os Robles, Silvia, Campamento, Patio Bonito (zona onde está assentado o Cabildo indígena da Paila e onde foi morto um indígena), A Pálida, Água Panela, Palo Solo, A Vega, Benjamín, O Playón (um casario no qual deram a ordem aos

---

<sup>28</sup> Idem. Aliança Social Indígena é um partido político deste movimento.

moradores de que abandonassem o local), A Paz, O Porvenir, Miraflores, Alto Naya (local no qual também se produziu deslocamento forçado de seus habitantes), A Concha, San Lorenzo, San Bartolo e Cacao (de onde se deslocaram a maioria dos moradores), Santa María, Juan Núñez, Águas Mansas, O Pastico, Primavera, O Lana e a comunidade indígena Eperá (onde também se registrou um deslocamento forçado). Em muitos dos casos, as pessoas foram assassinadas com torturas e utilizando serras elétricas e facões, tendo os corpos foram jogados no rio, de onde estava proibido tirá-los por advertência dos paramilitares<sup>29</sup>.

Cita-se ao Exército nacional como responsável já que, onde aconteceram os fatos, tinha-se instalado desde março uma base do Exército; além disso, se diz que sobraram as advertências tanto de organismos do Estado como não governamentais que não foram tidas em conta.

O segundo massacre acontecido neste município no dia 18 de julho, segundo denuncia registrada, teve como vítimas pessoas deslocadas geradas pelo massacre anterior, e diz à fonte que o intuito deste massacre foi precisamente evitar que os deslocados voltassem para suas terras.

As ameaças feitas por este grupo aconteceram nos municípios de Caloto e Miranda. Em Caloto as AUC desenharam grafites em diferentes paredes da localidade, nos quais anunciavam novos massacres e assassinatos seletivos contra a população, no lugar conhecido como O Palo, onde fica o resguardo indígena de Huellas. Em Miranda, os paramilitares passaram em cada casa convidando a seus moradores a se reunir nas barracas comuns e praças esportivas. No meio de xingamentos e atropelos advertiram às pessoas que de se não acatassem a ordem de reunião seriam tirados pela força de suas casas<sup>30</sup>.

Segundo os casos registrados, as AUC parecem reafirmar sua chegada na região com ações de muito grande impacto sobre a população civil, mas se enfrentando muito pouco com a guerrilha com a qual só apresentaram um combate. As AUC parecem

---

<sup>29</sup> *Noche y Niebla*, N° 20, abril-junho 2001.

<sup>30</sup> *Noche y Niebla*, N° 19, Janeiro-março, 2001.

querer tentar ganhar território às custas da população civil e de seu deslocamento, que é explicitamente a razão de muitos dos massacres, como no caso do massacre do Naya.

### **3.2.3 O ano 2002: Aumenta a disputa territorial entre as FARC e as AUC enquanto cresce o deslocamento forçado de população civil.**

Embora o número total de ações realizadas por grupos armados neste ano, com relação ao ano anterior, tenha baixado um pouco (vide gráfico N° 2), (passando de 113 a 53), a diminuição mais significativa deu-se por parte da categoria sem informação, enquanto as ações das FARC aumentam (de 12 passam a 14), e as das AUC pouco diminuíram (de 18 passam a 11).

Os confrontos entre as FARC e as AUC também aumentam, assim como os das FARC com o Exército, mostrando uma disputa territorial entre estes atores que se reflete no aumento dos deslocamentos forçados neste ano (de 4 passam a 6)<sup>31</sup>, os quais se apresentam nos municípios de Corinto (2), Miranda (2) e Caloto (1). Muitas das ações de ambos os grupos dirigem-se a influenciar o desenvolvimento da política local, tentando ganhar controle tanto territorial como político na região.

Diferente do ano anterior, os municípios com maior número de casos em 2002 foram Corinto e Miranda, com quinze casos cada um, confluindo nestes dois municípios todos os atores armados. Neste último município, ambos grupos armados realizam ações contra indígenas da zona. Por sua parte, as FARC seqüestram o presidente da comunidade indígena Bellavista, Milton Paquí<sup>32</sup> no dia 2 de fevereiro, enquanto as AUC assassinam a quatro indígenas paeces e ainda paramilitares não identificados assassinam a um membro da guarda indígena do Cabildo de Canoas<sup>33</sup>.

No município de Miranda, o maior número de ações é realizado pelas AUC, aparecendo na maioria das denúncias como agindo conjuntamente com respaldo da Força Pública no município. Por exemplo, segundo a denúncia do dia 21 de janeiro:

---

<sup>31</sup> *Noche y Niebla*, N° 23-26, 2002.

<sup>32</sup> *Noche y Niebla*, N° 23, Janeiro-março, 2002.

<sup>33</sup> *Noche y Niebla*, N° 24, abril-junho, 2002.

Desde o posto da polícia de Miranda, localizado no parque central, muitos moradores observaram como as unidades da polícia iam protegendo a saída dos paramilitares em motos da instituição quando se dirigiam para a parte alta de Miranda, após terem assassinado dois homens na zona urbana<sup>34</sup>.

Igualmente, membros do exército aparecem comprometidos em casos de ameaças a camponeses, acusados de serem guerrilheiros e anunciando a chegada das AUC:

Segundo a denúncia, durante a operação contra insurgente denominada Centauro e Dardo contra guerrilheiros das FARC, no dia 20 de julho várias unidades militares ameaçaram, bateram e retiveram a uma senhora, acusando-a de ser guerrilheira, além disso, foi ameaçada com frases como: isto aqui não é coisa nenhuma, espere quando as AUC chegar. Usaram um procedimento parecido com outro camponês, que foi ameaçado de morte caso não dissesse ser da guerrilha e pediram que ele fosse embora antes de matá-lo.<sup>35</sup>

As FARC, como já dissemos, incrementaram suas ações neste ano tanto no departamento como na zona norte, onde continuam agindo sobre os municípios de Caloto, Toribio, Santander de Quilichao, Calono, Miranda, e estendem ainda suas ações sobre os municípios de Corinto e Villa Rica, que não registraram ações deste grupo no ano anterior.

As principais ações deste grupo são ameaças e atentados com cargas explosivas e uma incursão na zona. As ameaças aconteceram nos municípios de Miranda, Villa Rica e Toribio, focadas na política local, sendo os alvos destas ameaças os prefeitos dos municípios de Villa Rica e Toribio e os participantes do processo eleitoral em Miranda. Além disso, no município de Toribio também realizaram uma incursão na zona urbana, onde deixaram destruídas várias moradias<sup>37</sup>. No município de Caloto, no resguardo indígena de Huellas, foi assassinado o coordenador jurídico indígena Aldemar Pinzón por um grupo armado não identificado<sup>38</sup>, porém coincide com as ameaças feitas pelas FARC a esta liderança indígena. Aldemar foi governador indígena, dirigente da ACIN e atualmente era coordenador jurídico.

Os combates das FARC com as AUC se realizaram nos municípios de Corinto e Miranda, enquanto os confrontos contra o Exército continuaram nos municípios de

---

<sup>34</sup> *Noche y Niebla*, N° 23, enero-marzo, 2002.

<sup>35</sup> *Noche y Niebla*, N°25, julio-setembro, 2002.

<sup>37</sup> *Noche y Niebla* N° 25, julio-setembro, 2002

<sup>38</sup> *Noche y Niebla* N° 25, julio-setembro, 2002.

Caldono (3) e Santander de Quilichao (1), se estendendo aos municípios de Corinto (2) e Caloto (2), onde nos anos passados não se registraram combates.

As AUC, segundo a base de dados, continuam agindo neste ano nos municípios de Miranda, Caloto e Caldono e estendem suas ações ao município de Corinto, que vira o município com mais casos de violência, junto com Miranda, na zona. Este grupo, por sua vez, apresenta uma diminuição de suas ações na zona norte, embora não muito significativa (de 18 a 11), reduzindo o número de massacres a um, realizado no município de Corinto sobre indígenas paeces. O maior número de ações cometidas por este grupo neste ano é o de ameaças. Estas foram realizadas sobre camponeses e indígenas em Miranda e nos municípios de Caldono e Caloto, sobre o prefeito e vereadores da localidade e sobre o prefeito do município, inclusive os juizes penal e civil, respectivamente, acusando-os de serem auxiliares da guerrilha na região. Dessa maneira, buscam, como a guerrilha, influir na vida política local.

Os paramilitares não identificados aparecem agindo este ano principalmente contra lideranças indígenas, camponesas e sindicais da região, nos municípios de Santander de Quilichao, Corinto, Miranda e Caloto. No Santander, foi assassinado por estes grupos o ex-governador do resguardo das Delícias do município de Buenos Aires<sup>39</sup>, segundo a denúncia com aceitação da Polícia Nacional. Foram ameaçadas as lideranças e colaboradores da ACIN<sup>40</sup>, e um membro da guarda indígena do Cabildo de Canoas<sup>41</sup>. Nos dois últimos municípios, foram ameaçadas de morte lideranças camponesas que participavam de uma mobilização no lugar conhecido como A Maria, onde camponeses e indígenas da região solicitavam a conformação de uma mesa de negociação para discutir entre outros temas o Tratado de Livre Comércio<sup>42</sup>.

### **3.2.4 Ano 2003, O Confronto começa a minguar. As AUC declaram fim das hostilidades.**

No ano 2003 as cifras totais dos casos de violência pelos atores armados continuam declinando no departamento e na zona norte por causa da diminuição das

<sup>39</sup> *Noche y Niebla*, N° 23, Janeiro-março, 2002.

<sup>40</sup> *Noche y Niebla*, N° 23, Janeiro-março, 2002.

<sup>41</sup> *Noche y Niebla*, N° 24, abril-junho, 2002.

<sup>42</sup> *Noche y Niebla*, N° 25 e 26, julho-dezembro, 2002.

ações das AUC neste ano, após sua declaração de fim de hostilidades, em dezembro do ano 2002. No meio desta retirada parcial das AUC, as FARC tentam recuperar o território do qual tinham recuado. O governo por sua parte lança o chamado Plano de Segurança Democrática, baseado no aumento da força pública nas regiões, com o intuito de vencer a guerra contra a subversão pela via militar. Assim, a maioria dos municípios da zona norte apresenta casos de combates entre as FARC e a Força Pública, exceto os municípios de Caloto, Puerto Tejada e Suárez.

Os municípios que apresentam ações de violência realizadas pelos grupos armados são os mesmos do período anterior, exceto Villa Rica, que neste ano não apresenta casos, e o município de Suárez, que neste ano faz apenas um registro de homicídio por parte de um grupo armado não identificado.

De novo, o município de Santander de Quilichao volta a ser o município que mais registros apresentam este ano (13), seguido do município de Jambaló (6). Em ambos os municípios, as FARC são o principal ator das ações.

No município de Jambaló, os atores do confronto são basicamente as FARC e a Força Pública, que realizam neste ano três combates na zona rural deste município, ficando, no meio, a população civil, que recebe além das conseqüências dos confrontos, ameaças por parte das FARC. Estes ameaçam no mês de maio os membros do resguardo indígena de Jambaló, produzindo um deslocamento massivo de população e danos nas suas moradias e culturas por conta dos bombardeios indiscriminados realizados pelo Exército em meio aos combates com as FARC<sup>44</sup>.

Enquanto as FARC para este ano diminuem suas ações no departamento, passando de 64 a 32 casos (vide gráfico N°1), na zona norte pelo contrário aumentam suas ações em um caso (de 14 no ano 2002 a 15 neste ano), mostrando uma concentração maior deste grupo nesta zona. Os casos mais representativos são os ataques a objetivos militares, mostrando também um tipo de ação mais ofensivo neste período. As ameaças, que haviam sido as ações mais realizadas, caem a uma, assim

---

<sup>44</sup> *Noche y Niebla*, N° 27, janeiro-junho, 2003.

como o bloqueio de vias. Aparecem agindo de novo nos municípios de Buenos Aires e Jambaló, onde o ano anterior não registrou ações este grupo.

Os ataques a objetivos militares aconteceram nos municípios de Caldono (2), Toribio (2), Santander de Quilichao (1) e Jambaló (1)<sup>45</sup>, quase todos são ataques ao posto da Polícia ou a tropas do Exército, com explosivos ou cilindros de gás. A única ameaça deste ano foi contra os indígenas de Jambaló, que origina o único deslocamento forçado de população deste ano. Os confrontos contra a Força Pública se focalizam principalmente em Jambaló e Santander de Quilichao, com três casos cada um, mas se apresentam também em Miranda, Toribio, Corinto e Caldono.

Neste ano, as AUC somente aparecem com um caso no município de Miranda, onde assassinam a dois camponeses e ameaçam de morte à população da zona rural para que abandonem a região<sup>46</sup>, mostrando interesse por manter seu controle sobre esta zona. Neste mesmo município aparece também registrada uma ação por parte de paramilitares que assassinam a três camponeses na zona rural. Estes grupos paramilitares não identificados também aparecem agindo em Santander de Quilichao, onde realizam um atentado contra um dirigente sindical. De igual forma, não se registram combates entre as AUC e as FARC neste ano. As Autodefesas e os paramilitares parecem então, a partir da declaração do cessar de hostilidades, esboçar uma retirada da região, mas mantendo o interesse em algumas zonas e a hostilidade contra alguns grupos sociais, como o dos sindicalistas.

### **3.2.5 Ano 2004: Cresce a disputa entre as FARC e o Estado na região.**

No ano 2004, as cifras totais das ações armadas voltam a crescer tanto no departamento como na zona norte (vide quadro N° 1 e 2), mas, desta vez, por causa do aumento das ações na região por parte das FARC e da Força Pública de maneira isolada, como da confrontação entre estes dois. Isto faz com que os deslocamentos forçados de população nas zonas em disputa de Toribio e Corinto aumentem novamente, passando de 1 no ano anterior, a 3 no ano em questão. .

<sup>45</sup> *Noche y Niebla*, N° 27 e 28, janeiro-dezembro, 2003.

<sup>46</sup> *Noche y Niebla*, N° 27, janeiro-junho, 2003.



As ações armadas neste ano se apresentam nos mesmos municípios do ano anterior, exceto por Puerto Tejada, sem registros neste ano. Porém, as ações se apresentam concentradas nos municípios de Toribio e Corinto, com 14 e 13 ações, respectivamente, que respondem principalmente a casos onde os responsáveis são as FARC e combates entre estas e a Força Pública. Estes municípios estão localizados sobre a margem direita da zona norte, estando a maior parte deles em região montanhosa, que se comunica com os departamentos de Tolima e Huila, e onde as FARC, desde o início, têm tido uma presença histórica e mantêm suas bases de retaguarda, precisamente os locais que o Estado quer recuperar pela via militar.

Assim, o município de Toribio apresenta neste ano 4 combates entre as FARC e a Polícia, nas zonas rural e urbana do município, e 5 combates entre as FARC e o Exército, nas zonas urbana e rural, um deles produzindo o deslocamento de população indígena da zona rural de Tacueyó no mês de novembro<sup>47</sup>.

Por sua vez, o município de Corinto registra apenas quatro combates entre as FARC e o Exército na zona rural, e um entre as FARC e a Polícia na zona urbana<sup>48</sup>. As FARC neste município também realizam um massacre de camponeses no mês de janeiro na zona rural. A Força Pública aparece com três casos registrados neste município, relacionados com violações aos direitos humanos da população da zona, acontecidos durante sua ofensiva sobre os grupos guerrilheiros. Assim, dia 16 de junho deste ano, tropas do Exército executam extrajudicialmente a um membro da Associação de camponeses de Corinto, da mesma maneira, invadiram várias moradias de camponeses deste município assinalando seus moradores como guerrilheiros e os ameaçando e causando danos aos seus bens. No mês de novembro, membros da Força Aérea metralharam e bombardearam indiscriminadamente as zonas rurais de San Rafael e de O Tablón, produzindo um deslocamento forçado de comunidades destes povoados<sup>51</sup>.

---

<sup>47</sup> *Noche y Niebla*, N° 30, julho-dezembro, 2004.

<sup>48</sup> *Noche y Niebla*, N° 29 e 30, janeiro-dezembro, 2004.

<sup>51</sup> *Noche y Niebla*, N° 30, julho-dezembro, 2004.

As FARC neste ano, como colocado acima, aumentaram suas ações no departamento e na zona norte (vide quadros 1 e 2), representando suas ações nesta última 57.5% das ações em todo o departamento, o que demonstra sua concentração de atividades na zona norte. Aparecem agindo em todos os municípios do ano anterior, concentrando suas ações, sobretudo nos municípios de Toribio, Corinto e Miranda. Suas principais ações sobre a região foram ataques a objetivos militares, atacando instalações da Força Pública nas zonas rural e urbana de Toribio e Corinto nos meses de janeiro e dezembro<sup>52</sup>. Também as FARC realizaram uma incursão no município de Jambaló durante dois dias, nos quais combateram a Polícia e o Exército no mês de janeiro.

Os combates das FARC contra a Força Pública passam de 12 no ano 2003 a 21 no ano 2004 (vide Gráfico 1), e estes se apresentaram nos municípios de Toribio (5), Corinto (3), Caldono (2), Jambaló (1) e Buenos Aires (1). Por causa destes enfrentamentos, mais de 300 indígenas paeces do resguardo de Tacueyó, foram obrigados a se deslocar<sup>54</sup>.

As AUC, por sua parte, só aparecem com um caso registrado neste ano. O caso foi um assassinato seletivo na zona rural do município de Santander de Quilichao, onde portando uma lista, ingressaram de forma violenta às moradias das vítimas e executaram um camponês e um indígena na presença de seus familiares<sup>55</sup>. No município de Caldono, também aparece registrado um caso de assassinato de dois indígenas por parte de grupos paramilitares não identificados<sup>56</sup>.

A Força Pública registra este ano sete ações de violação dos direitos humanos na zona norte, nos municípios de Corinto (3), Caloto (2), Santander de Quilichao (1) e Jambaló (1). A maioria destas ações recaiu sobre indígenas e camponeses, assim como suas lideranças. Em Jambaló, por exemplo, tropas do Exército causaram feridas a quatro indígenas, um dos quais morreu. Isto aconteceu enquanto as vítimas realizavam um ritual sagrado às margens do rio Isabelilla. Segundo a fonte: “os indígenas foram

---

<sup>52</sup> *Noche y Niebla*, N° 29 e 30, janeiro-dezembro, 2004.

<sup>54</sup> *Noche y Niebla*, N° 29, Janeiro-junho, 2004.

<sup>55</sup> *Noche y Niebla*, N° 30, julho-dezembro, 2004.

<sup>56</sup> *Noche y Niebla*, N° 29, Janeiro-junho, 2004.

assinalados como guerrilheiros por parte dos militares”<sup>57</sup>. De igual forma, no município de Caloto, integrantes do Exército nacional torturaram um indígena ao ser perguntado por umas armas da guerrilha e ser considerado como membro destes grupos. Ao rejeitar as acusações, foi fortemente batido e surrado<sup>58</sup>.

Assim, apesar do aumento da presença da Força Pública no departamento e na zona norte, a forma de agir desta, sobre a população civil, que é tida em muitos casos como colaboradora da guerrilha por sua longa convivência com estes grupos, fez com que esta presença significasse, antes que uma maior estabilidade na região, outro fator de temor e instabilidade para a população.

### **3.2.6 O ano 2005: A persistência do conflito armado na região.**

Embora o número de casos totais seja o menor do período (vide quadros 1 e 2), continuam os confrontos na região entre as FARC e a Força Pública, que causam este ano 2 deslocamentos de população nos municípios indígenas de Toribio e Jambaló. Crescem também os casos de abuso de autoridade por parte da Força Pública, continuando a instabilidade na vida da população, com os agravantes do aumento das ações por parte das AUC (5) e o aparecimento de novos grupos de paramilitares, que atemorizam ainda mais à população e agem principalmente contra os grupos organizados que fazem ações de protesto e reivindicações contra o Estado, os empresários e os latifundiários da região.

As ações de violência realizadas por atores armados aparecem neste ano nos mesmos municípios do ano anterior, exceto pelos municípios de Suárez, que aparece sem registro, e os de Puerto Tejada e Villa Rica, onde reaparecem casos de violência.

O município mais afetado por estas ações continua sendo Toribio, com 11 casos, seguido pelo município de Caloto, com 9 casos registrados neste ano.

---

<sup>57</sup> *Noche y Niebla*, N° 29, Janeiro-junho, 2004.

<sup>58</sup> *Noche y Niebla*, N° 30, julho-dezembro, 2004.

No município de Toribio houve 4 combates entre as FARC e a Força Pública, tanto na sua zona urbana como na rural. Um destes durou perto de quatorze dias, onde a população da zona terminou gravemente afetada, tanto pelos combates como por atos de abuso de autoridade por parte de membros do Exército. Nos fatos, 2000 pessoas, entre camponeses e indígenas, foram deslocados<sup>59</sup>.

Os indígenas da zona também levaram a cabo alguns atos de posse de terras, aos quais deram o nome de “Liberação da Mãe Terra”, invadindo algumas fazendas com o intuito de protestar pela falta de terras e de levantar a necessidade de uma reforma agrária no país. Estas ações receberam a rejeição tanto do governador do departamento do Cauca como do Presidente do país, que responderam enviando a Força Pública para reprimir estes fatos. Paralelamente, as AUC aparecem agindo de novo este ano, realizando ameaças contra os dirigentes indígenas e camponeses deste município, que participaram destas ações, num caso registrado dia 5 de dezembro<sup>60</sup>. Por estes mesmos fatos, se registra no município de Santander de Quilichao uma ameaça feita por parte de um grupo armado não identificado contra sete lideranças indígenas paeces, membros da ACIN<sup>61</sup>. Este tipo de reivindicações parece então estar afetando interesses importantes da região, que reagem de forma violenta ante estas demandas.

As FARC parecem concentrar suas atividades na zona neste ano em resposta aos confrontos com o Exército, motivo pelo qual o resto de suas ações diminuiu. Somente nos municípios de Toribio e Santander de Quilichao realizam ações ofensivas como ataques à Força Pública e atos de sabotagem contra torres de energia.

Por sua parte, as AUC, que pareciam estar abandonado a região, aparecem de novo agindo na zona com 5 ações nos municípios de Santander de Quilichao, Miranda, Villa Rica, Toribio e Corinto, principalmente contra indígenas e lideranças destes<sup>63</sup>, que são as que protagonizam o conflito social na região neste ano, devido às suas ocupações de terra. Assim, são assassinadas por este grupo duas lideranças indígenas nos municípios de Santander e Miranda e são ameaçadas várias no município de Toribio. As

---

<sup>59</sup> *Noche y Niebla*, N° 31, janeiro-junho, 2005.

<sup>60</sup> *Noche y Niebla*, N° 32, julho-dezembro, 2005.

<sup>61</sup> *Idem*.

<sup>63</sup> *Idem*.

AUC também aparecem em uma das denúncias associadas às usinas açucareiras da região, segundo a fonte:

O grupo de paramilitares, que foi apresentado pelas autoridades nos meios de comunicação como vigilantes das usinas açucareiras, são os responsáveis por uma série de execuções e desaparecimentos de camponeses da região. De igual maneira tem matado gado de pequenos camponeses cujas terras são vizinhas das culturas de cana ou das usinas açucareiras<sup>64</sup>.

A Força Pública, por outro lado, aparece no ano com o maior número de casos de violações aos direitos humanos registrados no período (14). Estes acontecem nos municípios de Caloto (6), Santander de Quilichao (1), Jambaló (1), Puerto Tejada (1), Toribio (2), Corinto (2) e Caldon (1). A maioria deles como produto dos confrontos com os indígenas por suas atividades de posse de terras na zona, mas também aparecem em várias denúncias agindo em conjunto com paramilitares das AUC. Assim, no município de Puerto Tejada, segundo a fonte:

Diretivos do Engenho A Cabanha, paramilitares e membros da Força Pública, ameaçaram coletivamente, causaram feridas e destruíram bens civis a mais de 900 operários da cana que realizavam jornadas de protesta pelo descumprimento por parte dos empregadores dos acordos feitos com os operários, o dia 25 de junho deste ano<sup>65</sup>.

Desta forma termina o período de estudo, e para resumir, podemos dizer que o conflito se apresenta em quase todos os municípios da zona norte, variando para cada ano os municípios com o mais alto número de casos, mostrando que o conflito não se concentra em determinados municípios, senão que muda de acordo às correlações de força entre os distintos grupos armados na região. Estas se caracterizam pela forte chegada dos grupos paramilitares na zona norte que desloca momentaneamente às FARC e aumenta o número de casos de violência de forma dramática, seguido de uma declaratória de fim de hostilidades por parte das AUC, que faz com que a guerrilha procure retomar suas posições na região, mas no momento em que a Força Pública começa a fazer uma maior presença na região, aumentando o número de confrontos entre estes dois grupos e mantendo o clima de insegurança na região.

---

<sup>64</sup> *Noche y Niebla*, N° 31, janeiro-junho, 2005.

<sup>65</sup> *Noche y Niebla*, N° 32, julho-dezembro, 2005.

<sup>67</sup> Comunicado das FARC lido durante uma assembléia indígena no resguardo de Canoas, durante a realização do trabalho de campo em março de 2007.

Os municípios que registram os mais altos números de casos de violência realizados pelos atores armados para o período, em geral são: Santander de Quilichao (100 casos), Corinto (41 casos), Caloto (39 casos) e Miranda (38 casos). Sendo para o departamento (vide quadro 1) as FARC o ator que mais casos registraram no período, seguido da categoria “sem informação” e grupo armado, se apresentando em terceiro lugar as AUC, porém sendo esta última a que causou o maior número de massacres e deslocamentos forçados de população no departamento e na zona norte. A Força Pública que entrou na zona norte a partir do ano 2002, nos últimos anos registra um número cada vez maior de casos de violações aos direitos humanos, se tornando também uma fonte de instabilidade na região.

### 3.3 Camponeses e Indígenas afetados pelos grupos armados na região: discriminando atores e números.

Os números aqui apresentadas no quadro 3 e 4 foram obtidos somando todos os casos registrados de violência realizados pelos atores armados no período, segundo o ator responsável e identificação das vítimas como indígenas ou camponesas ou pertencentes a organizações deste tipo. Estes números, se bem, não podem abranger a totalidade do fenômeno do conflito armado na região, ao comparadas e discriminadas, nos advertem para tendências diferenciadas na forma em que os atores armados afetaram as diferentes populações.

**Quadro No. 3. Violência política e ações bélicas registradas que afetaram os indígenas e camponeses Cauca 2000 – 2005**

ATORES ARMADOS	No. De fatos de violência e ações bélicas distribuídas por grupo social	
	CAMPONESES	INDÍGENAS
AUC e/ou Paramilitares	26	19
FARC	6	16
ELN	0	1
Grupo de “limpeza social”	1	0
Grupo armado	22	20
Força Pública (Exército, Polícia, CTI, DAS, Promotoria)	18	28
Estado	1	3
Combates FARC /Força pública	2	8
Combates FARC /AUC	3	2
Combates ELN/Força Pública	2	0
Combates ELN/AUC	0	0
Sem informação	17	8

Fonte: Cálculos próprios feitos a partir da base de dados da Revista Noche y Niebla, 18-32. 2000-2005.

Segundo o primeiro quaro, o ator sobre o qual mais denúncias recaem para o período no departamento é a Força Pública. Embora a entrada de este ator na região fosse sentida como uma carência, já que graças à sua ausência os grupos ilegais prosperaram, e se fez como parte de um plano de recuperação de territórios por parte do Estado, esta presença recente da Força Pública na região tem se dado de uma forma traumática para a população.

**Quadro No. 4. Violência política e ações bélicas registradas que afetaram a indígenas e camponeses do norte do Cauca 2000 – 2005**

ATORES ARMADOS	No. De fatos de violência e ações bélicas distribuídas por grupo social	
	CAMPONESES	INDÍGENAS
AUC e/ou Paramilitares	13	14
FARC	2	13
ELN	0	0
Grupo de “limpeza social”	0	0
Grupo armado	3	11
Força Pública (Exército, Polícia, CTI, DAS, Promotoria)	4	16
Estado	0	1
Combates FARC /Força pública	0	6
Combates FARC /AUC	2	1
Combates ELN/Força Pública	0	0
Combates ELN/AUC	0	0
Sem informação	2	5

Fonte: Cálculos próprios feitos a partir da base de dados da Revista Noche y Niebla, 18-32. 2000-2005.

Pode-se observar também que a maioria dos casos em que a Força Pública é responsável por ações cometidas contra os indígenas acontece na zona norte, com 16 casos de um total de 28, o que é explicado pela grande atividade e visibilidade da organização indígena na região. O seguinte relato contido numa das denúncias revisadas ilustra as diversas situações que tem gerado esta presença da Força Pública no município indígena de Toribio:

“Desde a chegada da força Pública ao território Páez, a polícia se apropriou da Casa da Cultura municipal, voltando-a centro de operações, esta está localizada no parque central, contígua a múltiplas moradias civis. De igual forma se iniciaram as obras de construção de uma base policial com características de Bunker no mesmo parque e de várias trincheiras. Toda esta infra-estrutura bélica foi construída deliberadamente contígua às moradias da população, virando uma flagrante infração ao DIH, acrescentando o fato de não aceitar a autodeterminação da população Páez, vai além do fato de vinculá-los como escudos humanos...” (Revista Noche y Niebla, 14 abril/2005)

O anterior torna a Força Pública um ator visto como negativo e fonte de instabilidade na região, o que poderia estar influenciando a relação com o Estado, que as populações camponesa e indígena estabelecem na região, já que é através do aumento da Força Pública que o Estado começa a retomar sua presença nesta, elemento importante nas próximas análises que vamos realizar.

Em relação ao número de vítimas, as AUC são o grupo que mais afetou nestes anos a população, sendo responsável da maioria de mortes na zona norte (129), enquanto as FARC foram responsáveis por pouco mais de um terço disso (45) e a Força Pública por apenas 4. As AUC foram também os maiores responsáveis por ações de grande impacto, tais como massacres e deslocamentos forçados.

Como segundo elemento a salientar dos quadros está a diferença entre a forma que afetam as FARC e as AUC aos camponeses e indígenas. O total de casos apresenta para os camponeses um número muito mais alto de casos nos quais os responsáveis dos fatos contra eles foram as AUC, sendo muito menores os cometidos pelas FARC, enquanto para os indígenas ambos os números de casos são altos e parecidos. Isto é, comparando o número de casos cujos autores foram as AUC e as FARC, as AUC afetaram muito mais os camponeses do que as FARC, enquanto os indígenas foram afetados de maneira muito parecida por ambos, falando somente das quantidades e não das formas. O dado anterior pode ser interessante no momento de se analisar as diferentes posições que exibem estes dois grupos no que diz respeito aos atores armados.

Por que os grupos armados atacaram aos camponeses e os indígenas?

Segundo a informação analisada, com relação às ações das AUC, estas foram dirigidas em duas direções, que parecem apontar dois motivos distintos: 1) contra grupos sociais como camponeses e indígenas que moram em zonas de antiga presença guerrilheira. Segundo a visão expressada pelos paramilitares da necessidade de “tirar a água do peixe”, esta população, por compartilhar território com a guerrilha, teria se tornado sua base de sustentação. Assim, quando ameaçam setores da população, quase sempre estão acusando-os de serem guerrilheiros ou apoiadores deste grupo; 2) contra grupos organizados que desafiavam os poderes locais e o Estado. Neste caso, os paramilitares e a força pública afetaram muito mais às organizações e lideranças



indígenas, por serem estas as mais organizadas da região e as que no período realizaram ações, como posses de terras, que afetavam os latifundiários e manifestações contra o atual governo. Os paramilitares parecem atuar então do lado dos poderes econômicos estabelecidos na região e do lado das forças do Estado, tanto assim, que muitas vezes nas denúncias apareciam agindo em forma conjunta.

As FARC por seu lado, com respeito aos ataques contra a população civil, segundo a informação analisada, parecem realizar suas ações contra os grupos organizados autônomos que representam uma alternativa de organização popular distinta à sua proposta e fora de seu controle. Assim, nas diversas ameaças que realizam sobre as lideranças indígenas, que não foram poucas no período, as acusam de dividir o movimento popular e se colocar desta forma do lado do Estado e das forças que pretendem acabar ou dominar os setores populares<sup>67</sup>.

Desta forma, tanto os indígenas como os camponeses, sobretudo quando organizados, tornam-se alvo dos distintos grupos por diferentes razões, o que afetou seu processo organizativo e suas ações na zona em distintos graus que vamos ver nos seguintes capítulos, mas foram os indígenas, por serem os mais organizados e ativos na região, cujas lideranças foram mais perseguidas e assassinadas. Assim, os casos registrados na base de dados contra lideranças indígenas por parte de grupos armados foram 15, enquanto contra lideranças camponesas foram somente 4 casos.

Nos seguintes capítulos vamos analisar por que em face de toda esta pressão e terror gerado dos atores armados, foram os indígenas os que apresentaram mais propostas e ações contra este fenômeno, e por que, pelo contrário, os camponeses permaneceram bem mais silenciosos e passivos.

## **4. Como as oportunidades políticas influenciaram as formas atuais das organizações: a via pacífica dos indígenas e o enfraquecimento dos camponeses**

No presente capítulo analisam-se as duas variáveis dos movimentos camponês e indígena na zona do norte do Cauca: 1) as formas organizativas, com ênfase na sua autonomia em relação à política tradicional e os grupos armados e 2) a distância ideológica com os grupos armados, isto é, até que ponto estes movimentos conseguem desenvolver propostas de ação e tipos de reivindicações como movimento diferenciado das propostas dos grupos armados.

As variáveis a serem consideradas nesta contextualização histórica destes dois movimentos, segundo a definição de oportunidades políticas feita por Sydney Tarrow (1997), são: abertura do acesso à participação, mudanças nos alinhamentos dos governos, disponibilidade de aliados influentes e divisões entre as elites.

As mudanças no sistema de oportunidades políticas para os movimentos sociais da região têm se caracterizado por épocas de abertura, em que se possibilita o acesso às vias da política institucional e proliferam as manifestações e os movimentos sociais conseguem reivindicar suas demandas, seguidas por épocas de fechamento deste sistema, quando a repressão a esses movimentos aumenta e se produzem recuos nos seus ganhos. Nas épocas de fechamento, os movimentos armados ganham adeptos e aproximação por parte da população rural. O conflito se apresenta, principalmente, ao redor do tema da propriedade da terra, sem que seja realizada uma reforma agrária efetiva, que garanta a posse da terra para indígenas e camponeses, embora os primeiros tenham conseguido garantir muito mais direitos sobre seus territórios do que os segundos.

### **4.1 Conformação do território do norte do Cauca.**

No final do século XVIII, o perfil do departamento do Cauca era formado por uma elite possuidora de grandes territórios e poder político e uma vasta população provedora de mão-de-obra, composta tanto por indígenas encomendados e mitayos

quanto por negros escravos. Ambos os grupos se ocupavam do trabalho nas fazendas e nas minas, sob relações de dominação.

Entre os séculos XVIII e XIX, a população indígena que trabalhava nas fazendas é dizimada e depois deslocada da zona plana do Norte do Cauca, sendo substituída, progressivamente, por população afro-descendente (Aprile-Gnisset, 1994). Por outro lado, a formação de uma classe mestiça e média foi mais lenta do que em outras regiões (Sotomayor, 1998: 408).

Apesar dos indígenas terem recebido, da coroa espanhola, títulos de propriedade de suas terras e a figura do Resguardo ter sido instituída e reconhecida oficialmente em 1708, estes territórios serão atacados pelas legislações seguintes que buscam sua dissolução ou redução. Por sua vez, os Cabildos<sup>68</sup>, que tiveram como função principal administrar o solo e regulamentar a vida no interior do Resguardo, ficaram sob tutela de prefeitos brancos e sem terras para repartirem entre os membros do resguardo, de modo que na prática não tinham autoridade nem podiam cumprir suas funções.

No Cauca, os povoadores negros e mestiços lograram se acomodar em povoados campesinos por meio de um processo de apropriações legais e ilegais de ex-escravos e de seus descendentes nas vastas terras planas de seus antigos donos. Estes povoados consolidaram-se graças às guerras de Independência e à extinção da escravidão. Assim, criaram-se zonas de pequena economia camponesa contíguas às dos grandes proprietários.

A política liberal do século XIX piora a situação dos territórios indígenas. Os Resguardos são considerados obstáculos para o livre comércio da terra. Assim, são declarados como terras baldias e vendidos a particulares por quantias irrisórias. No entanto, a lei 89 de 1890 protege os povos indígenas novamente, ao declarar, mais uma vez, as terras dos Resguardos fora do mercado de terras. De qualquer forma, esta lei não vai alterar inteiramente o panorama de desproteção para estas comunidades. É desta forma que os povos indígenas sofrem, desde cedo, uma aguda escassez de terras. Ao

---

<sup>68</sup> Figura de autoridade social e política no interior dos resguardos.

serem invadidos pelos grandes proprietários, os territórios indígenas são submetidos a um intenso processo de fragmentação, acelerado por seu crescimento demográfico. Com isso, muitos indígenas se convertem em jornaleiros ou “terrazgueros”<sup>69</sup>.

A continuação será analisado o século XX a partir de 7 períodos de abertura e fechamento das oportunidades políticas para o desenvolvimento destes dois movimentos.

#### **4.2 Governo conservador e consolidação da grande propriedade no campo: Começo do século XX:**

Nesta época, a grande propriedade se consolida no Cauca. Isso estabelece um sistema de servidão e terraje que utiliza a população camponesa e indígena, despojada de suas terras, como mão-de-obra. Isto levou ao desenvolvimento do “gamonalismo”, uma forma de fazer política em que o poder se concentrava ao redor da grande fazenda, em esta o grande proprietário controlava as terras e o comércio de café, além disso, a população subordinada pagava para ele aluguel da terra e terraje. Mas também exercia as funções de liderança política, usando o voto de seus terrajeros como voto cativo, e usufruindo politicamente das ótimas relações com a Igreja e a Polícia.

Para os indígenas, o século XX começa com leis contrárias à manutenção dos seus territórios, dentro de uma política nacional de povoamento e expansão da fronteira agrária. Estas leis são decretadas, neste período, pelos conservadores que dirigem hegemonicamente o Estado. Assim, a lei 55 de 1905 estipula que “a Nação cede aos distritos municipais os terrenos de resguardos de indígenas localizados dentro de sua jurisdição” (Findji y Rojas, 1985: 88). A lei 51 de 1911 desconhece a propriedade dos indígenas sobre os resguardos; a lei 104 de 1919 sobre Divisões de Resguardos que é completada pela lei 19 de 1927 e a lei 135 de reforma agrária que cria as reservas indígenas como uma fase de desintegração do resguardo (Castillo, 2005: 209). Os resguardos são então invadidos pelos terratenentes e vão desaparecendo (Cátedra Nasa-Unesco, 2001a: 30).

---

<sup>69</sup> O terraje é uma forma de imposto onde os terratenentes obrigam os indígenas e os camponeses a pagarem mensalmente cinco ou mais dias de trabalho para dar-lhes direito de morar em um rancho na fazenda que antes lhes pertencia.

Os indígenas, porém, reagem por meio da figura de Manuel Quintín Lame, o qual lidera ações de defesa das terras de Resguardo, luta contra o terraje e pela conscientização das comunidades indígenas contra os esquemas culturais que justificam sua dominação por parte dos terratenentes brancos. Esta luta é sustentada a partir do redescobrimto da lei 89 de 1890 que protege os resguardos e se adianta as posteriores lutas dos setores populares que serão deflagradas na Colômbia dos anos 20. Em 1914, dirigindo 200 indígenas, Lame realiza uma toma Pacífica de Paniquitá (povoado da região). Em 1915, o líder prepara um levantamento geral dos indígenas no Cauca e um “governo pequeno dos indígenas”, mas é detido. Após sair da prisão, começa a implementar seu plano de recuperar Tierradentro (município indígena ao sul do Cauca) e expulsar os terratenentes brancos. Lame enfrenta vários batalhões e começa a defesa da integridade do Resguardo Indígena com apelos perante o governo nacional (Cátedra Nasa-Unesco, 2001a: 31).

Este movimento não consegue ser cooptado pela oposição liberal. Pelo contrário, as convergências se estabeleceram com o nascente movimento operário, cujas lideranças se nutrem ideologicamente do ideário socialista europeu (Rojas, 1993: 173). Este movimento é sufocado em 1920.

No que diz respeito aos camponeses, entre 1851 e 1920, se consolida econômica e demograficamente um campesinato em sua maioria negro no Norte do Cauca, constituído por pequenos e medianos proprietários de chácaras geralmente superiores à três hectares, que baseavam sua economia principalmente na cultura do cacau. No entanto, esta etapa não está isenta de grandes tensões e conflitos sociais por parte de camponeses que desejam se estabelecer nas terras de seus antigos proprietários sem pagar o terraje. Os negros e mestiços se constituíram então, como parte do setor camponês vinculado à terra por meio da propriedade individual, diferente dos indígenas que mantinham sua propriedade comunal.

Diferente também dos indígenas, estes grupos de camponeses negros se aproximaram muito mais fortemente do partido liberal. A vitória liberal da metade do século XIX, que trouxe a abolição formal da escravidão, e a forte oposição dos escravistas conservadores ao cumprimento do disposto pela lei, fez com que as comunidades negras tomassem o partido dos chefes liberais (Rojas, 1993: 173). A luta

pela terra, que estes camponeses negros levaram a cabo, foi , segundo Hurtado (2000: 407), uma mobilização de grupos dispersos de povoadores que ficaram armados depois das lutas entre partidos, e não um movimento unificado e coordenado. Além disso, segundo De Roux (1991: 5), “seu projeto político não foi além da defesa da posse de pequenas parcelas com a garantia de não serem expulsos delas”, porém, seu apoio ao partido liberal vai continuar no tempo, alimentado por diferentes causas.

#### **4.3 Abertura das oportunidades, alianças entre o partido liberal no governo e os setores populares: 1920-1940.**

No meio da crise econômica mundial, o Partido Liberal novamente no poder foca seus esforços em modernizar o campo, nessa época, dominado por grandes proprietários, em sua maioria do partido conservador. Esses proprietários estabeleciam relações de tipo servil com a população camponesa negra e indígena. Para conseguir essa modernização, se deu uma aproximação do partido liberal com os setores populares, por meio do apoio de parte do primeiro a certas lutas da população camponesa e indígena. Além disso, em 1930, se cria o Partido Comunista na Colômbia, que funda, junto com o Partido Liberal, a Central de Trabalhadores de Colômbia, que tenta dirigir setores operários, camponeses e indígenas.

Assim, se apresentam neste período importantes lutas operárias, camponesas e indígenas, facilitadas por políticas e leis de governo que procuram favorecer uma mudança nas relações trabalhistas no campo e na cidade, como a Lei 200 no governo de Alfonso López Pumarejo, no marco da chamada Revolução em curso, que dizia que as terras não cultivadas deviam passar ao Estado.

Os principais tipos de conflitos agrários apresentados neste período, segundo Pierre Gilhodès (1989), foram: 1) os relativos às condições de trabalho nas fazendas, 2) os conflitos relacionados com a propriedade da terra, mediante o questionamento dos títulos de propriedade e 3) as disputas relacionadas com a problemática das comunidades indígenas com a recuperação ou defesa das terras dos resguardos (Pizarro, 1989: 2).

Para lutar por estas reivindicações foram formadas numerosas ligas camponesas com ajuda dos liberais e comunistas. Assim, tanto camponeses como indígenas alimentaram suas formas de organização e o caráter de suas lutas com o pensamento socialista ou do *agrarianismo* revolucionário, graças à atividade desenvolvida inicialmente pelo Partido Socialista Revolucionário, pelo Partido Agrário Nacional, pela União Nacional de Esquerda Revolucionária (UNIR) e posteriormente pelo Partido Comunista (Pizarro, 1989: 2).

No Cauca, apareceram agremiações de arrendatários que enfrentaram os patrões, exigindo melhores condições de trabalho e o não pagamento do terraje. Porém, as batalhas camponesas destes anos, segundo Zamosc (1986, p. 15), permaneceram isoladas e sem se conformar em um movimento camponês unificado. Por sua vez, os indígenas também foram afetados pelas ondas de levantamentos rurais, colocando suas próprias reivindicações pela restituição de suas terras de resguardo, que tinham sido perdidas em favor dos grandes proprietários. As principais lutas por meio das ligas se realizaram no município de Jambaló, impulsionadas pelo partido Comunista, com a aprovação do governo de López Pumarejo.

#### **4.4 Fechamento das oportunidades políticas, época de contra-reforma conservadora e começo da Violência: 1940-1960.**

A aliança entre o partido liberal no poder e setores populares não dura muito. A lei de terras não tem os efeitos esperados e os governos posteriores recuam em suas tentativas de reforma agrária e nos seus avanços na política social, decretam a Lei 100 que protege os grandes proprietários, contrapondo-se inteiramente ao que pretendia a Lei 200, no governo de Pumarejo. A Confederação de Trabalhadores de Colômbia, CTC, é perseguida e seus dirigentes aprisionados.

Em 1945, o partido conservador retoma o poder, mas o Gaitanismo aparece com muita força, como uma facção do Partido Liberal e acusando o governo conservador da violência contra os setores populares e se apoiando amplamente nos movimentos agrários. Com a morte de Gaitán se desata a violência civil entre os partidos na Colômbia em 1948.

No Cauca, os grandes proprietários aproveitam o apoio do governo conservador para ampliar e fortalecer seu domínio sobre o território, sob o pretexto da luta bipartidista, tirando terras de camponeses e indígenas com ajuda dos “pássaros”, grupos armados a serviço do partido conservador. Na zona plana do norte de Cauca, que pertencia em sua maioria a camponeses negros, os empresários da cana-de-açúcar se apropriaram dessas terras e vão desalojando os camponeses (Cátedra Nasa-Unesco, 2001a: 38).

Na década dos anos 50, quando se exprime mais fortemente a violência, causando deslocamentos massivos de populações e mortes, principalmente nos setores populares, as organizações sociais são praticamente banidas e se perdem muitas das conquistas dos movimentos de camponeses e indígenas no campo. A única forma de organização que consegue sobreviver no meio desta violência é a organização armada. As guerrilhas oferecem a forma mais visível de resistência para as populações rurais nesta época. (Cátedra Nasa-Unesco, 2001a: 37).

Para ilustrar, a Federação Camponesa e Indígena que havia sido criada no período anterior e tinha se tornado a combativa Confederação Camponesa e Indígena, na qual foi eleito, em 1947, Gonzalo Sánchez como presidente<sup>70</sup>, foi banida pela violência dos anos cinquenta (Mondragón, 2003: 9)

Desta forma, os indígenas relatam sua experiência de recuo na organização nesta época:

No ano 1948 chega a grande violência, os indígenas de Miranda têm que se esconder, por medo. Durante esta violência é assassinado o Governador de Cabildo e se perde a autoridade própria. Esta perda da autoridade é a raiz principal pela que alguns indígenas se deixam dominar pelos terratenentes (Cátedra Nasa Unesco, 2001b: 12).

Em Caldono, um dirigente conservador fez desaparecer o Cabildo, utilizando a pressão do governo e do partido conservador. Na mesma época também desapareceram os Cabildos de Miranda e Munchique e perderam suas terras (Cátedra Nasa Unesco, 2001b: 38)

Perante a incapacidade do Partido liberal de conter a violência mediante a resistência civil, de forma espontânea e em múltiplas regiões se dão os passos iniciais da resistência armada camponesa (Pizarro, 1989: 4). O Partido Comunista proclama, em

---

<sup>70</sup> Este era secretário de Quintín Lame e pertencente ao Partido Comunista



1949, a criação de comitês de autodefesa, caracterizados como uma forma de defender os interesses do campesinato. Alguns núcleos de autodefesas vão se transformar em guerrilhas móveis (Pizarro, 1989: 6). Assim, a autodefesa camponesa e os núcleos guerrilheiros vão se constituir na modalidade central da atividade do Partido Comunista, em especial devido à desarticulação do movimento operário<sup>71</sup> (Pizarro, 1989: 4).

Nos primeiros anos de surgimento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), sua composição social era notadamente camponesa, com muitas poucas exceções. Alguns setores indígenas do Norte de Cauca tiveram também que procurar apoio nas guerrilhas, aproximaram-se a elas para garantir a sua sobrevivência em face à repressão e participaram em algumas destas autodefesas armadas (Cátedra Nasa-Unesco, 2001a: 38).

#### **4.5 Nova abertura das oportunidades políticas, Nova aliança entre o governo liberal e os setores populares, etapa de reformismo e nascimento de fortes organizações camponesas e indígenas: 1960-1970**

O governo agora estava nas mãos do Frente Nacional (1958-1974), o pacto que fazem os conservadores e liberais para se alternar no poder e parar com a violência partidarista que já tinha causado inúmeros mortos e deslocados no país. Este governo desdobra a sua política em uma mistura de ação militar para as zonas onde operam diretamente os grupos armados e de outro lado, intensifica uma política de reformismo no resto do país (Kalmanovitz, 1995: 55). Esta política reformista é, além disso, estimulada pela pressão dos Estados Unidos, como medida para prevenir o avanço do comunismo na América Latina, em face à triunfante Revolução Cubana e ao desenvolvimento, na Colômbia, de grupos guerrilheiros de inspiração comunista. Este fomento parcial de medidas reformistas facilita o aparecimento de organizações de camponeses e indígenas, cujas demandas são mais uma vez legitimadas.

O medo de uma possível expansão das guerrilhas e a necessidade de restaurar o controle político sobre a população rural, indicaram que concessões aos camponeses eram cruciais. O compromisso da Reforma Agrária foi um dos componentes chaves dos programas que visavam restaurar a harmonia entre as classes sociais sob a hegemonia

---

<sup>71</sup> A CTC tinha se dividido em três facções: a liberal, a conservadora e a comunista, ficando fragmentada e sujeita ao controle político dos partidos tradicionais. A classe operária foi assim, incapaz de fornecer alternativas para uma oposição unificada (Zamosc, 1986: 39).

das mesmas classes que foram responsáveis pela guerra (Zamosc, 1986: 35). Em 1961 é aprovada a Lei 35 ou Lei de Reforma Agrária e cria-se o Incora (Instituto Colombiano de Reforma Agrária), como organismo encarregado de levar adiante esta política.

No começo, a ação deste organismo limitou-se a certas regiões, onde sérios conflitos pela terra haviam ocorrido, e em meados dos anos sessenta, pareceu claro que a reforma agrária não envolveria sérias mudanças estruturais a menos que os camponeses pressionassem para que fossem feitas (Zamosc. 1986: 36). Por outro lado, as estruturas de participação criadas pelo governo com vistas a contribuir para a pacificação, como as Juntas de Ação Comunal (JAC), funcionaram como ferramentas paternalistas dos “gamonales” e consolidaram o exercício do poder político clientelista.

O clima de reformas e a política social do governo criaram, no entanto, condições favoráveis para a articulação de demandas camponesas através de organizações gremiais nas zonas rurais. Grupos de camponeses, ligas e sindicatos começaram a se multiplicar de novo, realizando pressões pela terra e desafiando os latifúndios.

Algumas expressões da esquerda ganham influência nas organizações camponesas e indígenas da região. Nos anos 1961 e 1962 é criado por Alfonso López Michelsen, o Movimento Revolucionário Liberal, integrado por liberais e comunistas. Este movimento propõe a entrega de terra de forma gratuita aos camponeses, a eliminação completa do latifúndio, o fomento do cooperativismo, a participação ativa de organizações camponesas em órgãos de reforma, assim como crédito fácil e barato. Setores indígenas e populares de Cauca participam deste movimento (Cátedra Nasa-Unesco, 2001a: 40). Também a Igreja impulsiona a criação de algumas organizações baseadas na doutrina social da Igreja, como a Federação Agrária Nacional (FANAL), onde participam alguns setores indígenas, especialmente de Jambaló.

Porém, só até 1967 a lei de Reforma Agrária é levada a sério pelo governo de Carlos Lleras Restrepo, como resultado das mudanças socioeconômicas no país. Em meados dos sessenta se apresenta o esgotamento da política de substituição das importações e a queda dos preços do café, o que produz uma recessão da economia com o estancamento da indústria e o desemprego urbano agravado. A Reforma agrária é

proposta como uma forma de deter a migração rural nas cidades e expandir o mercado interno, mas não deixa de encontrar opositores nos grandes proprietários de terras (Zamosc, 1986: 50).

Com o intuito de viabilizar esta Reforma Agrária, o governo cria por decreto presidencial a ANUC (Associação Nacional de Usuários Camponeses), para se contrapor à oposição dos partidos tradicionais e servir de impulso externo à lei, assegurando, no entanto, o máximo controle sobre os camponeses mobilizados. O estímulo desta organização era a participação do movimento camponês na administração dos serviços rurais, mas acabou gerando todo um movimento pela terra, com uma ampla participação dos camponeses no país que, no final, saiu das mãos do governo.

A estrutura organizacional da ANUC tinha uma hierarquia rígida. Na base estavam as associações municipais. A Assembléia local, composta por não menos do que 10% dos usuários registrados no município, elegia a Junta Diretiva, onde seus cinco membros alternavam os papéis de presidente, secretário e tesoureiro. As associações municipais coordenavam os comitês dos distritos rurais. Acima das associações municipais estavam as departamentais (Zamosc, 1986: 59). Por causa de seu status semi-oficial, a ANUC tinha uma relação com o Estado de completa dependência. Os promotores de campo e o pessoal da Divisão da Organização Camponesa do governo preparavam e organizavam a maioria das atividades da ANUC em âmbito local, regional e nacional.

A construção a partir da base, no entanto, criou condições favoráveis para uma verdadeira representação camponesa. O governo forneceu para esta organização alguns canais de comunicação, como jornais, estruturas para encontros e mecanismos para promoção de lideranças, o que tornou possível, elaborar e exprimir as demandas dos camponeses. A redistribuição das terras foi estabelecida, desde o começo, como a principal preocupação destes.

Começou, assim, uma grande onda de demandas e invasões de terra que entre o final de 1969 e o início de 1970, se torna um tema e uma atividade nacional. Porém, permanece dentro dos limites do reformismo de governo, de tal modo que, nas eleições

de 1970, os membros desta organização dão apoio ao Frente Nacional (Zamosc, 1986: 68).

No Cauca, os indígenas se mostraram como os mais dinâmicos nestes processos de recuperação de terras. Vários setores indígenas participaram através da ANUC e começaram as recuperações de terras nas grandes fazendas, que depois eram entregues pelo governo através do Incora.

As recuperações de terra no caso dos indígenas se faziam além do marco da reforma agrária, apelando para as leis indígenas que protegem as terras dos resguardos.

#### **4.6. Fechamento do sistema de oportunidades. Derrota do reformismo. Reação das elites e mudanças nos alinhamentos políticos: 1970-1984**

No Cauca, como em outros departamentos, as recuperações de terras provocaram nos fazendeiros e políticos regionais uma forte repressão. Perante a política nacional do governo, favorável à reforma agrária, os terratenentes começam a reorganizar grupos de “pássaros” que tinham ficado latentes depois do período de violência anterior, como forma de combater camponeses e indígenas nas suas tentativas de posse de terras (Cátedra Nasa-Unesco, 2001a: 53).

Esta reação das elites é agravada com a mudança das condições socioeconômicas e a chegada ao poder do presidente conservador Misael Pastrana (1970-1974) e dos dois governos seguintes, o de López Michelsen (1974-1978) e o de Turbay Ayala (1978-1982). Com a melhoria da situação econômica, a reforma agrária já não aparece como necessária para a burguesia, pelo contrário, a produção para exportação estava se tornando o elemento chave em uma nova fase do capitalismo na Colômbia. Assim, o governo de Misael Pastrana, oposto ao movimento camponês, começa afastar à ANUC dos espaços institucionais, e, ao longo da sua administração, transforma a reforma agrária em um instrumento de defesa dos interesses dos grandes proprietários e de suporte à agricultura capitalista e de controle das aspirações dos camponeses (Zamosc, 1986: 69, 97). No entanto, as recuperações de terras continuarão, porém, com uma forte repressão por parte do governo e dos terratenentes.

O novo clima de repressão e oposição das classes dominantes favoreceu uma radicalização dentro da ANUC. Várias correntes tinham influência dentro do movimento camponês. As lideranças camponesas liberais e conservadoras estavam contra um total rompimento com o governo, enquanto as lideranças influenciadas por militantes troskistas e conselheiros do Partido Comunista defendiam as ocupações de terra por ação direta dos camponeses e uma independência política e organizativa frente ao Estado e aos partidos políticos. Esta facção se impôs na segunda reunião da Junta Nacional da ANUC em 1971 (Zamosc, 1986: 71).

Assim, rompida a aliança com o partido do governo, o novo alinhamento do movimento camponês sob a influência das correntes de esquerda mais radicais se pretendia fazer com a classe operária e os outros setores populares, visando uma mudança estrutural no país pela via revolucionária. Alguns dos grupos de esquerda, que pretendiam influenciar a ANUC, acreditavam que aconteceria uma revolução agrária no país, comandada por quadros proletários. A politização da esquerda substituiu então o suporte ideológico do reformismo promovido pelo Estado na fase anterior.

A demanda pela terra virou uma luta política já que a expropriação da terra implicava a destruição do poder político da classe possuidora e do sistema clientelista (Zamosc, 1986: 92). Essa radicalização do movimento camponês, porém, não foi igual em todas as partes. Houve regiões onde as lealdades de partido bloquearam a influência ideológica da esquerda e nas zonas de minifúndio as demandas foram muito mais conservadoras, no sentido de aprimorar os serviços do Estado antes que desafiar sua autoridade.

Diferente dos camponeses, houve coordenação regional e grande radicalismo nas lutas indígenas do Cauca. Quando a ANUC começou a se dividir internamente, os indígenas também se afastaram desta organização, criando uma própria, o CRIC (Conselho Regional Indígena do Cauca) em 1971, que viria a ser muito mais dinâmico nos processos de recuperações de terras nesta região e resistiria melhor à ofensiva do Estado e das elites, seguindo assim, um caminho diferenciado dos camponeses.

Com a assinatura do Pacto do Chicoral, em 1972, se confirma o compromisso do governo com a via de desenvolvimento pela agricultura capitalista apoiada na grande

propriedade e se declara, formalmente, a contra-reforma agrária. O governo se compromete com os grandes proprietários com este Pacto a parar a reforma agrária, em troca, estes devem pagar impostos cadastrais pelas terras que possuem, que no final, irão evadir.

Com intervenção do governo, a ANUC se divide em duas, uma sob controle do governo, chamada linha Armênia, que teve escopo muito limitado e que vai receber pleno reconhecimento e suporte financeiro e outra de corte radical, chamada linha Sincelejo, que vai agir no departamento do Cauca. Além disso, a repressão tornou-se uma clara política oficial e o tratamento para as invasões de terras virou coercitivo e aumentou a perseguição às lideranças camponesas e as contínuas hostilidades contra a ANUC Sincelejo (Zamosc, 1986: 103, 104).

Esta ANUC mais radical desenvolveu sólidos laços com muitas fundações de caridade, religiosas, uniões de camponeses e outras instituições estrangeiras (Zamosc, 1986: 106). Porém, a retirada do apoio oficial, a forte repressão às ocupações de terras e a diminuição da intensidade da luta em algumas regiões, por causa da satisfação com o resultado inicial da vitória na luta pelas terras e dos programas paliativos do Estado, foram minando a combatividade da ANUC.

Uma das causas mais fortes do enfraquecimento da ANUC foi, ainda, segundo Zamosc (1986), a disputa ideológica interna entre os grupos de esquerda que se caracterizaram pela fragmentação<sup>72</sup> e sectarismo. Além da ausência de uma proposta própria por parte dos camponeses, que conseguisse dar uma unidade e coerência ao movimento, por fora tanto dos partidos tradicionais como dos grupos de esquerda que já não refletiam as necessidades e aspirações dos camponeses, mais interessados em demandas imediatas e na melhora de sua situação econômica. As lideranças camponesas não conseguiram realizar nenhuma elaboração ideológica, pelo contrário, outros intelectuais de esquerda estavam fornecendo agora a inspiração ideológica (Zamosc, 1986: 117).

---

<sup>72</sup> Dentro dos grupos de esquerda que visavam dirigir o movimento camponês tinham maoístas, marxistas-leninistas, trotskistas, enquanto os camponeses não tinham tanta clareza política. Como resultado se subordinaram as demandas cotidianas dos camponeses às abstratas metas políticas.

Os grupos de esquerda com influência dentro da ANUC começaram a ser criticados por algumas lideranças camponesas, que culpavam suas atitudes extremistas de conduzirem os camponeses da base à deserção, de estarem afastando outros setores do campesinato, ao se focarem exclusivamente na luta dos sem terra e, além disso, começaram a considerar impraticável o projeto de revolução da esquerda. A consequência desta divisão e sectarismo dentro da ANUC foi a fragmentação também da ANUC Sincelajo. Com esta divisão se produziu uma desintegração da solidariedade e da ideologia que sustentava as lutas pela terra (Zamosc, 1986: 120, 121).

Esta situação piora com o envolvimento de setores camponeses nos cultivos ilícitos e o negócio do narcotráfico que ganha espaço no país nesta época, promovendo valores e lealdades diferenciadas e contrárias às de um movimento de classe. Os membros da ANUC Sincelajo, são acusados, no seu terceiro Congresso, de corrupção, arranjos políticos e manipulações financeiras secretas, o que acabou destruindo a sua credibilidade e a influência em regiões inteiras.

A posterior diferenciação da população camponesa, ligada ao fortalecimento da produção capitalista no campo e ao desenvolvimento de relações de trabalho assalariadas e de arranjos de outro tipo, diferentes dos existentes até esse momento, vão fazer com que o campesinato vire um setor muito heterogêneo. Desta forma, a definição de classe não é clara, dificultando, ainda mais, as possibilidades de constituir uma organização unificada (Zamosc, 1986: 143).

Depois da queda da ANUC, se criam organizações camponesas de diferentes tipos, mas fragmentadas, dispersas e muito menos beligerantes, mais focadas em objetivos pragmáticos e com um escopo menor.

As organizações camponesas, criadas pelo Estado, conseguiram, por sua vez, algumas melhoras para os camponeses, contudo, ao preço de reforçar canais verticais de participação, fortalecendo o poder dos gamonales e ampliando o clientelismo político (Zamosc, 1986: 195). Além disso, os títulos dados pelo Estado através do Incora para os colonos, o único campo onde a política de terras terá um efeito importante, não serão garantia para resistir às bandas armadas dos terratenentes, quando as zonas de fronteira tenham possibilidade de se valorizar ou quando estes precisem ampliar suas zonas de

gado, o que vai fazer com que alguns camponeses destas regiões de fronteira agrícola respondam a estas pressões através de seu apoio aos grupos guerrilheiros (Kalmanovitz, 1995: 50)<sup>73</sup>.

#### **4.6.1 Os indígenas desenvolvem cada vez mais sua própria organização.**

Enquanto a organização camponesa se enfraquecia organizativa e ideologicamente, os indígenas fortaleciam cada vez mais a sua organização no processo de recuperação de terras dos anos setentas e oitentas, e se diferenciavam das outras organizações, justificando suas lutas ao redor da identidade indígena, não sem experimentar uma forte reação por parte dos grandes proprietários.

Os indígenas foram fortemente influenciados por um grupo de conselheiros independentes de esquerda, principalmente antropólogos, que tinham exercido um papel crucial na criação do CRIC. Mesmo que as ocupações de terra de 1974 tenham sido cuidadosamente preparadas, os proprietários de terra do Cauca usaram métodos tradicionais para tratar a rebelião indígena. As autoridades expulsaram brutalmente os grupos, houve apreensões coletivas, torturas e um número grande de lideranças foram assassinados por quadrilhas de “pássaros” (Zamosc, 1986: 11). Mas, mesmo assim, conseguem criar em 1982 a Organização Nacional Indígena, ONIC.

Diferente dos camponeses, os indígenas vão se afastando, tanto das organizações de esquerda mais radicais, como da política tradicional, definindo e reforçando uma linha mais focada na sua identidade como indígenas e no resgate de suas tradições e formas organizativas próprias.

Os indígenas criticavam que a ANUC não considerava as características e necessidades próprias deste setor, já que seus problemas se relacionavam com a

---

<sup>73</sup> Ao respeito também afirma o Héctor Mondragón (2002: 12). “As poses de terras que tinham sido 600 em 1971 em pleno auge da ANUC, se reduziram num total de 6 entre 1978 e 1981. Mas, se a luta aberta e massiva do campesinato pela terra estava quase liquidada, a luta guerrilheira se multiplicou... durante o governo de Turbay a guerrilha começou a crescer aceleradamente: os frentes das FARC se duplicaram durante a vigência do Estatuto de Seguridad; o M 19 que agia somente nas cidades se desdobrou no setor rural e guerrilhas que tinham recuado como o EPL ou sofrido derrotas como o ELN se recuperaram e ampliaram”.



recuperação de terras dentro dos Resguardos, que era uma figura específica para este tipo de população. Então criam o CRIC em 1971, como organização própria, mas vinculada à luta pela terra, que no começo funcionava dentro da ANUC. Era dada ênfase na ampliação dos Resguardos, no fortalecimento dos Cabildos, na defesa da legislação indígena, nas línguas e nos costumes, por meio da educação com professores indígenas. Mas, o rompimento total com a ANUC vai se dar quando esta organização tenta impor um secretário que o CRIC não vai reconhecer e decide defender sua autonomia indígena, mantendo o CRIC como uma organização diferente.

Embora, as lideranças indígenas também tivessem muita proximidade com os grupos de esquerda no começo da etapa das recuperações de terras, o afastamento com estas também resultou da negativa das lideranças indígenas em ceder a estes a direção do movimento. Assim, muitas das lideranças no começo foram militantes do Partido Comunista, e no Norte do Cauca, as Farc também exerciam uma grande influência política-armada. As Farc vinham do Tolima e se assentaram na parte alta de Tacueyó, Corinto e Miranda. Em Jambaló esta influência era exercida pelo Partido Comunista Maoísta e o Exército Popular de Libertação, EPL.

Mas, segundo as entrevistas realizadas pela Cátedra Nasa-Unesco, os membros destes grupos começaram a pressionar aos dirigentes indígenas para afastá-los do movimento, demonstrando seu intuito de querer tomar a direção unívoca deste (Cátedra Nasa-Unesco, 2001a: 59). Segundo Peñaranda (2006: 564), as Farc se opuseram às recuperações de terras das comunidades indígenas para não perder sua fonte de financiamento nas extorsões que faziam aos fazendeiros e chegaram ao extremo de assassinar dirigentes indígenas acusando-os de serem delinquentes.

Este afastamento destas organizações provocou um massacre de ambas as partes no Resguardo Indígena de São Francisco que deixou mais de cem mortos (Cátedra Nasa-Unesco, 2001c: 59).

Com estas recuperações de terras, o Cabildo vai se fortalecendo já que ele é agora o encarregado da administração das terras e se inicia um processo de estudo das leis que vão produzir uma maior consciência da necessidade da luta e da união indígena. O discurso que legitima as recuperações enfatiza a condição dos indígenas de legítimos

donos das terras nas quais os fazendeiros estavam os explorando. O Cabildo e o Resguardo se tornaram altamente valorizados e vistos como necessários para a sobrevivência deste grupo de população. Os governadores destes, antes nomeados pelos gamonales ou a Igreja, são agora eleitos pela mesma comunidade.

Mas o processo não foi igual em todos os resguardos da zona norte. Em Miranda, por exemplo, não se lutou por terras já que o medo estava espalhado entre a população e o Cabildo não conseguia mobilizar pessoal para estas tarefas, então ali os indígenas optaram por comprar suas terras dos terratenentes antes que invadi-las (Cátedra Nasa-Unesco, 2001b: 13).

É com a criação do CRIC e seu trabalho de assessoria nos distintos resguardos que foram se organizando os Cabildos e se dando forma à luta indígena. Através do CRIC e dentro do marco das recuperações de terras muitos indígenas se capacitaram, conhecendo seus direitos, a legislação indígena e os títulos de Resguardo. Parecem ser estes processos e estes esforços os que irão produzir uma maior unidade e solidariedade dentro da população indígena, antes que serem estes uns traços permanentes e imutáveis desta. Uma liderança indígena de Corinto lembra que:

Antes nas nossas comunidades vivíamos muito desunidos. Havia muita influência dos políticos tradicionais. A gente trabalhava de maneira individual... Não se tinha uma visão comunitária. A gente desconhecia nossa própria história, não se tinha uma consciência do que realmente significava sermos nasas. (Cátedra Nasa-Unesco, 2002: 4)

As recuperações de terras também favoreceram o intercâmbio e o fortalecimento de relações entre os distintos resguardos e Cabildos da região, através das estratégias de mútua-ajuda para invadir as fazendas:

Por exemplo, a comunidade de São Francisco lhe pedia ajuda ao Resguardo de Toribio ou de Caloto. Depois os de São Francisco devolviam a colaboração e apoiavam os demais...

Faziam-se reténs. Enquanto uns companheiros estavam na fazenda, levando a cabo a recuperação, tinha outro grupo que estava a uma distância de uns poucos quilômetros e quando o inimigo chegava, este informava aos demais para eles procurarem o modo de se defender...

Usou-se também o idioma próprio entre eles para que os brancos não conseguissem entender (Cátedra Nasa-Unesco, 2001d: 4)

O intenso clima de violência e repressão que esta população vivia também reativa a figura do médico tradicional, como estratégia de proteção e defesa contra os perigos externos e o ambiente hostil.

Em estas épocas de violência e perigo, quando se nomeava o Cabildo indígena, havia ervateiros que ajudavam muito que recomendavam que a pessoa desviasse seus percursos por vários caminhos para não ser morta. O Governador do Cabildo utilizava os ervateiros em consultas, eles avisavam se podiam viajar para Popayán...Quando se ouviam más notícias desde o governo, pegavam coca em cada casa e iam se sentar nas cordilheiras até as notícias ruins se acalmassem (Cátedra Nasa-Unesco, 2001d: 84).

Os indígenas responderam ao agudo ambiente de repressão sobre as organizações populares existente no país (que estigmatizava qualquer manifestação de demandas sociais como aliadas da insurgência), e às pressões dos grupos guerrilheiros, com a criação de um grupo guerrilheiro chamado Quintín Lame. Este foi criado como estratégia para defender as recuperações de terras ameaçadas pelos ataques dos “pássaros” e de grupos armados contrários à organização indígena. Porém, este grupo se constituiu com ajuda do grupo guerrilheiro M-19, que, no entanto, se mostrava mais aberto às demandas de autonomia do movimento indígena e se manteve sob a direção dos Cabildos, sem provocar assim a quebra do movimento social.

#### **4.7 Nova abertura de oportunidades para os indígenas, reconhecimento dos direitos das minorias étnicas e perdas para os camponeses: 1984-1998.**

Nos anos oitenta se consolida, para os indígenas, o que se tinha ganhado em matéria de território, embora as ocupações de terras não parem e o processo continue sendo alimentado por diversas fontes.

Nas terras recuperadas se conformaram empresas e lojas comunitárias para fortalecer a economia das comunidades e apoiar o processo organizativo. Aparecem então os projetos comunitários. Segundo as entrevistas coletadas pela Cátedra Nasa-Unesco, o principal promotor da organização destes projetos e do ideário nesta época foi o padre indígena Álvaro Ulcué. Este padre, sob os princípios da teologia da libertação, liderou a organização indígena em Toribio, preocupado com a perda do idioma e da cultura, assim como, com a desorganização que ainda era predominante nos resguardos. Ulcué forma, nos resguardos, grupos de estudo sobre leis indígenas e teologia da

libertação, cria importantes relações com pessoas de fora, entidades e organizações que ajudam nas atividades de conscientização. Com o apoio deste padre se criam cooperativas e nasce o Projeto Nasa, também chamado Plano de Vida, um dos ganhos mais importantes do movimento indígena, base de suas futuras demandas pela autonomia e um dos eixos principais de seu atual conceito de resistência.

O Projeto Nasa integra programas nas áreas de saúde, educação, moradia, produção e um trabalho de evangelização, visando fortalecer a comunidade indígena nas dimensões social, política, econômica, cultural e espiritual (Chaux, 2005: 87). O desenvolvimento deste projeto se fez através de assembléias comunitárias acompanhadas de oficinas, cursos, de onde saiam planos, programas, projetos, que depois viravam informes, trabalhos comunitários e empresas comunitárias.

No entanto, a metodologia para a definição deste roteiro de vida para a população indígena do resguardo se fez e ainda se faz em cima dos princípios e valores resgatados da tradição, no que os indígenas chamam de Lei de Origem. A principal ênfase está posta sobre o conhecimento dos mais velhos e a atualização dos costumes antigos e a “sabedoria ancestral”, o que vai trazer vantagens para a definição da identidade do movimento, mas, segundo algumas evidências apresentadas pelo material coletado, parece ser uma das causas das fendas e distanciamentos com os mais jovens<sup>74</sup>.

Seguindo a mesma metodologia que Toribio e com os mesmos objetivos, são criados, a partir de 1987, projetos semelhantes nos demais resguardos da zona norte. Nasceram, assim, o Projeto Global em Jambaló, o Projeto Unidade Paez em Miranda, o Projeto Integral em Huellas, Caloto, o Projeto Yu’Luucx em Canoas e Munchique no município de Santander de Quilichao, o Projeto Força Grande, no Resguardo López Adentro em Corinto; o Projeto As’t Fxixi Kiwe nos Cabildos das Delícias, Guadualito, Concepción, Cerro Tesouras e Povo Novo em Santander de Quilichao e Buenos Aires.

As reivindicações dos indígenas são validadas pelo Estado pela primeira vez a partir de 1980, quando se dá uma virada na política indigenista deste<sup>75</sup>, que tinha sido

---

<sup>74</sup> Porém, este tema requer mais pesquisa e seria interessante para futuras investigações.

<sup>75</sup> Este é amplamente documentado por Christian Gross (1991) que coloca que esta posição do Estado seria uma tática para um Estado em situação de perda e na procura de legitimidade em momentos em que

até agora integracionista (isto é, que não reconhece sua particularidade nem pretende protegê-la) e de abandono para estas populações. Esta virada se faz através da elaboração de um diagnóstico sobre a população indígena na Colômbia que descreve a marginalização física do indígena e a desintegração social e cultural que afrontavam. Diante disto, o Estado responde com a criação, nas terras baixas, fundamentalmente, de 69 reservas indígenas. E ainda, com a formulação do Programa Nacional de Desenvolvimento das Populações Indígenas PRODEIN, em 1984, promove o fortalecimento da identidade indígena e suas formas tradicionais de organização, a consolidação dos laços territoriais comunitários e a adoção de alternativas modernas de subsistência que lhes permitam melhorar seu nível de vida.

Esta nova política, mesmo que não fosse fielmente seguida por todos os órgãos do Estado, implicou que este deveria negociar suas formas de intervenção em matérias como educação, saúde e desenvolvimento, com as autoridades indígenas e as organizações do movimento, isto é, se promove uma participação direta da população indígena nas decisões que os afetam. No norte do Cauca isto se concretizou no Plano Quadrienal de Desenvolvimento das Comunidades Indígenas do Nororiente do Cauca, formulado em 1982, pela Governação do Cauca e no plano de desenvolvimento da Corporação para a Reconstrução e o Desenvolvimento do departamento do Cauca (CRC) que incluíram a consulta aos governadores indígenas e a inclusão das propostas apresentadas pelas comunidades. O anterior enriquece o repertório de confrontação do movimento indígena ao abrir espaços institucionais às formas de expressão e aos interesses destas comunidades.

Dentro do marco da descentralização, as comunidades indígenas que vinham lutando pelo direito à terra encontram uma conjuntura favorável para consolidar e legitimar seus direitos territoriais e para alcançar uma maior autonomia no governo próprio. Isso ocorre por meio do reconhecimento de terras ancestrais, do saneamento dos resguardos e da legalização de terras recuperadas (Sotomayor, 1998: 412).

---

a situação de violência e de fortes conflitos nos campos o transbordam, deste modo o Estado exerceria um controle indireto em zonas conflituosas delegando para os indígenas certas funções sobre estes territórios e conseguiria a adesão destas populações situadas em zonas nem muito apetecidas pelos interesses econômicos dominantes.

No que diz respeito aos grupos armados, as lideranças da ACIN falam de um acordo realizado entre o grupo Quintin Lame e as FARC no ano 1986. Neste acordo, assinado pela cúpula das FARC, estes se comprometem a respeitar os Cabildos e a não criar cenários de guerra nas comunidades indígenas, enquanto os membros do Quintin Lame se comprometem a não combater contra eles. Esta espécie de pacto de convivência permite aos indígenas um período de tranquilidade nas suas comunidades. Porém, o Quintin Lame começa se desprestigiar nas comunidades indígenas por alguns casos de abusos de poder e pela atração que cria das forças estatais como alvo para a repressão (Entrevistas com Manuel Ramiro Munhoz e discurso de Ezequiel Vitonás, fev, mar/2007).

#### **4.7.1. A Constituição de 1991.**

Novos cenários para a expressão do movimento indígena se abrem também com a promulgação da Constituição de 1991 e sua aspiração de abertura democrática. Esta constituição além de criar novos espaços e condições para o desenvolvimento do jogo político, reconhece certos direitos políticos, sociais e culturais a grupos étnicos minoritários. Os indígenas ganham, com esta a jurisdição especial sobre seus territórios, o acesso às transferências da nação de acordo com a população dos resguardos e o reconhecimento do seu idioma como oficial, entre outros<sup>76</sup>.

Estas transformações do regime político, que possibilitaram novas formas de expressão através dos canais institucionais, levaram ao fim do Movimento guerrilheiro indígena Quintín Lame, que entregou suas armas neste ano, como forma das comunidades indígenas entrarem nesta nova dinâmica. Além disso, o grupo modificou sua atuação porque nestas novas circunstâncias, as autoridades indígenas perceberam que eram maiores os riscos da manutenção deste movimento, devido às conseqüências imprevisíveis e os limites que trazia o uso da violência. Abre-se assim, o caminho pela busca de propostas pacíficas por parte deste movimento.

---

<sup>76</sup> Na participação dentro da Assembléia Nacional Constituinte, os indígenas utilizam estrategicamente o discurso global em favor da diversidade cultural, este é estruturado a partir das conferências internacionais que se desenvolvem na década dos oitenta contra a discriminação dos índios (Castillo, 2005: 310)

A proteção constitucional sobre os territórios indígenas se entrelaça com o convenio 169 da OIT, ratificado pela Colômbia sob a lei 21 de 1991, o que oferece mais garantias para este grupo populacional.

A descentralização e a ampliação do espaço político também se refletiram em uma reorganização da participação no interior dos resguardos, já que comprometeram as comunidades com o planejamento e com a gestão do desenvolvimento local. Assim, as mudanças constitucionais significaram uma maior responsabilidade administrativa e política dos Cabildos, dinamizando e dando recursos para a gestão dos projetos de vida formulados pelas comunidades dos resguardos. A gestão de propostas, os planos de desenvolvimento e de investimento, a administração do orçamento, etc., motivaram inicialmente a reorganização dos Cabildos, não sem deixar de gerar problemas pela falta de preparação destas entidades para assumir estas tarefas.

O CRIC por sua parte é reconhecido como autoridade indígena no Cauca e interlocutor ante o Estado. Este também se descentraliza, visando ter dentro dele representantes por cada zona do departamento. Dentro desta dinâmica é criada a ACIN, em 1994, na zona norte, visando fortalecer a união zonal, apoiando a gestão dos Cabildos, coordenando atividades conjuntas, administrando recursos para a zona e exercendo funções de representação.

É a partir do desenvolvimento da organização nos resguardos e aproveitando os espaços abertos pela nova Constituição que os indígenas começam a se envolver na política com a criação dos Movimentos Cívicos. Estes são criados com o intuito de dar resposta à corrupção que caracterizava os partidos tradicionais e conseguir canalizar as demandas e necessidades da população indígena por uma via independente destes partidos. Estes movimentos políticos têm ampla aceitação nos municípios indígenas, assim, desde 1994, a organização indígena tem conseguido acesso à prefeitura de Toribio e desde 1997 em Jambaló.

As organizações indígenas do departamento do Cauca respondem à conjuntura de abertura política apresentando grande quantidade de candidaturas indígenas à distintas prefeituras, especialmente na zona de estudo, e respaldando candidaturas independentes de indígenas para a Câmara e o Senado. Aliás, no ano 2000 um candidato

indígena chega ao governo do departamento, em aliança com outros setores populares em nome do Bloco Social e Alternativo.

#### **4.7.2. Os Camponeses, os perdedores na Constituição de 1991.**

Segundo Héctor Mondragón (2003), destacado pesquisador do movimento camponês na Colômbia, os camponeses foram deixados de lado nos benefícios da Constituição, já que, diferente dos indígenas e afro-colombianos, não foram reconhecidos como um grupo social vulnerável, e ao contrário, sua situação se viu piorada.

A Constituição propiciou um reajuste institucional a partir do artigo transitório 20, que facilitou que as entidades do Estado que prestavam serviços aos camponeses fossem banidas e desmanteladas, assim como o crédito de fomento rural.

Os camponeses ficam então, diferentes dos indígenas, sem terras inalienáveis e sem nenhum regime constitucional que lhes permita obter essa proteção como acontece com os afro-colombianos. Isto significa que os camponeses não têm garantia suficiente de seus direitos de propriedade da terra, o que os torna altamente vulneráveis ao deslocamento, não somente por causa da violência, senão também pelas petroleiras, minas e mega projetos e pelas dívidas, com um sistema bancário que já não tem taxas especiais para o campesinato (Mondragón, 2003: 18). Segundo este mesmo autor, esta situação facilitou o processo de concentração da propriedade rural desde 1981<sup>77</sup>.

A única Lei favorável para a população camponesa, durante este período, foi a Lei 60 de 1994, que criava a figura de Reservas Camponesas, como forma de proteção das terras para os camponeses nas zonas de colonização, mas que não terá uma aplicação extensiva e vai ser bloqueada de muitas formas.

---

<sup>77</sup> “Os grandes proprietários, 5000 pessoas, passaram de ter o 32% da terra em 1984, a serem proprietários do 45% em 1997 e do 50% no ano 2002” (Mondragón, 2003: 18)



#### **4.7.3 Os efeitos da abertura econômica na região do norte do Cauca: enfraquecem os camponeses e sua organização.**

No norte do Cauca, como foi visto, a partir dos anos 50, com a capitalização da grande propriedade rural, se cria uma pressão sobre as pequenas propriedades dos camponeses negros e indígenas, pela necessidade de mais terras para a agroindústria da cana-de-açúcar. Muitos camponeses negros não conseguiram resistir, tornando-se o proletariado vinculado aos novos empresários capitalistas e ficando assim, em sua maioria, desvinculados da terra. Esta expansão gera também a migração na zona de trabalhadores rurais de outros departamentos o que aumenta a heterogeneidade do campesinato na região. Os camponeses negros empobrecidos e despojados de autonomia com a expansão açucareira, viram-se aprisionados nesta engrenagem que articulava também um tipo de política clientelista.

Os impactos da abertura econômica no departamento do Cauca tendem a piorar esta situação. Segundo Ortiz (1999), com a abertura econômica se reforçou a dependência do padrão de acumulação do departamento ao redor da agroindústria açucareira, desaparecendo outro tipo de atividades e debilitando a pequena agricultura, incrementando assim, o desemprego e o prejuízo das condições laborais. Os menores preços externos implicaram em uma redução dos termos de intercâmbio e uma alteração dos preços dos produtos agrícolas susceptíveis de serem cultivados no departamento (algodão, sorgo, milho e soja) que deixaram de ser rentáveis.

Dadas as possibilidades de substituição de cultivos temporais por cana, os melhores preços observados pela cana têm trazido como resultado uma re-alocação de recursos orientada para aqueles cultivos de maior rentabilidade, fortalecendo a expansão da área cultivada com cana-de-açúcar. O crescimento dos cultivos permanentes também possibilitou uma expansão da fronteira agrícola do departamento, coincidindo com os fortes incrementos na população urbana dos principais municípios que compõem a zona norte.

As compras, vendas e alugueis da terra, além de ter propiciado mobilizações populacionais para as cabeceiras municipais, incrementou o preço deste recurso na região. As vendas e alugueis de terra por parte de pequenos e medianos proprietários

desta região não só implicou uma mudança na vocação da terra. Muitos agricultores e jornaleiros procuraram sua fonte de ingressos como parte da população economicamente ativa, que busca novos ingressos no mercado de trabalho da zona ou em Cali, como assalariados ou no setor informal. Seguindo esta tendência, os Planos de Desenvolvimento dos governos da década de noventa atribuíram ao campesinato um papel completamente subordinado à grande propriedade (Mondragón, 2003: 23). Na atualidade se apresenta uma ampliação das terras dedicadas ao cultivo de cana devido à recente vinculação das empresas deste ramo na produção de álcool carburante.

Segundo este autor, o incremento do desemprego e a deterioração das condições laborais reforça ainda mais as possibilidades de busca de geração de ingressos em atividades ilegais.

Com o estabelecimento da Lei Páez, desde 1995, os processos de industrialização capitalista e assentamento de empresas se intensificam na zona plana<sup>78</sup>, já que esta lei, surgida por causa de uma avalanche em 1994, que afetou principalmente as zonas indígenas paeces, incentiva a instalação de empresas nas zonas planas através de reduções tarifárias e isenções tributárias. Estas empresas utilizam tecnologias intensivas em capital pelo qual não geram muitos empregos, a maioria da mão-de-obra contratada é de fora da região e apresenta pouca articulação produtiva na zona.

Os camponeses se vêem então duplamente afetados, tanto pela política de Estado, como pelas condições socioeconômicas, o que tem um impacto direto no seu enfraquecimento organizativo. Assim, eles não conseguem se articular em organizações representativas e aglutinadoras deste setor. Aparecem algumas tentativas de organização por parte de ONGs que chegam na região provenientes de Cali e conformadas por acadêmicos ou empresários da região, como: EMCODES, CETEC (Corporação para estudos interdisciplinares e assessoria técnica) e Vallenpaz. Algumas das organizações criadas têm desdobramentos no movimento étnico afro-colombiano que se gesta na região e outras vão desenvolver um caráter principalmente produtivo.

---

<sup>78</sup> No ano 2004 havia 151 empresas estabelecidas na região (Dorado, 2004: 50).

#### **4.8. Fechamento das oportunidades políticas para indígenas e camponesas. Leis contrárias à pequena propriedade rural e crescimento da violência no campo: 1998 aos dias atuais.**

Como resposta à difícil conjuntura no setor rural depois da abertura econômica, no ano 1999, se realiza a parada camponesa, uma série de protestos que conduziram ao desenvolvimento de alianças entre setores populares do departamento que, liderados pelos indígenas constituem o Bloco Social e Alternativo como proposta de uma frente ampla de organizações sociais para construir propostas de “salvação” para o departamento do Cauca por fora dos partidos tradicionais, frente aos descumprimentos dos acordos realizados com o governo para melhorar a situação destes setores rurais.

Porém, depois de chegar ao poder no ano 2000, não conseguem se opor tão solidamente às políticas nacionais, nem produzir as mudanças que esperavam, voltando ao poder os partidos tradicionais nos anos seguintes.

Este período se caracteriza por uma ofensiva legislativa contra a pequena propriedade rural, que afeta inclusive os territórios de resguardo e uma exacerbação da violência no campo, com a chegada dos grupos paramilitares que provocam uma grande quantidade de deslocamentos forçados da população rural e um ambiente que limita ainda mais o desenvolvimento de formas organizativas. A título de ilustração, o sistema de informação CECOIN registra que durante o governo de Álvaro Uribe, foram assassinados 584 indígenas por motivos sociais ou políticos, 54 a mais do que durante o governo de Pastrana. Uma média de 146 assassinatos por ano entre 2002 e 2006, bem maior do que a média de 52 assassinatos por ano entre 1974 e 2002 (Mondragón, 2006).

A ofensiva legislativa contra os indígenas começou, segundo Mondragón (2007), com o decreto 1320 de 1998, que estabelece normas que violam o Convênio 169 da OIT e com o Código de Minas, que limitou os direitos sobre os territórios dos indígenas, ao dar diretos aos empresários mineiros para explorar o solo onde se encontrem estes recursos sem considerar as populações assentadas.

O Estatuto Rural, por sua vez, permite que as empresas adjudicatárias de explorações produtivas, terminem como donas do solo de indefinido número de hectares, instaurando de novo o regime de concentração de grandes propriedades de

terra em poucas mãos, a partir dos terrenos baldios do Estado (Mondragón, 2007). O mesmo estatuto pretende submeter o reconhecimento da propriedade indígena ao ordenamento territorial do município, tirando assim parte da autonomia e controle jurisdicional que estas populações tinham ganhado. O artigo 123, por sua vez, proíbe constituir ou ampliar os resguardos em algumas regiões, indo contra os planos e projeções desta população, que cresce demograficamente, pelo qual o problema da terra volta ser relevante para seu desenvolvimento. E por último, o artigo 124, pretende criminalizar a resistência indígena ao rejeitar a titulação de qualquer prédio que “pretendam se reivindicar por meio da violência”, o que afeta as atuais perspectivas de luta dos indígenas onde a ocupação de fazendas e terras nas suas regiões tem sido um mecanismo tradicional de negociação com o governo de acordos não cumpridos, assim como de reclamo de terras.

Os camponeses também são afetados com estes novos projetos de lei, já que estes colocam ainda mais impedimentos à aquisição e titulação de terras para reforma agrária e atacam as Reservas camponesas, um dos poucos ganhos do movimento camponês nos últimos anos. Estas, segundo o estatuto, só poderão se constituir “nas áreas nas quais predominem as terras baldias”, rejeitando as solicitações dos camponeses proprietários que tentam se defender do deslocamento forçado, acudindo à figura da Reserva Camponesa.

Resumindo, nas páginas anteriores apresentou-se como a organização indígena vai acumulando recursos organizativos nos períodos de abertura do sistema de oportunidades políticas que na atualidade se exprimem na consolidação de toda uma institucionalidade organizativa nos territórios de resguardos indígenas. Esta conta com direitos garantidos pelo Estado e com recursos provenientes deste para seu funcionamento. Além disso, a organização indígena, através do fortalecimento de suas autoridades próprias e da unidade ganhada nos seus territórios a partir do desenvolvimento de processos comunitários conseguiu definir também um projeto político alternativo exprimido na conformação de movimentos cívicos que participam da disputa pelos espaços de poder institucional na região e no país por fora dos partidos tradicionais.

Mostrou-se também como esta estrutura organizativa começa se desenvolvendo com a ajuda de grupos e idéias de esquerda radicais, em alguns momentos com intervenções explícitas de grupos guerrilheiros, mas progressivamente vai tomando distância destes para se sustentar em um discurso que salienta a identidade indígena e sob autoridades próprias.

Através destes períodos de fechamento e abertura das oportunidades políticas se viu como em um momento de conjuntura contrária ao movimento indígena este empreende a via armada como forma de defesa e reivindicação de seus direitos, mas esta é abandonada uma vez que o sistema de oportunidades políticas se abre de novo para permitir a participação institucional e a inclusão de suas demandas, dando passo também para o desenvolvimento de um discurso pacifista e a sustentação de formas não violentas de luta política.

Embora a organização camponesa atingisse altos níveis de organização em nível nacional com o desenvolvimento da ANUC na década dos sessenta e conseguiu realizar demandas importantes ao redor do tema da terra, nasce como uma organização cuja estrutura é fortemente dependente do Estado e sustentada no discurso reformista deste. Com o rompimento da aliança deste setor com as elites do governo se tenta uma aliança com a classe operária e os outros setores populares baseada em uma politização de esquerda radical que alimenta suas formas organizativas e seu discurso. Porém, esta aliança fracassa e se torna incapaz de se sobrepôr à política de repressão desatada contra eles, à marginalização deste setor por parte do Estado, às mudanças no desenvolvimento econômico do país, e aos efeitos corrosivos do narcotráfico nas zonas rurais.

Desta forma, o movimento camponês não consegue se definir como um movimento de classe nem se desenvolver ao redor de uma identidade própria. As organizações camponesas que viriam depois da queda da ANUC se caracterizariam pela fragmentação, dispersão e menor beligerância com um escopo muito menor e menos político, possibilitando o fortalecimento das redes clientelistas na região e a fuga de muitos dos camponeses para os grupos guerrilheiros em busca de proteção ou como alternativa ante a crise econômica no campo.

Na última etapa, crítica para ambos os setores, a organização indígena, porém, está mais consolidada do que a camponesa pelos ganhos obtidos no período anterior e seus desenvolvimentos organizativos, nos quais têm fortalecido relações dentro e fora da região, com outros movimentos, organizações e inclusive, entidades internacionais. E é precisamente nesta etapa que aparecem as expressões de resistência ao conflito armado por parte das organizações indígenas na zona, acompanhadas de manifestações e protestos em face das políticas adversas do governo, contrárias aos seus direitos e processos regionais.

No próximo capítulo será apresentado quais são as formas organizativas e estratégias desenvolvidas por esta organização em face ao conflito armado, e como os camponeses reagem de maneira diferenciada nesta situação crítica. Estes sem progressos como os indígenas no desenvolvimento de esquemas organizativos próprios, fortes e autônomos, como foi demonstrado nas páginas precedentes, não conseguem opor um tipo de resistência tão ativa quanto os indígenas.

## **5. As características da organização indígena e camponesa: estruturas e formas de mobilização**

Analisa-se como os camponeses e indígenas estudados reagem, em termos organizativos e estratégicos, em face do confronto armado na região. A análise toma como referência as características das estruturas de mobilização dentro da teoria de Tarrow (1997), indicadas no capítulo 2, tais como: características das organizações formais; organização da ação coletiva e as estruturas conectivas da mobilização, que se referem à forma como se conectam as lideranças com as bases.

Esta análise será feita a partir das entrevistas coletadas no trabalho de campo, de membros da organização indígena e camponesa, das observações participantes realizadas nas reuniões e eventos públicos destas organizações, assim como dos materiais escritos coletados (livros, folhetos, teses, diagnósticos, informes, detalhados no Anexo 1 desta dissertação).

Argumentar-se-á que características da organização indígena, como sua fortaleza organizativa<sup>79</sup> e o caráter institucionalizado dos últimos tempos, parecem ser elementos decisórios nas posições de autonomia frente aos grupos armados e na criação de estratégias para proteger e defender seu processo organizativo. De igual forma, o uso de múltiplos repertórios de ação contra os atores armados, que também inovam simbolicamente, como se verá em seguida, parecem fortalecer o movimento indígena no desenvolvimento de posições de resistência.

Por outro lado, a organização camponesa, com características de organização gremial de tipo produtivo, menos representativa e abrangente que a indígena, não consegue desenvolver estratégias para proteger à população, nem levanta questionamentos ou alternativas à situação de confronto que vive, vendo-se obrigada a acatar as ordens dos atores armados e a limitar suas atividades segundo a dinâmica do confronto, valendo para eles muitas das hipóteses de Daniel Pécaut, apresentadas no

---

<sup>79</sup> No sentido da abrangência, reconhecimento, solidez e objetivos alcançados comparados com o enfraquecido movimento camponês, como indicado no capítulo anterior.

capítulo 2, onde comentam-se os efeitos negativos para a organização social e para os laços sociais nas zonas em que há conflito armado.

Começarei analisando a estrutura organizativa indígena na região, para em seguida, continuar com a camponesa.

### **5.1 A Organização Indígena: Institucionalização do movimento indígena, base da autonomia diante dos atores armados.**

Como se examinou no capítulo anterior, a dinâmica da população indígena foi se encaminhando para a institucionalização organizativa, com a desmobilização do grupo guerrilheiro Quintín Lame. Isto se deu a partir da formalização e fortalecimento da estrutura organizativa indígena em vários níveis: nos resguardos, por meio da figura do Cabildo; na zona norte, por meio da figura da associação de Cabildos, ACIN, e no departamento, por meio do CRIC.

A forma desta institucionalidade adquiriu um caráter diferenciado com respeito às formas convencionais da estrutura institucional nas regiões rurais, no sentido de responder às formas organizativas tradicionais ou apropriadas por parte dos indígenas, como a figura do Cabildo, e de se sustentar numa definição de desenvolvimento definido por estas mesmas comunidades.

Os indígenas e alguns analistas têm dado o nome de “institucionalidade própria” para se referir então a esta diferença. O sentido do “próprio” na institucionalidade pode estar também sustentado pelas formas de planejamento e avaliação dos programas, projetos e governo, onde a figura da assembléia comunitária tem um papel fundamental e é definida como a autoridade máxima de toda a organização indígena. Nestas assembléias se punem delitos, se apresentam informes de trabalho, resultados de gestão, execução de recursos e se discutem os problemas comuns. Esta prática, introduzida com o nascimento do Projeto Nasa, dá importância à participação de toda a comunidade indígena, reunida em assembléias, para que discuta os temas da vida pública e parece ter-se tornado parte da cultura destas populações, já sendo uma dinâmica cotidiana da vida social nesta zona. Por ano, são realizadas até 30 assembléias locais ou de resguardo indígena.



A estrutura desta institucionalidade indígena é a seguinte:

**1) O Cabildo:** representa e exerce a autoridade em cada resguardo, a partir da Constituição de 1991 passaram a serem entidades públicas de caráter especial, com funções de representação da comunidade ante o Estado e interlocutores deste; coordena a guarda indígena, as empresas comunitárias, a entrega e gestão das terras e a gestão das transferências do Estado; cria comissões em seu interior para responder às diretrizes do Plano de Vida, para trabalhar os aspectos de saúde, educação, economia, etc. O representante do Cabildo é chamado governador e é eleito, a cada ano em assembléia pública, pelos membros do resguardo. Na zona existem dezessete.

É interessante notar que se trata de uma organização indígena que tem adotado modelos de organização importados de origem espanhola, mas que os apropriou e redefiniu de modo a fazê-los expressões de sua identidade.

**2) A ACIN (Associação de cabildos do norte do Cauca):** Agrupa e representa os dezessete Cabildos da zona norte do Cauca, integrados por 87.680 pessoas aproximadamente em um território de 191.318 hectares (González, 2006: 68). Tem o papel de orientar os Cabildos, dinamizar os planos de desenvolvimento dos resguardos e administrar projetos conjuntos. Está dividida em programas que administram projetos comunitários. Estes programas, que são chamados de tecidos pela organização são:

2-1) Povo e cultura: programas de saúde e educação indígenas, programa mulher e movimento juvenil;

2-2) Justiça e harmonia: onde funciona o programa jurídico;

2-3) Econômico-Ambiental: trabalha a parte ambiental, visando um desenvolvimento econômico alternativo e sustentável para a população da região;

2-4) Comunicação e relações externas: estratégias comunicativas como a rádio indígena, o site na internet, o material de divulgação do movimento e as relações com outros movimentos e organizações;

2- 5) Defesa da vida e dos direitos humanos: trabalha o tema humanitário da população indígena e coordena a guarda indígena regional (falarei desta mais à frente).

A representação da ACIN é exercida por uma junta de conselheiros, cada conselheiro é um representante delegado dos projetos de vida de cada resguardo, isto

com o intuito de dar coerência regional aos Planos de Vida dos resguardos, unificando projetos, procurando financiamentos e gestões conjuntas para estes.

**3) O CRIC (Conselho Regional Indígena do Cauca):** Agrupa as associações de Cabildos do departamento. Reconhecido também pelo Estado como autoridade e interlocutor indígena no Cauca no ano 1999, é o encarregado de dinamizar e dar unidade ao movimento indígena no departamento. Oferece programas de capacitação nos territórios indígenas e é o encarregado da contratação dos professores do sistema público, presta também assessoria legal para processos de recuperação de terras, coordena projetos em nível regional e se encarrega da representação e difusão do movimento, tanto no país quanto no exterior. Quem representa o CRIC é uma junta de conselheiros, que são, por sua vez, delegados escolhidos por cada zona a cada dois anos. O Congresso Regional se faz a cada dois anos e é quando se define o plano de ação para o quadriênio.

Esta estrutura se reforça com a chegada do movimento indígena às instituições de poder local e regional, como as prefeituras e assembléias municipais e departamentais, através dos movimentos cívicos. Nestes espaços, os planos de vida se articulam aos planos de desenvolvimento dos municípios.

**4) A Autoridade espiritual:** Existem também autoridades espirituais, como o Thê Wala, ou médico tradicional, cuja função é a de manter o equilíbrio segundo as leis dos costumes indígenas, aconselhando as lideranças nas tomadas de decisões, dando a sua opinião sobre a pertinência dos novos projetos a serem empreendidos e participando da aplicação da justiça própria nos casos de delitos no interior dos resguardos.

Esta institucionalidade está também baseada em redes cotidianas da vida diária das pessoas, as que, segundo Tarrow (1997), fazem com que seja mais viável um movimento social. Com as funções que estabeleceu a prática da nova Constituição de 1991, o ritmo de vida das populações dos resguardos se acelerou de forma extraordinária, fomentando uma constante mobilização destas populações, o que reforça os laços sociais e a vida em comum. Por exemplo, a semana de um distrito rural pode

ser a seguinte: trabalho comunitário na segunda-feira; na terça-feira, reunião para visita ao centro hospitalar; na quarta, reunião para trabalhar o plano de desenvolvimento; na quinta, oficina do movimento juvenil; e na sexta, algum grupo armado seqüestra um jovem e a população tem que se mobilizar para resgatá-lo (Dorado, 2004: 145)<sup>80</sup>.

O desenvolvimento dos programas e projetos dos Planos de Vida, levados a cabo através das instituições do Cabildo e da ACIN, tem produzido mudanças no espaço do território indígena, com a constituição de projetos alternativos à institucionalidade convencional das zonas rurais: i) centros de ensino fundamental e superior orientados para a etno-educação, onde se ensina a língua própria, o Nasa Yuwe; ii) empresas comunitárias do Cabildo e projetos econômicos comunitários<sup>81</sup>, como a empresa leiteira e a empresa de piscicultura Juan Tama, que visam construir um modelo de economia próprio, alternativo e viável como forma de fortalecer seu processo organizativo, acabar com a dependência criada pelos cultivos ilícitos e resistir às políticas do Estado para o campo, que não favorecem a economia familiar; iii) escolas de direito próprio, onde se capacitam membros da população para aplicação da justiça indígena, que foi um direito também reconhecido pelo Estado como parte da jurisdição indígena, sobre os seus territórios.

Todos estes projetos, embora não estejam completamente consolidados, com suas dificuldades e contradições, representam e fortalecem a idéia do desenvolvimento de um projeto alternativo por parte desta organização indígena, além de integrar boa parte da população dentro deste projeto, que está desta forma vinculada como funcionária nas instituições da organização<sup>82</sup>, trabalhando nos projetos produtivos, participando da guarda indígena, levando seus filhos às escolas onde se ensina desde a perspectiva da etno-educação, ou sendo julgados segundo a regulamentação indígena.

Estes vínculos supõem então o desenvolvimento de uma estrutura comunitária ligada à autoridade das instituições indígenas, como o Cabildo, a ACIN e o CRIC, o que faz com que seja uma autoridade real e sentida. Esta autoridade é legitimada nos

---

<sup>80</sup> As citações deste autor são partes do trabalho final de graduação em Ciências Sociais da Universidade Pontifícia Bolivariana, e ele é o coordenador atual do Tecido de Comunicação da ACIN, e nos cedeu este material.

<sup>81</sup> Para o ano 2004, existiam na zona norte 153 empresas comunitárias, com uma média de 30 a 50 sócios. (Dorado, 2004)

<sup>82</sup> No ano 2004, a ACIN contava com mais de 200 empregados (Dorado, 2004: 34).

processos de eleição e avaliação, realizados com a presença de boa parte da comunidade dos resguardos em assembléias comunitárias, que podem alcançar números de 300 a 1500 pessoas, desde o surgimento do CRIC em 1971.

Desta forma, quando vai se realizar alguma ação coletiva, toda esta estrutura se movimenta para coordenar e lograr a participação dos integrantes dos resguardos. Isto se faz por meio da ampla rede comunicativa que desenvolveram, composta de emissoras indígenas, páginas na *web*, boletins informativos, jornais, etc. Estes os conectam rapidamente entre si e com a comunidade internacional. Conseguem assim, responder com certa rapidez e efetividade às crises e problemas que se apresentam<sup>83</sup>.

Através das quatro figuras de autoridade (Cabildo, ACIN, CRIC e médico tradicional), a população indígena parece resolver o problema da representação e controle do território. Os grupos armados encontram *os vazios territoriais* já preenchidos por uma população que já tem definido quem vai representar seus interesses e necessidades, e cujas autoridades têm legitimidade e aprovação da maioria da comunidade, representada na assembléia comunitária que as elege.

Esta estrutura organizativa permitiria então certo grau de fortaleza e unidade para a população indígena da região, no sentido de abranger boa parte desta, fornecer formas de representação legítimas, assim como espaços para a criação de consensos, como as assembléias comunitárias. Estes elementos parecem ser chaves para permitir aos indígenas contestarem os atores armados, já que estas contestações são feitas por meio da demonstração da força organizativa e da unidade nos posicionamentos da organização indígena. Um membro da guarda indígena relata esta experiência com um exemplo:

A guerrilha, após o ataque que fez em Toribio no ano 2002, quis impor a ordem, se espalhando depois disso pelo povoado. Aqui estiveram e quiseram instituir as vacinas (imposto que cobra a guerrilha aos comerciantes) e os pagamentos tinham que serem feitos quando eles dispusessem. Aqui, imediatamente, as pessoas convocaram uma assembléia pública na praça e, com os guerrilheiros de um lado e os civis do outro, falamos para eles

---

<sup>83</sup> Como aconteceu no caso do prefeito seqüestrado pelas FARC e resgatado pela guarda indígena, ou nos locais de Assembléias Permanentes em momentos de confrontos na região, quando, graças à sua estrutura organizativa, conseguem reunir a população civil junto com a ajuda do governo e de organizações de direitos humanos, estes exemplos vão ser apresentados quando forem abordadas as estratégias do movimento.

que nós não queríamos viver seqüestrados, que eles eram uns seqüestradores e não concordávamos com eles e exigimos que eles fossem embora. Aqui, na praça pública, foram chamados com alto-falante, e foi isso o que falamos para os comandantes da guerrilha. (entrevista com Fernando, coordenador guarda indígena, fev/2007).

A *fortaleza* organizativa, verificada na realização de impressionantes atos públicos nos quais manifestam suas posições de autonomia e rejeição à guerra em seus territórios<sup>84</sup>, tem levado a um progressivo reconhecimento das autoridades indígenas por parte dos grupos armados e de aliados nacionais e internacionais.

Esse reconhecimento que as FARC exprimem a nós, eu acho que se deu desde a passeata que se fez até Cali, no ano 2004. Desde então as FARC reconheceram que o movimento indígena tinha uma força muito grande, eles falaram para nós pessoalmente, os altos mandos para os governadores (indígenas), porque nós não fazemos acordos com a guerrilha, nem com o Exército, nós falamos sempre em defesa da vida para ambos os lados e eles têm clareza disso. Temos falado também para os militares, nós não fazemos parte da guerrilha, mas falamos sim de respeito, e esse dia foi que eles reconheceram que o movimento indígena tinha a capacidade de fazer coisas. (Entrevista com Sebastián, guarda indígena, fev/2007).

No território da María-Piendamó, onde os indígenas organizam assembléias para discutir os temas da conjuntura nacional, chegaram figuras públicas importantes como Blanca Chancoso, liderança da CONAIE, em fevereiro de 2000; Luciano Violante, Presidente do Parlamento Italiano, poucas semanas depois; Baltasar Garzón, juiz da causa contra Pinochet, em junho de 2001; Rigoberta Menchú, Prêmio Nobel de Paz, um mês depois, entre outros, para apoiar o movimento indígena.

A continuação, apresentarei as formas organizativas e estratégias que se criam dentro desta estrutura para responder ao agravamento do conflito armado na região no período 2000-2005, aproveitando a institucionalidade já existente, os aliados e as relações criadas no decorrer do processo organizativo.

### **5.1.2 Estratégias e mecanismos para defender o projeto indígena dos perigos e pressões do confronto armado na região.**

Como vimos no terceiro capítulo, com a chegada dos paramilitares ao Cauca, o confronto bélico na região se agrava, fazendo crescer o número de deslocamentos

---

<sup>84</sup> Estes serão apresentados na seção sobre os repertórios de confrontação em face do conflito armado.

forçados da população, aumentando o número de lideranças assassinadas e ameaçadas pelos grupos armados e um ambiente de incerteza e insegurança se cria para a atividade social.

Porém, a organização indígena responde logo com a criação de mecanismos de defesa e proteção, partindo de suas estruturas e processos organizativos já consolidados nesta época e apelando à reativação de elementos da tradição e de sua cultura. Estes últimos servem de inspiração para a formulação destas estratégias e parecem, de alguma forma, fazer eco nas fibras mais íntimas da população, através do apelo à sua memória coletiva e símbolos compartilhados.

Estes mecanismos e estratégias de resistência indígena em face do conflito armado, no período de estudo 2000-2005, são: a Guarda Indígena, o Tribunal de Justiça Indígena, o Comitê de Direitos Humanos, os Sítios de Assembléia Permanente, o Tecido de Defesa da Vida e Direitos Humanos e o Tecido para a Comunicação para a Verdade e a Vida.

**1) Guarda Indígena:** A guarda é considerada como um dos instrumentos de segurança tradicional da população indígena, cujos antecedentes se remontam à época pré-hispânica. No ano 2001 foi reconhecida pelas autoridades indígenas, em uma grande assembléia realizada no resguardo de Tacueyó, e começou a ser fortalecida através de cursos, oficinas e projetos. Foi definida desta vez como a encarregada da “defesa integral do Plano de Vida dos povos indígenas, visando consolidar os processos organizativos, o resgate da cultura, costumes, o reconhecimento da autoridade indígena, a defesa do território e da autonomia” (ACIN, 2004: 33). Sua principal função é garantir o controle e a vigilância do território, reafirmando e defendendo as pretensões de autonomia dos territórios indígenas em face dos atores armados.

Segundo as entrevistas realizadas com os guardas indígenas, esta instituição está sob a autoridade dos Cabildos e sua formação e disciplina se fundamenta nas leis tradicionais indígenas e nos direitos consagrados na Constituição Nacional. Seu caráter não é militar, pelo contrário, seu único instrumento de autoridade é uma vara carregada de simbolismo pelas suas tradições. Sua estrutura organizativa funciona

por meio de um coordenador regional, um coordenador por resguardos e coordenadores por distritos rurais. Estes coordenam suas ações por meio de rádios e reuniões periódicas. O trabalho destas guardas é voluntário, só recebendo pagamento o coordenador regional. Fazem parte dela indivíduos adultos, mulheres, jovens e crianças, com o único critério explícito de não terem conexões com o narcotráfico nem com os grupos armados. Na atualidade, existem 4000 guardas na zona norte, e só em Toribio são 600.

Durante confrontos entre grupos armados no território indígena, estes guardas conduzem a população aos sítios de Assembléias Permanentes. Após o confronto, vasculham o terreno para conferir se não ficaram artefatos explosivos. Também têm atuado no resgate de pessoas seqüestradas pelos grupos armados. Foi muito célebre o resgate do prefeito de Toribio, Arquímides Vitonás, seqüestrado pelas FARC no departamento de Caquetá, no ano de 2004. 240 guardas indígenas mobilizaram-se até lá e conseguiram a liberação do prefeito através da pressão feita sobre a guerrilha, surpreendendo o país inteiro, já que há pessoas seqüestradas que levam mais de dez anos sem conseguir sua libertação. Um membro da guarda indígena relata este episódio:

No caso do resgate do prefeito indígena, o Exército tinha falado para a guarda: se vocês forem lá, não vão recuperá-lo. E a guarda disse ao Exército: nós vamos e se eles não o libertarem, vamos pegar os guerrilheiros, e essa era a idéia que tinham. As pessoas contavam que os guerrilheiros que avistavam à guarda tinham que abrir caminho, os guardas não pediam licença a ninguém. Nessa mesma noite os guardas entraram no albergue dos guerrilheiros e lhes disseram que, se não libertassem o prefeito, continuariam chegando mais guardas, e de que se assim, eles iam se ferrar. Então houve uma pressão muito forte das pessoas, a mídia e a pressão internacional também colaboraram muito. Por tudo isto, de verem toda essa pressão, tiveram que ceder, porque eles sabiam que era uma pressão muito grande, e veja que o Caquetá é um território (de acesso difícil) difícil, e que mesmo assim havia guardas por todo lado. Então, como a única entrada que tinham era essa, e com isso se estragavam as vacinas e tudo o que tinham lá, a guerrilha teve que entregar o prefeito (Entrevista com Fernando, Coordenador guarda indígena, fev/2007).

A guarda tem mostrado também sua autoridade em face do Exército, como se percebe no seguinte depoimento:

Com o Exército também tem havido situações, eles estiveram aqui no distrito rural da Estrela, onde pretendiam ficar, mas queimaram uns instrumentos musicais, destruíram tudo, e desenharam nas paredes as siglas AUC. Isso foi algo histórico, porque a condição foi colocada por nós para eles. Nesse momento, a guarda alertou toda a comunidade e chegaram aproximadamente dois mil comunheiros a fazerem pressão também. O comandante pediu para a comunidade que os deixasse ficar, mas nós não os deixamos e mandamo-los ir embora. (Entrevista com Fernando, coordenador guarda indígena, fev/2007)

Desta forma, a guarda é também a encarregada de mediar com os agentes dos grupos armados. Estabelecem com eles um diálogo de autoridade para autoridade, exercendo funções de representação dos interesses da comunidade indígena em face dos grupos armados, exigindo o respeito destes.

**2) Tribunal de Justiça Indígena:** Esta instância é criada após o assassinato de Cristobal Sécue, importante liderança indígena, voltado nos seus últimos anos ao trabalho no desenvolvimento da jurisdição e ao direito próprio indígena. O intuito com este mecanismo é fortalecer os processos de pesquisa e aplicação da justiça, relacionados a situações de violação dos direitos humanos ou em face das ações dos atores armados. Neste tribunal, as autoridades indígenas julgam simbolicamente membros do Exército, da guerrilha e dos paramilitares que cometeram crimes contra membros dos resguardos. Tais julgamentos são feitos em atos públicos com presença da população dos resguardos e de organismos internacionais e nacionais de direitos humanos.

**3) Comitê de Direitos Humanos:** Criado no ano 2003, em uma Junta Diretiva da ACIN, como resultado do projeto “Atenção à situação de abuso dos Direitos Humanos nas comunidades indígenas do norte do Cauca”, apoiado pela agência norte-americana USAID. Trabalha no desenho e implementação de um sistema de informação dos casos de violações aos direitos humanos nas comunidades indígenas, com ênfase nos alertas prévios e medidas cautelares; objetiva consolidar um tecido de amigos e amigas de diferentes organizações de direitos humanos no país e no mundo. Desta forma, as autoridades indígenas recebem outras ferramentas para minimizar o impacto do conflito armado. Este comitê tem desenvolvido uma base de dados sobre as vítimas indígenas do confronto armado na região desde o ano 2000, e materiais como a cartilha “Um roteiro do Povo Nasa ante a emergência”, onde se explica à população os passos a seguir quando o povoado for atacado pelos grupos armados ou surgirem situações de risco, devidas às ações armadas no território.

Este comitê trabalha com o apoio de organizações nacionais e internacionais, como Defensoria do Povo da Colômbia, a ONG Pax Christi da Holanda, a Agência dos



Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional [USAID] e a Organização Internacional para as Migrações [OIM].

**4) Sítios de Assembléia Permanente:** São sítios definidos dentro do território indígena, onde a comunidade se concentra para enfrentar situações de emergência causadas pela confrontação armada ou desastres naturais. Estes sítios estão devidamente assinalados e demarcados, ao mesmo tempo em que se pediu para os organismos humanitários colocarem ali seus distintivos como gesto de proteção para a população civil. Após a guarda indígena encaminhar a população a estes sítios, a dinâmica interna funciona por meio de comissões de trabalho, definidas previamente para os seguintes temas: etno-saúde, etno-educação, organização da mulher e a família, organização juvenil, recreação, terceira idade, crianças, economia-ambiental, segurança, comunicações, justiça e convivência (ACIN, 2004: 22). Dentro destas assembléias também se levam a cabo atividades de análise e reflexão, visando tomar decisões coletivas de acordo com a natureza da emergência. No território da zona norte, já há 65 destes locais definidos.

Esta estratégia tem se mostrado muito eficiente como modo de impedir o deslocamento individual da população, que é a constante nos casos de confronto nas zonas rurais, resultando em grandes contingentes de famílias deslocadas para as grandes cidades.

**5) Comitê Tecido de Defesa da Vida e Direitos Humanos:** criado no ano 2004 para coordenar os mecanismos e estratégias perante o confronto armado em nível regional, dentro da ACIN. É formado por um coordenador geral, uma secretaria e os coordenadores por resguardo, num total de 19 pessoas.

Os objetivos deste mecanismo são: fortalecer a organização indígena, dar visibilidade à situação desta população em meio ao confronto e ajudar na sua proteção. As funções que cumpriu até o momento, além de coordenar os mecanismos anteriores (guarda indígena e sítios de assembléia), são: prestar atenção e acompanhar a pessoas desertoras dos grupos armados, prestar representação institucional, a realização de atividades de interlocução e coordenação com

organismos humanitários, iniciativas de paz e organizações sociais, além de denúncias no âmbito nacional e internacional pelas violações aos direitos humanos.

**6) Comitê *Tecido de Comunicação para a verdade e a vida*:** Criado também no ano 2004, é composto por dez pessoas. Embora não seja orientado unicamente à proteção e defesa perante conflito armado, serve como mecanismo de informação e difusão do processo organizativo em geral. Tem desempenhado um papel muito importante na coordenação e difusão dos outros mecanismos já citados e, sobretudo, de esclarecimento à desinformação existente. Compreende os mecanismos de audiovisuais, Internet, rádio comunitária e material impresso.

Atualmente existem três emissoras indígenas na região: Radio Nasa, que funciona em Toribio desde 1996, Vozes de Nossa Terra, em Jambaló desde 1998, e a emissora Rádio Payumat, em Santander de Quilichao. Esta última é a mais desenvolvida e está mais ligada à ACIN. A mesma foi criada no ano 2000, a partir do “Programa comunidade” do governo, para implementar emissoras nos povos indígenas que as desejaram.

Igual aos outros programas, a rádio indígena é pensada como um espaço de fortalecimento do processo organizativo, defesa da autonomia deste e expressão da identidade indígena, oferecendo espaços de informação e recreação alternativos. Isto é feito divulgando a dinâmica da organização indígena na região, abrindo espaços na programação para a expressão da língua nasa e produções musicais autóctones, espaços de reflexão sobre a cultura e a problemática indígena. Procura também promover a solidariedade com outros povos dentro do contexto do movimento popular e também resistência e luta permanentes pelos direitos desta população (Dorado, 2004: 74).

Segundo as entrevistas realizadas com os membros deste tecido, estes mecanismos de comunicação, além de permitirem a comunicação constante entre a organização e as bases para coordenação das ações e da projeção do movimento para fora, têm permitido, nos momentos de confronto, ajudar na luta das comunidades por meio da expressão da solidariedade nacional e internacional,

reforçando o sentido de própria valia dos indígenas, como nota o seguinte trecho de entrevista:

Quando estávamos nisso, da liberação da mãe terra (faz referência à ocupação de uma fazenda que fizeram os indígenas para protestar perante o Estado pelo descumprimento de seus direitos), muitas pessoas foram feridas e espancadas pelos policiais do ESMAD, e eles podiam escutar a rádio e escutar, por exemplo, uma mensagem do padre Antonio Bonanomi (ex-pároco de Toribio) desde Bogotá, dando solidariedade, dando ânimo; uma mensagem de Blanca Chancoso, do Equador; então falavam a nós muitas pessoas, e isso fazia com que tivessem mais força, porque diziam, olhe que não somos só nós, este pedacinho cá no norte, olhem que pessoas do Equador falavam, da Venezuela também, e eles não imaginavam sequer, por exemplo, e todos esses comunicados que chegavam, nós os lemos em assembléia e o pessoal gostava de escutar isso, como que os meios vão movimentando as pessoas (Entrevista com Vilma, membro do tecido de comunicação, mar/2007).

Em síntese, conforme indico no Quadro No. 5, há muitas e diversas estratégias e mecanismos de resistência da organização indígena frente ao conflito armado.

**Quadro No. 5. Estratégias e mecanismos de resistência da organização Indígena.**

<b>Estratégias e mecanismos de Resistência</b>		
<b>Nome</b>	<b>Função</b>	<b>Tipo de Estratégia</b>
<b>Guarda Indígena</b>	Controle do território	Defensiva
<b>Tribunal de Justiça Indígena</b>	Julgar os responsáveis por violações dos direitos humanos nos resguardos	Jurídica
<b>Comitê de Direitos Humanos</b>	Registro das violações aos direitos humanos e formulação de denúncias e alertas prévios	Denúncia
<b>Sítios de Assembléia Permanente</b>	Concentrar a população em momentos de emergência devidos a confrontos	Proteção
<b>Tecido da Vida e Direitos Humanos</b>	Representação e coordenação com organismos de D.D.H.H	Visibilidade
<b>Tecido de Comunicação para a Verdade e a Vida</b>	Informar, para dentro e para fora, a situação do conflito armado nas zonas indígenas.	Comunicativa

Fonte: Entrevistas e documentos coletados pela autora entre janeiro e março de 2007.

### **5.1.3 As tensões dentro do movimento indígena: espaços para os grupos armados.**

A institucionalização dentro do movimento indígena tem trazido, ao mesmo tempo, tensões e problemas próprios de estruturas organizativas mais formais e convencionais, como as tendências à burocratização, traços de verticalidade, afastamento das bases e dificuldades para a participação de todos os setores, cada vez mais heterogêneos.

A pouca experiência e preparação da organização indígena para assumir tarefas de tipo administrativo, como as delegadas para seus Cabildos e associações de Cabildos

após a Constituição de 1991, e a multiplicação dos programas e tarefas, tem trazido também problemas de gestão de recursos, de fiscalização dos gastos e controle da execução das autoridades. Estes problemas abrem espaço para inconformismos dentro da comunidade dos resguardos, assim como críticas e suspeitas dirigidas às lideranças da organização. Estas inconformidades são usadas pelos atores armados, que justificam assim seus ataques contra a organização indígena e tentam canalizar para a luta sob suas diretrizes os setores que estão mais inconformados e afastados dentro do movimento.

Alguns destes problemas internos da atual estrutura da organização indígena na zona são os seguintes:

- 1) Burocratização e pouca capacidade para lidar com as tarefas técnicas e administrativas e com o crescimento da organização: É baixo o número de pessoas capacitadas a assumir as múltiplas e complexas funções exigidas pela organização de projetos atualmente em curso, o que atrasa e dificulta o cumprimento dos objetivos destes.

Além disso, a pressa com que devem ser feitas as tarefas, imposta pelo relacionamento com o Estado, impede às vezes a realização de planos coordenados e integrais entre os distintos programas, assim como o contínuo acompanhamento da comunidade nestes processos. Por outro lado, os programas se especializaram tanto, que as assembléias já não são suficientes para fazer com que as pessoas entendam a linguagem cada vez mais complexa e acompanhem o curso destes programas (Dorado, 2004).

Desta forma, começaram surgir também, no período de estudo, muitas críticas por parte da população dos resguardos no que diz respeito ao caráter de escritório (burocráticos) dos cargos que assumiram os Cabildos nos últimos tempos. Há suspeitas de interesses individuais das lideranças contrários ao bem-estar da comunidade. Críticas também à falta de transparência na gestão dos recursos e à falta de atenção para alguns setores da população.

- 2) Verticalidade: Este traço parece ser mais visível no caso da juventude dentro do movimento. Segundo Dorado (2004), têm se apresentado muitas tensões no que diz

respeito à definição e condução do movimento juvenil sempre que as diretivas do CRIC tentam dar um foco e programa para aquele de forma unilateral, sem terem em conta os interesses dos jovens. Enquanto o CRIC, por exemplo, prega uma organização dos jovens “desde um pensamento ancestral”, “desde os velhos, desde a autoridade”, a organização juvenil, pelo contrário, prega que esta deve ser também pensada “desde um pensamento juvenil”, “desde os jovens, com a comunidade, para os jovens e a comunidade”.

Nas assembléias a que assisti como parte do meu trabalho de campo, foram apresentadas também algumas queixas por parte de alguns jovens no que diz respeito aos limites da participação destes dentro da organização e à pouca atenção que as autoridades prestam às suas reivindicações e necessidades. Estas práticas de verticalidade criam contradições com o discurso das lideranças, que enfatiza a promoção da democracia e igualdade, e são percebidas e criticadas pelos jovens.

Além disso, a ênfase no tradicionalismo<sup>85</sup>, que parece ser preponderante nos espaços de autoridade e representação da organização, fomenta uma rejeição por tudo o que implica modernidade e relação com o mundo externo, que tal vez esteja afastando ainda mais a juventude, mais aberta e proclive a estes processos.

Durante o meu trabalho de campo na região, pude presenciar o desenvolvimento de um novo conflito interno no movimento indígena. Neste, os protagonistas foram justamente grupos de jovens inconformados com a organização indígena. Este grupo de 200 jovens chamado “Os Netos do Quintin Lame”, motivados pelo que julgaram injustas distribuições de terras no interior dos resguardos e pelo autoritarismo das lideranças do movimento indígena, ocuparam uma chácara comunitária que funciona como apoio econômico para o Cabildo e reclamaram seu direito a possuir essas terras. Estas foram suas palavras em uma assembléia pública para se referir à autoridade indígena e a juventude:

---

<sup>85</sup> A visão tradicionalista dentro do movimento, representada por muitas lideranças e assessores indígenas, está em favor de uma volta à tradição, com uma sobrevalorização da cultura e rejeição dos elementos da modernidade, visando um fortalecimento da identidade através da volta ao passado e da recuperação da cultura tradicional. Desde esta perspectiva, na modernidade estariam reunidos todos os elementos de ameaça à população indígena representados pela monocultura, os agrotóxicos, a guerra, a primazia pelos interesses privados, a dependência e o empobrecimento dos camponeses.

Eu estou chateada, de verdade, chateada porque nossas cabeças, nossos pais andam em bons caminhos à custa de nós, compram ônibus e é nosso. Agora dizem que tiraram a vaca da comunidade. Me deixe ver, quantos de vocês, digo os pobres, os de Chirimué, as pessoas de todo o distrito rural em geral, levantem a mão para ver quem que é o dono desses touros que há lá ou o dono do carro... (Representante do grupo Netos do Quintin na Assembléia Pública de Tacueyó, fev/2007)

Escutem companheiros, levamos 35 anos desde que se fizeram as recuperações de terra no norte do Cauca antes de começar o CRIC, que foi o que impulsionou a luta por essa terra, mas hoje essas terras estão nas mãos de quem? Eu me pergunto companheiros, vocês que são testemunhas disto, será que o compromisso da terra era para a comunidade? Esse direito foi entregue a vocês? Eu lhes pergunto, quantas pessoas vivem dessas empresas comunitárias, que eram para a comunidade? Não eram para os Cabildos, isso é grave. (Representante da associação juvenil de Toribio Avelino UI, que assessora aos Netos do Quintin, na Assembléia Pública de Tacueyó, fev/2007)

Eu como representante da associação (Avelino UI), digo que nos comprometemos porque hoje o futuro é maior, temos um monte de jovens, e essa juventude está isolada. O que nós queremos é que essa juventude não pegue maus caminhos, porque hoje essa juventude está desprotegida, às vezes, pelas mesmas autoridades... (Representante da associação juvenil de Toribio Avelino UI, na Assembléia Pública de Tacueyó, fev/2007)

Na assembléia pública, realizada no resguardo de Tacueyó no mês de fevereiro de 2007, para discutir precisamente este problema, os jovens propuseram publicamente acabar com a figura do Cabildo. Criticaram fortemente às autoridades indígenas pela sua gestão, que segundo eles não favorece as necessidades da população e, por impedirem a participação de setores como os jovens na tomada de decisões importantes. Porém, a assembléia não prestou apoio a este grupo e, pelo contrário, decidiu que deviam desocupar a chácara do Cabildo onde estavam assentados. No momento do desalojamento da chácara, como combinado na assembléia, os ocupantes fizeram uso da violência para impedir esta ação, deixaram cinco feridos, e, no marco destes fatos, fizeram presença na região guerrilheiros das FARC que queimaram um ônibus de propriedade da comunidade de Toribio como apoio ao grupo dos Netos do Quintin.

Embora os membros deste grupo juvenil empregassem o mesmo discurso da organização indígena e apelassem aos mesmos valores dela, algumas lideranças do CRIC confirmaram com membros das FARC, que faziam presença na zona, o fato deste grupo estar dando apoio logístico e ideológico aos Netos do Quintín.

Estes grupos de jovens desconheceram assim totalmente a autoridade do Cabildo e da Assembléia e fizeram uso de formas violentas, com apoio da guerrilha das FARC. Embora a comunidade indígena reunida em assembléia tenha mostrado um respaldo

quase unívoco à organização indígena e suas lideranças, estes fatos mostram um distanciamento de setores da população indígena como alguns jovens, que não conseguem se sentirem representados no movimento e procuram na guerrilha o apoio para a expressão de suas reivindicações, apoio que encontram facilmente pela convergência de interesses contra as autoridades indígenas, e as necessidades de alguns de obter respaldo de um ator poderoso, e de outros (FARC) de terem aliados dentro das comunidades indígenas e contrários ao movimento.

A organização indígena não é invulnerável, tampouco, aos problemas econômicos que afetam às zonas rurais. Nos últimos vinte anos, o cultivo de uma planta chamada fique, foi uma fonte de divisas. Porém, por causa da abertura econômica, sua produção decaiu. Tomou importância então os cultivos ilícitos da coca, da papoula e da maconha como meios para sobreviver. Também aumentou a presença de laboratórios de processamento das drogas. Estas dinâmicas no território são contrárias à unidade e força do processo organizativo, já que debilitam o controle do território por parte deste, pois apresentam formas diferenciadas de desenvolvimento das propostas nos projetos comunitários, ao mesmo tempo em que geram padrões de diferenciação na população fora da autoridade indígena.

Estas situações levantam atualmente novos desafios para o movimento indígena, que se defronta com divisões no seu interior e falhas no seu processo, podendo levar ao fortalecimento da influência dos grupos armados que fazem presença no seu território, dentro de setores do próprio movimento, além de ameaçar sua pretensão de unidade e autonomia.

## **5.2 A Organização Camponesa: estrutura menos abrangente e representativa que a dos indígenas.**

Após o enfraquecimento da ANUC na região e no país, pareceria ter-se dado uma desmobilização e despolitização massiva desta população. Apareceram várias organizações de camponeses de nível nacional, mas nenhuma conseguiu obter o respaldo e abrangência tão ampla quanto à antiga ANUC, nem conseguiram, até hoje, articularem entre si. Na zona norte do Cauca, a ANUC ficou com apenas uma sede no

município de Santander de Quilichao, voltada a oferecer capacitações e assessorias aos camponeses na área de projetos produtivos, perdendo seu papel contestatório.

A Associação Gremial Regional para o Desenvolvimento Camponês (ARDECANC) cria-se na região como resultado da intervenção da ONG CETEC (Corporação para estudos interdisciplinares e assessoria técnica), continuando o trabalho desta associação muito ligado à relação com esta corporação.

Antes que esta corporação fizesse presença na região, os camponeses, segundo as entrevistas realizadas, trabalhavam com outras fundações deste tipo na parte de melhoramento da produção, estando alguns envolvidos no trabalho nas Juntas de Ação Comunal, JAL, que são as que administram os recursos do Estado para o desenvolvimento dos distritos rurais, mas que tinham caído nas redes do clientelismo. Porém, o desenvolvimento de organizações duradouras tinha sido dificultado pelo caráter transitório e estacional do trabalho dos camponeses que, por causa da falta de terras de sua propriedade, sobre tudo na zona plana, tinham que sair para outros departamentos na busca de oportunidades de trabalho nas plantações de café. Muitos outros se haviam voltado para o trabalho como operários nas plantações da cana ou no setor de serviços nos centros urbanos das imediações. Esta experiência é relatada por um camponês:

Eu trabalhei muito tempo no departamento do Valle do Cauca em chácaras de cafeicultores, também trabalhei em Arauca, em Caldas. Quando do terremoto de 1985, eu estava no nevado do Ruiz trabalhando em uma chacara de cafeicultores, éramos como uns doze moços de por aqui. (Entrevista com Ivan, membro Ardecan, mar/2007).

Desde o ano de 1993 foram se conformando 28 pequenas associações de camponeses nos distritos rurais da zona norte, com ajuda da ONG CETEC, desenvolvendo diferentes projetos produtivos, graças a um pequeno capital que fornecia a corporação e que deveria ser devolvido e dividido entre os diversos projetos. A corporação forneceu também espaços para a reunião destas associações e a assessoria de técnicos agrônomos e profissionais do serviço social.

No ano 1998 se cria ARDECANC, como organização de segundo grau, que reúne as associações dos distritos rurais promovidas pela CETEC. Sua criação é motivada



pelo retiro parcial da corporação e como mecanismo para agrupar e representar a todas as associações camponesas dos distritos rurais, assim como para procurar recursos e financiamento aos projetos produtivos para todas.

### **5.2.1 Estrutura Organizativa da ARDECANC: foco dos camponeses na produção agro-pecuária**

- **Associações dos distritos rurais:** São 29 associações dos municípios de Caldone, Caloto, Santander de Quilichao, Buenos Aires e Villa Rica. A média de pessoas nas associações é de 25. Estas desenvolvem projetos produtivos de acordo com as características da região e realizam um aporte financeiro mensal para a Associação de segundo grau ARDECANC. Estas associações funcionam de forma autônoma umas das outras.

- **Junta Diretiva de ARDECANC:** composta por 9 membros, que são representantes das associações dos distritos rurais. Esta junta é eleita em assembléia de sócios juntamente com a eleição de um tesoureiro e o presidente como representante desta. A organização envolve um total de 1.050 famílias. A Junta se reúne uma vez por semana, recebendo o acompanhamento de CETEC a cada quinze dias. Ao mesmo tempo é a Junta diretiva da empresa FUNDEMERCA a representante de comercialização da organização, encarregada de procurar mercados para os produtos das associações dos distritos rurais. Os programas da organização se relacionam com a comercialização dos seus produtos.

Desta forma, CETEC continua acompanhando o processo gremial, prestando assessoria e acompanhamento a ARDECANC no seu processo de conformação como organização e, no desenvolvimento dos novos projetos produtivos, como a distribuidora dos produtos dos camponeses Fundemerca, financiada parcialmente pela corporação. Até o momento, a ARDECANC já conseguiu financiamento para importantes projetos produtivos, de comercialização e de moradia com o Ministério de Agricultura e através de convênios com empresas privadas, chamados “alianças de paz”, no marco de um programa do governo.

### **5.2.2 Atitudes e respostas dos camponeses da ARDECANC diante da presença dos atores armados nos seus territórios.**

Segundo as entrevistas com os membros da organização camponesa, as atitudes destes diante dos grupos armados foram em geral do tipo passiva e obediente, resultando às vezes na paralisação de suas atividades, como se nota nos seguintes trechos de entrevistas.

O que nós temos respeitado sempre é que se eles (guerrilha) falam para não sair em um horário determinado, aqui ninguém se move. As pessoas ficam nas suas casas. As pessoas não se movimentam porque a gente nunca sabe o que pode acontecer. Se eles falassem: às oito horas vamos entrar lá, as pessoas ficavam em suas casas. Porém, eles sempre têm respeitado nossa vivência. (Entrevista com Julián, membro da ARDECANC, mar/2007).

Como organização, não temos tido inconvenientes com a guerrilha, eles nunca tem mexido conosco. Sabem que o que nós trabalhamos é em benefício da comunidade e que o que nós fazemos é sempre o mais transparente possível. (Entrevista com Iván, membro da ARDECANC, mar/2007).

Na época em que os paramilitares estiveram aqui, nós não nos reunimos mais, mas quando a gente viu que as coisas seguiam iguais, voltamos a nos reunir. (Entrevista com Julián membro da ARDECANC, mar/2007).

Em algumas zonas onde moram os camponeses da organização, os paramilitares, por exemplo, diante da ausência de resistência por parte desta população, adquiriram tal autoridade, de forma que muitos destes paramilitares chegaram até a morar nas mesmas casas que os camponeses e a impor normas sobre a vida cotidiana da população.

Um dia eu cheguei à minha casa e eles (paramilitares) estavam metidos até na cozinha de minha casa, então eles já tinham uma autoridade tal que a gente não conseguia pedir para eles irem embora, a gente não podia dizer para eles absolutamente nada. Eles dormiam na cama das pessoas, ou seja, tínhamos que ceder para eles as casas, a cozinha, tudo (Entrevista com Bernardo, presidente da ARDECANC, fev/2007).

Foi tão longo o que eles estiveram aqui que muitas pessoas da comunidade foram ganhando confiança, porque isso é o que acontece de tanto vê-los. Isso foi muito difícil de lidar, de falar para as pessoas, sobre tudo às mulheres, eu não sei por que as moças gostavam tanto desses paramilitares (Entrevista com Bernardo, presidente da ARDECANC, fev/2007).

Os paramilitares mandavam às mulheres que vestissem roupas muito curtas para que se vestissem “decentemente”. Estavam sempre atentos se uma pessoa saía para trabalhar, de quanto tempo ela ficava em casa, das pessoas que vinham de fora, todas essas coisas (Entrevista com Bernardo, presidente da ARDECANC, fev/2007).

Todas estas situações resultaram no surgimento da desconfiança e dissolução dos laços sociais entre a população, elementos indicados por Pécaut para as zonas de presença dos atores armados, como visto no capítulo teórico.

A confiança se altera porque, por exemplo, se eles (os paramilitares) moram na tua casa, eu já não tenho a mesma confiança para conversar com você, para falar sobre eles para meu vizinho ou vizinha, porque eu não tenho certeza se devido a eles estarem na tua casa, qual partido a pessoa tomou. Então, em muitas comunidades houve pessoas que se uniram com eles. Então era muito arriscado falar com o vizinho, a gente não sabia se comentava com o outro o que estava sentindo, sentia-se soçobra. Isso a gente sentiu muito forte, pelo menos eu o senti fortíssimo (Entrevista com Bernardo, presidente da ARDECANC, fev/2007).

Os paramilitares mataram muitas pessoas porque os moradores dos povoados as assinalavam como guerrilheiro ao vizinho, com o qual tinham problemas (Entrevista com Julián, membro da ARDECANC, fev/2007)

Os camponeses desta região têm normalmente o costume de ir às tardes para sítios da parte mais central, às vezes onde ficam as lojas. Vamos para jogar algum jogo, conversar com os outros, rir, compartilhar. Isso se acabou porque não haviam garantias (Entrevista com Bernardo, presidente da ARDECANC, fev/2007).

O desenvolvimento normal das atividades da organização viu-se obstaculizado pela presença constante dos grupos paramilitares, que restringiam a mobilização das pessoas pelo território e impunham sua autoridade sobre os recursos e atividades da população.

As reuniões não podiam ser feitas quando nós queríamos, nem a qualquer hora, tínhamos que ter muita prudência. Nós temos a assessoria da CETEC, e várias reuniões não aconteceram porque em alguns casos eles obrigavam os motoristas da CETEC a transportá-los (Entrevista com Bernardo, presidente da ARDECANC, fev/2007).

Diferente dos indígenas, os camponeses desta organização não realizaram contatos nem relação de assistência com organizações de direitos humanos, não realizaram também denúncias da situação na região. Diante da falta de estratégias próprias para responder aos efeitos do conflito armado na região, os camponeses receberam ajudas por parte da CETEC, assim como da Igreja Católica e Adventista, que foram, porém, de tipo paliativo, esporádicas e não integrais.

Quando tivemos que nos deslocar por causa dos enfrentamentos entre a guerrilha e os paramilitares, a igreja colaborou conosco. Ela tem um acampamento aqui na região, onde realizam retiros espirituais e eles falaram para nós irmos para lá pelo tempo que for preciso. A CETEC ajudou na parte psicológica, enviou uma pessoa do serviço social, que realizou reuniões conosco (Entrevista com Julián, membro ARDECANC, mar/2007).

No entanto, o fato dos camponeses estarem organizados e desenvolvendo atividades produtivas nas suas terras ajudou, em certa forma, a fortalecer as ligações com o território e os laços sociais deles, minimizando em certo grau os efeitos negativos do confronto em alguns locais. Na conjuntura mais crítica do conflito armado, a partir do ano 2001, com o ingresso das AUC nas zonas planas da região, as atividades econômicas desenvolvidas pela organização, como a criação de frangos, os engenhos para fabricar rapadura, etc., estavam consolidadas e serviram para ajudar a fixar os camponeses ao território e reforçar os vínculos dos membros da organização, diferente de outros camponeses sem terras que optaram pelo deslocamento para as grandes cidades.

Apesar dos paramilitares terem ficado aqui por muito tempo, eu acho as pessoas daqui do Palmar muito corajosas porque não se deslocaram. Alguns foram embora, mas voltaram depois. A maioria das pessoas esteve aqui na comunidade participando do processo que temos na ARDECANC, trabalhando no engenho de rapadura (Entrevista com Bernardo, presidente da ARDECANC, fev/2007).

Durante essa conjuntura de presença paramilitar na região, os técnicos da CETEC não voltaram, porém os membros da organização que tinham sido capacitados na parte técnica iam visitar as outras associações e assim suprimos a falta deles (Entrevista com Bernardo, presidente da ARDECANC, fev/2007).

Em algumas ocasiões, as organizações dos distritos rurais serviram para fazer exigências em forma conjunta frente aos paramilitares, numa tentativa de minimizar os abusos que estes cometiam com a população. Porém, os tipos de demandas que foram feitas pelos camponeses se relacionavam com casos muito concretos e não era um ato muito freqüente e se realizaram sem desafiar a autoridade e o domínio destes grupos, como pedir para eles pagarem os produtos que compravam nas lojas da região.

### **5.2.3 Diferenças da organização camponesa em relação á organização indígena.**

As diferenças entre a organização camponesa e indígena são:

**Limitada representação e autoridade:** a organização camponesa, embora se desenvolva no âmbito territorial da região, agrupando às associações dos distritos rurais, não é uma organização que represente um governo do território, como no caso dos indígenas. Os camponeses não têm, como estes últimos, um território próprio para

administrar, e as lideranças e representantes dentro da sua organização não são autoridades que exercem seu poder sobre um território nem sobre as dimensões políticas e sociais. A representação e autoridade que exercem os representantes camponeses se limitam ao âmbito da organização e que, mesmo que importantes, são muito mais limitadas do que as da organização indígena.

**Autonomia Limitada:** Embora a organização indígena tenha contado sempre com o apoio de organizações não governamentais, setores da igreja e outros movimentos sociais, esta conseguiu se erguer como uma autoridade em seus territórios e condicionar a intervenção destas outras organizações ou movimentos em prol das autoridades indígenas. A organização camponesa, pelo contrário, aparece muito dependente ainda da ONG a partir da qual foi criada, CETEC, que concentra os materiais e a informação da ARDECANC, dá as diretrizes de trabalho da organização e monopoliza a assessoria externa que esta recebe.

**Carência de Projetos de vida comuns:** A organização camponesa se foca apenas no aspecto econômico-produtivo e não consegue abranger outras dimensões da vida destas populações, como pretende fazê-lo a organização indígena, com o desenvolvimento dos Planos de Vida, que projetam estas populações em visões conjuntas em longo prazo de desenvolvimento em todos os aspectos, como alternativas de vida em comunidade e projeto político. A organização camponesa é mais uma associação de indivíduos, que aproveitam as vantagens do agrupamento, do que um projeto de vida de uma coletividade. Privilegiam-se, assim, dinâmicas mais individuais, ou seja, a organização é menos abrangente dentro da vida dos membros e carece de um projeto político coletivo.

**Carência de uma identidade diferenciada:** Diferente dos indígenas, os camponeses da região não estão organizados em uma estrutura própria que responda a elementos de uma identidade e cultura diferentes da hegemônica. Pelo contrário a estrutura organizativa usada pelos camponeses responde às associações gremiais do tipo produtivo. E, mesmo assim, embora a ARDECANC se apresente como uma associação camponesa, no acompanhamento desta organização que realizei durante o trabalho de campo, pude perceber que na prática não se identificam plenamente como membros

deste setor. Os membros da organização hesitam em se definir como uma organização camponesa ou afro-colombiana<sup>86</sup>.

Esta situação pode ser devida à forte e dinâmica presença de organizações de tipo étnico na região, que encontram respostas à suas reivindicações no Estado, apelando à sua identidade e diferença cultural, diante do enfraquecimento e pouca representação das organizações camponesas. Isto estaria motivando a identificação com as organizações que parecem ter mais força e conseguem mais resultados na atualidade, como são as organizações de tipo étnico, como uma forma de aproveitar as oportunidades políticas abertas por estas organizações, sem que isto signifique uma identificação plena neste sentido, pelo menos até o momento. Esta característica mostra outra grande diferença com a organização indígena, cujo fortalecimento tem sido paralelo ao desenvolvimento de uma forte identidade cultural em torno do tema indígena.

Todas estas características da organização camponesa: falta de abrangência, autoridade e representação dos camponeses, carência de identidade e projeto político coletivo e fraca integração dos membros por se focar apenas no aspecto econômico, diferenciam a ARDECANC da organização indígena, e pode ajudar a explicar a pouca capacidade organizativa dos camponeses para responder à dinâmica do confronto armado na região, comparada com a fortaleza organizativa indígena neste sentido.

---

<sup>86</sup> No encontro inter-étnico a que compareci em janeiro de 2007, por exemplo, para discussão do plano de desenvolvimento inter-étnico do departamento, os participantes da ARDECANC não se apresentaram como representantes de uma organização camponesa, senão como parte do setor afro-colombiano e quando são questionados por esta posição argumentaram que era devido à grande presença de camponeses negros dentro da organização. Porém, o tema da identidade afro-colombiana é pouco discutido nas reuniões e nem todos os membros concordam em se definir desta forma. Além disso, só há pouco tempo estão realizando aproximações com organizações que trabalham propriamente em torno do tema étnico afro-colombiano na região.

**Quadro No. 6. Características das Organizações camponesa e indígena na região.**

<b>Características Organizativas</b>					
<b>Organização</b>	Organizações formais	Grau de representatividade e e autoridade	Identidade como coletivo	Tipo de Projeto	Resistência ao Confronto Armado
Camponeses	-Tipo associativo -Dependente -Limitadas (abrangem uma parte pequena da população)	Limitado	Indefinida, fraca	Produtivo	Passiva
Indígenas	-Institucionais -Autônomas -Abrangentes	Alto	Definida, forte	Social, político, de vida	Ativa

Fonte: entrevistas e material documental coletados pela autora no período de janeiro a março de 2007.

### **5.3 Formas de resistência dos indígenas ao conflito armado<sup>87</sup>: repertórios de ação**

Como colocado no capítulo teórico, os repertórios de ação coletiva se referem às diferentes combinações de violência, ruptura (disruption) e convenção que empregam os movimentos sociais para mobilizar apoios, exprimir suas reivindicações e desenvolver relações estratégicas com aliados. Desta maneira desafiam seus oponentes, criam incerteza e potenciam a solidariedade (Tarrow: 1997: 180).

Desta forma, os repertórios de ação que serão apresentados são as formas com as quais a organização indígena mostra publicamente suas posições e manifestações de resistência ao confronto armado, ao mesmo tempo em que servem também para reforçar os laços de solidariedade entre aqueles que fazem estas manifestações.

Como apresentado anteriormente, o movimento indígena tem se oposto aos grupos armados de múltiplas formas, inclusive já fez opção no passado pela via armada, com o movimento guerrilheiro Quintin Lame. Na atualidade as formas que prevalecem para se opor a estes grupos são as pacíficas, na forma de manifestações públicas e ações legais. No entanto, também existem as ações coletivas de ruptura dentro do movimento, representadas nas ações diretas contra estes grupos, como veremos a seguir.

<sup>87</sup> Estes repertórios serão descritos unicamente para o caso dos indígenas, já que os camponeses até o momento não registram ações coletivas deste tipo na região.

No uso destas múltiplas formas de repertórios de ação pode estar também a fortaleza do movimento indígena para desenvolver posições de resistência, já que, segundo Tarrow (1997: 204), a capacidade de usar e misturar diferentes elementos do repertório em função do objetivo, estratégia do oponente e os aliados disponíveis, dá ao movimento flexibilidade e parte de seu poder.

Um aspecto a salientar é também a capacidade do movimento indígena de inovar simbolicamente dentro das formas convencionais dos repertórios de ação, utilizando sempre elementos e significados tirados de sua cultura em seus atos, produzindo forte impacto na opinião pública, atraindo desta forma aliados de outros setores ao mesmo tempo em que reforçam a identidade de seu movimento.

O atual ambiente de repressão e ofensiva por parte do governo e a influência atingida pela guerrilha das FARC sobre alguns setores do movimento indígena, como visto em páginas anteriores, estão conduzindo a debates dentro do movimento, onde grupos como os “Nietos do Quintin” argumentam a necessidade do uso de formas também violentas para conseguir do Estado o cumprimento de seus direitos no que diz respeito à repartição de terras. Embora estas propostas não parecessem estar tendo muita força dentro do movimento, representam desafios para o movimento indígena na consolidação de suas propostas de resistência pacífica no momento atual.

Para o período da presente dissertação (2000-2005) estes são alguns dos mais importantes repertórios da resistência ao conflito armado por parte da organização indígena:

- 1) **Primeira Audiência Pública pela Vida e a Esperança – ano 2000:** Convocada pelo CRIC em Popayán, a capital do Cauca, para denunciar os ataques e ameaças dos atores armados sobre membros das comunidades. Em fevereiro do ano seguinte realizou-se a segunda, com maior quantidade de pessoas, também em Popayán.
- 2) **Assembléias em Jambaló – ano 2000:** Durante este ano se realizaram sete assembléias no resguardo indígena de Jambaló, em seis delas o tema principal foi a ordem pública. Analisou-se nestas o Plano Colômbia, a figura da Comissão



de Paz como alternativa de conciliação nacional e a posição de autonomia dos Cabildos indígenas (Espinoza, 2003: 85).

- 3) **Minga<sup>88</sup> pela Vida e Contra a Violência - 17 de maio de 2001:** Passeata de trinta e cinco mil manifestantes indígenas, desde o norte do Cauca até a cidade de Cali, acompanhados por alguns camponeses e membros de comunidades negras convocados pelo Conselho Regional Indígena do Cauca [CRIC] e outras organizações, em protesto contra o massacre do Naya<sup>89</sup>. Os indígenas decidiram se encaminhar a Cali devido a perceberem que tanto os meios de comunicação como o comando militar e os grupos empresariais, diante dos quais queriam deixar escutar sua mensagem, tinham por sede Cali e não a capital do Cauca.

A passeata foi feita em três dias, acompanhados sempre pela guarda indígena, que tinha as funções de proteção e vigilância dos manifestantes. No quarto dia, já em Cali, fizeram uma Audiência Pública na praça de São Francisco, no centro desta cidade, frente ao Governo Departamental. No quinto dia, os manifestantes retornaram para seus locais de origem, deixando tudo perfeitamente limpo e organizado e sem ter provocado nem sequer um só incidente de ordem pública, deixando marcado um precedente sem igual na memória das mobilizações sociais do sul-ocidente colombiano.

- 4) **Conformação de grupos de guardas indígenas para procura de seqüestrados - Julho de 2001:** Após o assassinato da liderança indígena Cristóbal Secue por parte das FARC e do seqüestro dos cooperantes de nacionalidade alemã, a organização indígena reage conformando grandes grupos que, coordenados pela guarda indígena, partiram na busca dos chefes guerrilheiros da região para condenar os fatos, pedir-lhes explicações e exigir a entrega tanto dos assassinos de Cristóbal Secue como dos alemães seqüestrados (Hernández, 2003: 7).

---

<sup>88</sup> As mingas são formas tradicionais de ação coletiva nas comunidades indígenas, que consistem em se reunir para realizar entre todos tarefas de benefício comum, baseadas nos princípios de troca e reciprocidade (Hernández, 2003: 11).

<sup>89</sup> Como visto no capítulo II, neste massacre os paramilitares assassinaram cruelmente uma grande quantidade de pessoas, entre eles membros de um resguardo indígena, produzindo o deslocamento massivo das populações da região. Os indígenas imediatamente se manifestaram contra estes atos, exprimindo seu repúdio, reclamando o respeito à vida e seus territórios, assim como a atenção nacional sobre este problema.

- 5) **Congreso Extraordinario do CRIC - 16 a 20 de agosto de 2001:** Realizado no assentamento indígena de Tóez, município de Caloto, sob o lema de “Contra a guerra: dignidade ancestral em resistência”. Compareceram aproximadamente doze mil pessoas. Ali, fez-se uma forte declaração rejeitando todos os grupos armados, decidiu-se melhorar a organização da guarda indígena e acordou-se criar o Tribunal Indígena de Justiça.
  
- 6) **Mobilização dos habitantes de Cal dono, que bloqueiam o avanço de uma coluna das FARC - 12 de novembro de 2001:** Os habitantes, cuja maioria é composta por indígenas paeces, se agrupam de forma pacífica na praça pública deste município ante a chegada de tropas das FARC e impedem o ataque por parte desta sobre o povoado.
  
- 7) **Fórum sobre emergência e mecanismos de resistência civil no Cauca - Março de 2002:** Após de serem quebrados os diálogos entre o Governo Nacional e as FARC, em fevereiro de 2002, as comunidades indígenas previram que as ações de guerra iam se agravar em seus territórios, e um mês depois organizaram em Popayán um fórum para examinar dois temas conexos: a “Emergência Social, Econômica e Cultural das Comunidades do Cauca” e os “Mecanismos de Resistência Civil”, que poderiam ser empregados nessa situação de emergência.
  
- 8) **Primeiro Congresso Indígena do Norte do Cauca - 11 a 16 de dezembro de 2002:** Realizado em Jambaló, sob o lema “Para continuar com as raízes na terra”, ao qual compareceram mais de 15 mil pessoas durante seis dias. Ratificasse e aperfeiçoa-se a política de afirmar a autonomia e persistir na resistência civil contra a guerra, afiançando o controle e o governo do território ante às ameaças dos grupos armados (ACIN, 2004: 31).
  
- 9) **Mobilização da guarda indígena para a liberação do prefeito de Toribio, seqüestrado pela frente Teófilo Forero (das FARC) - 21 de agosto de 2004:** Já comentada na seção anterior.

**10) Passeata indígena para Cali em defesa da autonomia territorial e da Vida -**

**13 a 16 de setembro de 2004:** Perto de sessenta mil indígenas realizaram uma passeata, desde o norte do Cauca até Cali, em defesa da autonomia territorial e em protesto pelas as agressões contra membros das comunidades indígenas, por parte dos diversos atores armados e do próprio Estado, e também contra o tratado de livre comércio TLC.

É importante salientar várias características desta lista de repertórios. Surpreende a rapidez da reação indígena ao agravamento do confronto na região com a chegada dos grupos paramilitares. Logo, desde o ano 2000, quando chegaram estes grupos, os indígenas apresentam denúncias em nível regional e se reúnem repetidas vezes em seus resguardos para discutir a problemática, enquanto os camponeses da região, segundo as entrevistas, permaneciam prisioneiros do medo e sob a lei do silêncio.

No ano 2001 os indígenas começam a sair de seus territórios para denunciar sua problemática em nível nacional e obrigar às autoridades governamentais a escutá-los e protegê-los em seus territórios, em face das graves ameaças contra suas vidas por causa do conflito armado.

Porém, não ficam unicamente nas denúncias e nas formas convencionais de passeatas, congressos e audiências públicas. Ante a falta de respostas por parte do Estado e a não diminuição do confronto, os indígenas desenvolvem também formas de auto-proteção e ação direta para exigir o respeito dos seus direitos por parte dos grupos armados, como mostram os repertórios anteriores. Formam então grupos de guardas que vão negociar e pressionar aos grupos armados. Fazem também concentrações nas praças públicas para impedir os ataques das FARC, etc. E continuam aprimorando estas estratégias a partir de seus congressos, fóruns e assembléias, onde se define sempre alguma nova forma ou mecanismo para reforçar sua posição de autonomia e de se defenderem dos grupos armados, como o Tribunal de Justiça Indígena, a formalização da guarda indígena e os tecidos de defesa da vida e dos direitos humanos e de comunicação, desafiando cada vez mais abertamente aos atores armados.

Como mostram estes repertórios, a rejeição aos grupos armados e a exigência de respeito pelo processo e pelas autoridades indígenas são desdobrados tanto contra a

guerrilha como contra os paramilitares e o Estado, reforçando sua posição de autonomia, já que não se colocam do lado de nenhum destes atores. Pelo contrário, todos estes repertórios estão insistindo na reiteração das autoridades próprias da organização indígena e na importância de defenderem seu Plano de Vida.

Todos estes atos de resistência são desenvolvidos após a Declaração de Autonomia, em 1999. Nesta, a Junta diretiva regional de Cabildos define quatro diretrizes a seguir no que diz respeito aos atores armados nos territórios indígenas:

- 1) Continuar exercendo o direito à autonomia territorial.
- 2) Não permitir que os jovens indígenas se envolvam nos grupos armados, e que os que se envolvam percam seus direitos como indígenas.
- 3) Exigir respeito para os caciques e mártires indígenas e reclamar que seus nomes não sejam usados por nenhum grupo armado.
- 4) Exercer o controle territorial através das autoridades indígenas. Nenhum grupo armado poderá solucionar problemas dentro da comunidade indígena. Quando se souber que um comunheiro (integrante) solicitar intervenção destes grupos, este será julgado e serão invalidados quaisquer acordos que forem feitos.

Essa clareza na postura com respeito aos grupos armados, reiterada nas diferentes assembléias realizadas nos anos seguintes à declaração, está por trás dos repertórios listados acima e fornece os marcos destes.

Desta forma, a permanente mobilização e discussão conjunta em torno desta problemática parecem estar reforçando uma posição unificada da população indígena contra a guerra e contra os atores armados, já que estes repertórios, além de criarem um consenso entre a população e ajudarem a fortalecer seus laços sociais, ao uni-los frente a inimigos comuns, se fazem apelando a um discurso de tradição de resistência e símbolos de identidade destas comunidades.

Sobre estes marcos de significado, com os quais os indígenas dão legitimidade e valor à suas ações de resistência, vamos discutir precisamente no próximo capítulo, comparando-os às posições e valorações dos camponeses diante do conflito e dos atores armados.

## 6. Visões da organização indígena e camponesa em torno do conflito armado<sup>90</sup>.

Neste capítulo serão apresentadas as interpretações e definições encontradas nos discursos dos membros do movimento indígena nordestino, que fornecem os marcos para a ação desta organização em face ao conflito armado. Argumentarei que estes marcos, além de sustentarem os processos de resistência que levam a cabo esta organização, se traduzem em uma política cultural do movimento que representa a criação de um espaço alternativo de significado sobre o tema do conflito armado e a paz no país.

De igual maneira, serão apresentadas as diferenças com respeito às interpretações da organização camponesa ARDECANC sobre o tema do conflito armado. Mostra-se aqui como esta organização apresenta uma posição menos distante com respeito à guerrilha e algumas propostas menos claras em torno do tema da paz na Colômbia.

Segundo Tarrow, por meio dos marcos para a ação, os movimentos identificam as injustiças, os responsáveis e formulam soluções para as mesmas. Tendo isto em conta, para ajudar na análise se identificaram as interpretações que têm as organizações indígena e camponesa no que diz respeito a três temas: 1) a natureza do confronto armado, 2) os atores deste e 3) as soluções para esse conflito no país, que por sua vez concorrem com as concepções sobre o confronto e as soluções tanto do Estado como dos atores armados.

Estas interpretações de ambas as organizações foram procuradas nas seguintes fontes: **1)** discursos das lideranças nos eventos públicos como assembleias (2), audiências (1) e foros (1) que assisti durante o trabalho de campo, **2)** no material interno da organização sendo este: “A Resolução de Vitoncó” (1985), onde o eixo fundamental é a ênfase pela autonomia nos territórios indígenas; a “Declaração de Jambaló” (1999): onde o movimento indígena levanta formalmente sua posição com respeito aos grupos armados no seu território; a “Proposta de Paz”, da ACIN (2004-2007?); o documento

---

<sup>90</sup> Para este capítulo ver Anexo 2 com os quadros das categorias de análise utilizadas na metodologia.

titulado “A resistência Nasa”, também da ACIN, (2004-2007?); o “Mandato Indígena e Popular” do ano 2004, resultado da passeata para Cali. **3)** Entrevistas com algumas lideranças e membros da organização indígena, indicadas no anexo 1, na introdução. **4)** Material audiovisual da organização, indicado no anexo 1.

Para os camponeses, já que estes não apresentaram material escrito nenhum, estas definições são reconstruídas a partir das entrevistas com os membros da organização.

### **6.1 O discurso da organização indígena diante do conflito armado e a paz na Colômbia.**

A longa duração e a complexidade do conflito armado no país parecem ter se refletido em uma diversidade de perspectivas sobre o mesmo, não havendo uma única definição compartilhada entre toda a população sobre a natureza do conflito senão, pelo contrário, distintas definições e perspectivas sustentadas por diversos setores que concorrem entre si e, por sua vez, desenvolvem diferentes perspectivas sobre a solução do confronto armado no país.

As definições dos seguintes setores são importantes para entender a posição do movimento indígena:

1) O governo do atual presidente Álvaro Uribe, tem se caracterizado pela negação que faz da existência do conflito armado no país, pois segundo ele o que há são grupos de terroristas que agem na ilegalidade, alimentados pelo negócio do narcotráfico, sem fins políticos e sobre os quais o Estado deve aplicar seu poder militar para derrotá-los. Esta versão é defendida pelo governo nos âmbitos nacionais e internacionais e é um dos argumentos levantados pelo governo para rejeitar a realização de acordos políticos com a guerrilha, como o intercâmbio humanitário.

2) A guerrilha, por sua parte, argumenta que o motivo da sua luta é político e a causa da sua rebelião é o fechamento do sistema político do país e a desigualdade social existente, produto do monopólio do Estado por parte da classe capitalista e imperialista.

Sua luta é então definida como uma luta das classes oprimidas contra as dominantes, dirigida à tomada do poder.

3) Os paramilitares, por sua vez, justificam suas ações como contra-insurgentes e necessárias devido ao grande poder alcançado pela guerrilha no território nacional e a incapacidade do Estado para contê-las.

Diante destas três perspectivas do governo, da guerrilha e dos paramilitares, a organização indígena estudada opõe-se pelas seguintes definições sobre o que é para eles a verdadeira natureza do conflito no país, os atores armados e as soluções desta problemática:

### **6.1.1 A Natureza do conflito armado na visão dos indígenas: a guerra contra pobres.**

Os indígenas da ACIN contestam a negação do conflito armado no país, levantada pelo governo de Álvaro Uribe, afirmando a existência real deste e se colocando como testemunhas dessa presença. Discutem também o atual processo de desmobilização dos paramilitares, implementado e defendido pelo governo.

Segundo as fontes oficiais, o desmantelamento das estruturas paramilitares no país é um fato, enquanto os indígenas denunciam quase todos os dias, nos seus comunicados públicos e notícias na sua página web, a persistência da presença destas e o acionamento de novos grupos de paramilitares, sob o nome de Águias Pretas, que avançam na ocupação territorial, colocando em dúvida os sucessos pretendidos pelo atual governo. Criticam a atual política de segurança do governo, propondo uma nova significação de seus termos e exigindo a desmilitarização de seus territórios.

Há que falar para o Presidente que mude essa palavra de segurança democrática (nome da atual política) pelo termo de insegurança, porque é quando mais deslocados pela violência têm havido, mais mortes (Entrevista com Germán Campo, conselheiro da ACIN, fev/2007).

Contestam também a guerrilha afirmando que na prática esta guerra está se dando contra os pobres e não em favor deles. Mostram seu desacordo com o fato da guerrilha

declarar estar realizando uma revolução para o povo, mas, ao mesmo tempo, assassinando o povo.

A guerrilha tem um projeto político que diz que vai defender os pobres, mas atua matando os mesmos pobres por comentários, por difamações (Discurso Ezequiel Vitonás, coord. ACIN, fev/2007)

Eles dizem (a guerrilha) que estão protegendo ao povo e resulta que estão matando o povo, estão confundindo o povo, eu mesmo fui acusado de ser um informante e o Cabildo tem sido muito acusado (Entrevista com Fernando, coord. Guarda Indígena, fev/2007)

E por fim, contestam os paramilitares, que justificam sua atuação no conflito atual como contra-insurgente, afirmando, ao contrário deles, a existência de interesses econômicos por trás da guerra na Colômbia e a ligação existente entre estes interesses e o atual governo.

Os indígenas argumentam, em documento oficial, que o verdadeiro fim desta guerra é o controle dos recursos naturais e das riquezas econômicas por parte dos agentes que impulsionam a globalização e o neoliberalismo, dos quais os paramilitares seriam defensores.

Esta guerra se dá para que haja deslocamento da população civil e fiquem livres os territórios para as multinacionais (Ezequiel Vitonás, A Resistência Indígena, documento interno, ACIN).

A situação de emergência se deve a um problema de fundo relacionado com a estratégia neoliberal e a globalização. Os resultados que buscam a ALCA e o TLC representam as formas de agressão pelas quais se realizam as reformas constitucionais e as que, em última instância, servem à guerra e ao terror (Mandato Indígena e Popular, 2004).

Além disso, segundo o discurso das lideranças indígenas, o conflito afeta especialmente aos indígenas desta zona por serem portadores de uma proposta alternativa de país e representarem uma via diferente de desenvolvimento.

Os fatos que viemos registrando, assassinatos, massacres, obedecem a uma estratégia pensada e executada para impedir o fortalecimento de nosso Plano de Vida. Não são atos isolados, nos matam por sermos diferentes e porque nossa luta visa construir um país novo e mais justo e possível (Discurso de Feliciano Valencia, Audiência Pública de Corinto, 2007)



O discurso desta organização indígena está o tempo todo tentando marcar o caráter alheio do conflito para a população indígena e a falta de representação dos seus interesses por qualquer das partes em conflito.

Retomando a história e o passado, os indígenas identificam uma continuidade entre a situação de guerra atual e as guerras acontecidas na Colômbia, como a guerra pela independência, a guerra dos Mil Dias, no início do século XX entre o partido liberal e o conservador ou a violência partidarista dos anos cinquenta, interpretando todas elas como guerras onde os indígenas acabaram envolvidos, mas sem obter benefício algum, já que nenhuma delas foi declarada em nome deles, mas sim os usando como combatentes. Há entre os indígenas a noção de tempo histórico sobre o conflito.

Assim, declaram na “Resolução de Jambaló” (1999): “No passado quanto no presente temos sido vítimas de uma guerra que não é nossa, que não entendemos, nem apoiamos”, e uma liderança na Audiência Pública de Corinto (2007) diz também nesse sentido: “não queremos mais ver nossos filhos caírem no meio desta guerra que não é nossa e que simplesmente procura uma justificativa tanto da esquerda como da direita”.

De forma reiterada, tanto nos discursos das lideranças como nas falas dos membros de base nos documentários e nas entrevistas, os indígenas da organização de estudo levantam o caráter ilegítimo e prejudicial do conflito armado, pelo que rejeitam sua participação nele. “Participar nesta guerra não se justifica porque na verdade estamos nos matando entre os mesmos pobres e a única que está pagando os custos desta guerra é a sociedade civil” (indígena no documentário: Guerra no Cauca, 2005).

### **6.1.2 Os atores armados na visão dos indígenas: extremos ideológicos que não reconhecem a especificidade indígena.**

Diferente dos camponeses, o discurso dos indígenas sobre os atores armados, coloca em pé de igualdade tanto a militares e paramilitares, como a guerrilheiros. Todos eles fazem a guerra para produzir deslocamento, não respeitam à população nem ao território, acusam os indígenas de serem do bando contrário, atacam as autoridades e o processo indígena e não representam os seus interesses.

Há um grupo que são os capitalistas, que quer transformar tudo em dinheiro e com essa vontade está interessado no território. Há outro que fala o contrário, mas também quer ter esse território para dominá-lo. No norte do Cauca estão assentados da extrema direita: grupos como o Exército, a Polícia e todos os grupos estatais, além de também os grupos paramilitares que acompanham ou concordam com a extrema direita; mas também há grupos como a guerrilha das FARC, também extremas e que vêem que o movimento indígena está no centro, propondo um plano de vida (Entrevista com Germán Campo, conselheiro da ACIN, fev/2007).

Os distanciamentos do movimento indígena norte-caucano com a guerrilha são vários e começam, como indicado no capítulo 4, desde o surgimento do CRIC. A guerrilha, dentro do discurso desta organização, é acusada de não reconhecer nem a especificidade da luta indígena nem a autoridade dos Cabildos dentro do território indígena. Além disso, declaram explicitamente, que “o movimento indígena não entende, nem assume o tipo de luta da insurgência desde uma leitura marxista” (Dorado, 2004: 160).

Dentro do discurso guerrilheiro, as diferenças étnicas estão num segundo plano e a ênfase está colocada na luta do povo colombiano, considerado de forma homogênea como classe operária, onde a guerrilha seria a vanguarda da luta para construir uma nova nação sob os princípios socialistas. Assim, Manuel Marulanda, a cabeça das FARC disse aos indígenas em um encontro no Caguán: “o primeiro é sermos colombianos, o segundo é ser índios, negros, hoje é o país, a nação”<sup>91</sup>. Porém, este discurso da nação não apela para os interesses indígenas, que durante sua história têm visto como a construção da nação colombiana lhes deixou marginados e tirou seus direitos.

Assim, nos discursos das lideranças indígenas é quase sempre lembrado que a Constituição Política de 1886 os declarava seres sem capacidade de juízo, menores de idade, quase animais, definição mantida por boa parte do século XX, embora eles tivessem lutado também pela independência do país. Igualmente, a união dos indígenas na luta pela República Liberal, ao lado deste partido no início do século XX, não se refletiu na melhora de suas condições, pelo contrário, quando no poder, este partido promoveu a dissolução dos resguardos como forma de garantir o acesso dos capitais ao livre mercado de terras. Desta forma declaram sua contraposição de prioridades: “Antes que Colombianos, nós, os povos indígenas, somos os antigos povoadores destes

---

<sup>91</sup> Entrevista com Manuel Ramiro Munhoz, assessor da ACIN, mar/2007.

territórios e gestores de nosso próprio processo” (Resolução de Jambaló, 1999). Os indígenas então, se diferenciando do discurso guerrilheiro, defendem a especificidade da sua luta e a prioridade das diferenças culturais e direitos diferenciados dentro do conceito de nação, assim como a autonomia de seu processo.

A relação com os métodos violentos e o uso de armas é outro dos aspectos diferenciadores do movimento indígena, da guerrilha, dos paramilitares e das forças estatais. O movimento indígena norte-caucano atual condena a utilização da violência como forma de luta social e defende as formas pacíficas de expressão.

Se nós nos armássemos já não seríamos diferentes deles (atores armados). A arma dos indígenas é o cetro e o pensamento, defendendo as idéias que temos (Trecho do documentário: Somos alçados em cetros de mando. ACIN. 2006).

Os atores armados são representados nos discursos indígenas como os portadores de projetos de morte por causa da utilização destes métodos violentos. Em contraposição, os indígenas estariam defendendo o Projeto de Vida. Esta frase é utilizada amplamente nos discursos e como lema das suas mobilizações e ações públicas, dando-lhe um sentido ético e superior à sua ação.

Hoje há uma guerra que está invadindo nosso território, uma guerra que não é nossa nem compartilhamos, nem aceitamos, porque para nós as armas não são o caminho para a busca e reivindicação dos Direitos Sociais; porque as armas levam à morte dos nossos semelhantes, não somente a morte de nós humanos, senão também a morte de nossos territórios, da natureza e do mundo (ACIN, Reconstruindo o Direito Próprio protegemos a vida, para continuar em resistência. 2004)

Nós defendemos a vida do ser humano sem importar o que ele seja, católico, protestante, de esquerda, de direita, polícia, camponês, negro, índio. (Entrevista com Germán Campo, conselheiro da ACIN, fev/2007).

Aqui o que temos que implementar é um diálogo, pois infelizmente a proposta que têm ambos os sectores, tanto da esquerda quanto da direita, é de quem mais bala atira, quem faz mais massacres, é uma proposta de morte e nunca vão chegar a um fim (Entrevista com Germán Campo, conselheiro da ACIN, fev/2007).

Tanto o Exército quanto os paramilitares são vistos desde os discursos indígenas como agentes das políticas neoliberais e das multinacionais que querem apoderar-se dos territórios indígenas em favor dos interesses destas, repetindo a história de desapropriação do território que os indígenas já viveram por parte da entrada das forças capitalistas nas zonas que antes lhes pertenciam.

Não é verdade que o governo nacional por meio do exército vai nos cuidar, de que vai nos cuidar se nós somos pobres?, o que faz é fortalecer a guerra para que nós desocupemos os territórios e depois, com a necessidade da fome, nos transformemos em jornaleiros, em empregados, e esse fim nós já o vimos (Entrevista com Germán Campo, conselheiro da ACIN, fev/2007).

A posição frente aos grupos armados é defendida como de autonomia, diferente de submissão a qualquer destes ou de neutralidade.

A autonomia é entendida como a postura do lado dos seus Projetos Comunitários (Planos de Vida) e das suas autoridades, antes que do lado de qualquer outra proposta ou grupo<sup>92</sup>. No que diz respeito a este conceito, foi no X Congresso do CRIC, no ano 1997, que foi introduzida a palavra Autonomia explicitamente como objetivo, junto aos outros termos de Terra, Unidade e Cultura. O sentido mais amplo e rigoroso é dado na “Resolução de Jambaló” (1999), que define os pontos específicos da luta pela autonomia e o caminho para lográ-la.

O conceito de autonomia para a organização indígena abrange as dimensões: territorial, econômica, política e cultural, e a resolução estabelece posições claras frente aos atores armados, ao narcotráfico, aos diferentes movimentos religiosos, aos partidos tradicionais, à situação geral do país e à educação, com ênfase na autonomia com relação a estes e à autoridade nos territórios indígenas da comunidade e dos Cabildos.

Esta posição de autonomia parece estar sustentada, além disso, pela construção da identidade indígena nasa<sup>93</sup> como ligada ao conceito de resistência à dominação que pretendem impor os atores externos sobre suas comunidades. O termo resistência é usado nos discursos indígenas para falar tanto da posição dos indígenas na época da conquista espanhola como nas sucessivas etapas até hoje, de modo que os indígenas são representados nos discursos das lideranças como os sujeitos que sempre têm resistido às diferentes formas de dominação. Esta posição de resistência estaria espelhada nas diferentes figuras históricas do povo nasa, como Juan Tama e a Cacica Gaitana, que de formas diferentes se opuseram e resistiram ao domínio dos colonos espanhóis; Manuel Quintín Lame, que se opôs aos terratenentes no começo do século XX; o padre Álvaro Ulcué Chocué, que lutou nos anos oitenta pelo desenvolvimento da consciência e a

---

<sup>92</sup> Esta é também a forma que utilizam para argumentar que sua posição não é neutral.

<sup>93</sup> Nome da etnia que pertencem os indígenas da zona norte do Cauca.

identidade indígena; Cristóbal Secue e Aldemar Pinzón, que lutaram nos anos noventa pelo desenvolvimento de formas próprias de justiça nos resguardos indígenas, se opondo às pretensões de autoridade da guerrilha. Estas figuras representam desta forma, uma continuidade nos objetivos de luta e nas posições de resistência desta população e são lembradas cotidianamente em quase todos os discursos das lideranças indígenas, e também na fala dos membros da base, incluindo o discurso dos opositores indígenas dentro do movimento<sup>94</sup>.

O sujeito indígena nos discursos das lideranças e nas representações feitas no material audiovisual do movimento é construído como uma identidade diferenciada que, além de resistente, está em relação diferenciada com a comunidade e o cosmos. É um sujeito que vive em comunidade e de acordo a leis derivadas de uma cosmogonia própria. Além da validade antropológica desta construção, esta parece se comportar como uma fonte de elementos de diferenciação, que, neste caso fornece também fronteiras divisórias com os atores armados e outros agentes externos.

Desta forma, as lideranças antes de empreenderem qualquer projeto ou estratégia devem consultar tanto à comunidade como aos espíritos (o trovão, o arco, o fogo, o duende) através do médico tradicional. Este é o procedimento estipulado nas formulações do direito próprio<sup>95</sup>, mas é colocado efetivamente em prática como mostram as entrevistas, onde os guardas contam que consultaram os médicos tradicionais antes de tomarem posse dos seus cargos e igualmente, no caso do resgate do prefeito seqüestrado pelas FARC, a decisão da busca dele foi consultada com os médicos para ter certeza que ia ser bem sucedida. No caso da rádio indígena, antes de começarem o projeto com o governo, consultaram aos médicos tradicionais, que lhes deram a aprovação após uma série de ritos e a assembléia ratificou a decisão de impulsionar este projeto.

---

<sup>94</sup> Na intervenção que realizou a liderança do grupo “Netos do Quintin Lame” na Assembléia realizada em Tacueyó durante meu trabalho de campo, uma moça indígena fez referência à sua semelhança com a Gaitana, e contou como as pessoas que a conheciam falavam que sua história era parecida com a dela. A Gaitana foi uma cacique que na época da Conquista se defrontou com os espanhóis de forma heróica depois que estes mataram seu único filho.

<sup>95</sup> ACIN, Reconstruindo o Direito Próprio, protegemos a vida para continuarmos em resistência. Documento de trabalho. 2004

Todos estes elementos servem para demarcar diferenças do movimento indígena com os atores armados e justificar suas estratégias. Desta forma, por exemplo, fala um guarda indígena sobre eles e os atores armados:

Eu sempre ajo a partir dos mais velhos, eles são os que falam para nós o que devemos fazer. Quando nós planejamos uma coisa, sempre nos armamos desde o coração e isso depois sobe para a cabeça. O indígena sempre age desde o coração, a cabeça é para pensar, mas o sentimento sai desde o coração, depois sim, vem o físico, porque depois seguem as pernas, os braços. Diferente do Exército, eles preparam os soldados fisicamente, mas não os corações nem as cabeças. Uma vez eu falei para eles (membros do Exército) “você são piores do que uma besta. Eu falei isso também sentado cara-a-cara com os capitães e chefes da guerrilha, porque eles estão pensando desde a cabeça, mas não desde o coração. Por isso o Nasa Yuwe (língua nasa) manda pôr o coração primeiro”. (Entrevista com Fernando, coordenador guarda indígena, fev/2007).

Assim, a decisão de não permitir a interferência de autoridades diferentes às próprias no seu processo e território e a convicção que somente eles, os indígenas, podem mudar suas condições são reiteradas nos distintos discursos e entrevistas:

Não deixemos que as nossas lutas sejam tratadas por pessoas alheias, já que é nossa responsabilidade e compromisso (Discurso de Feliciano Valencia na Assembléia de Canoas, mar/2007).

A guerrilha queria mandar em nós, e aí foi que falamos para eles: Vocês não mandam em nós, nós mandamos em nós mesmos (Entrevista com Fernando, coordenador da guarda indígena, fev/2007).

Estamos dispostos a defender nossas culturas desde o convencimento de que nem o governo, nem os grupos armados, nem os homens eminentes mudarão nossas condições atuais, senão que seremos nós mesmos, unidos e organizados como povos indígenas, utilizando a educação que nossa mãe terra nos oferece, que vamos construir um projeto de vida para enriquecer os processos de construção de uma Colômbia verdadeiramente democrática (Declaração de Jambaló, 1999).

Desta forma, os indígenas condenam por igual todos os atores armados, salientam a falta de representação dentro dos projetos destes, utilizam elementos de sua política da identidade para se diferenciar deles e legitimam seus métodos pacíficos.

### **6.1.3 Soluções para o conflito armado no país: Apoio dos indígenas à solução dialogada do conflito armado e à solução da crise social.**

A prática cotidiana das comunidades indígenas de discutirem coletivamente os temas da agenda pública e a problemática nos seus territórios<sup>96</sup> levou a que analisassem

---

<sup>96</sup> Lembremos que nos diferentes resguardos já foram discutidas em assembléias públicas leis como a de desenvolvimento rural, de florestas, de minas, assim como políticas do governo como o Plano Colômbia.

e fizessem propostas também em torno do tema de interesse público da paz e da guerra no país que, porém, não tem incluído a sociedade civil em sua discussão, e que é um tema que afeta diariamente também às comunidades indígenas. Esta discussão foi motivada também pela realização, em Tacueyó, da desmobilização do M-19 nos anos 90, que levou até seus próprios territórios uma etapa do processo de paz do governo com as guerrilhas.

Além disso, a organização indígena nesta zona desenvolveu projetos coletivos como os Planos de Vida, a partir dos quais seus membros pudessem avaliar e opinar sobre as distintas propostas e dinâmicas que os afetam.

Possibilitando também a participação desta organização no tema da paz no país, recentemente as lideranças indígenas têm definido o momento atual do processo indígena como de construção da “Alternativa”, se referindo à intenção do movimento de apoiar ativamente a construção de um país melhor. Esta etapa vem após o movimento indígena ter passado pelas etapas da “Resistência” (onde teriam conseguido a sobrevivência como povos frente à conquista espanhola, a recuperação de seus direitos, territórios e autoridade), e da “Autonomia” (quando construíram seus governos e projetos de vida próprios). A etapa da “Alternativa” consistiria na abertura do movimento indígena ao trabalho conjunto com outros setores marginais e na decisão de levar o pensamento, posições e propostas do movimento aos distintos cenários nacionais e internacionais<sup>97</sup> para que pudessem ser escutados.

Desta forma, os indígenas começam a tentar participar e abrir a discussão pública sobre o tema da paz na Colômbia a partir do ano 1999. Neste ano, o Congresso Extraordinário dos Povos Indígenas do Cauca estabeleceu um Território de “Convivência, Diálogo e Negociação” no resguardo da Maria-Piendamó, fazendo uma proposta paralela à zona de distensão, que o Governo Nacional e as FARC tinham estabelecido no Caguán<sup>98</sup>. Com esta proposta, os indígenas assinalaram que não se sentiam representados na mesa de negociações entre o Governo Pastrana e a cúpula das

---

<sup>97</sup> Trecho do Discurso de Feliciano Valencia no Foro Conflito e Paz na Colômbia, Popayán, fevereiro 3 de 2007.

<sup>98</sup> Município do departamento de Caquetá, zona sul do país, onde as FARC têm tido uma presença muito forte.

FARC e anunciaram seu intuito de construir uma proposta de saída negociada ao conflito armado junto com outros setores da sociedade civil.

Este espaço serviu para a realização de diferentes fóruns, assembléias e cátedras para a paz, usadas para definir, junto com outras organizações sociais, aspectos políticos frente ao Plano Colômbia e desenhar uma proposta frente a este conhecida como o Plano Alternativo, conseguindo atrair a atenção da comunidade internacional. Porém, a afluência neste espaço tem sido inconstante e dificultada pelos ataques das forças militares cada vez que é planejada alguma manifestação por parte dos indígenas<sup>99</sup>.

Através destas propostas e processos, o movimento indígena faz um apelo muito importante para a sociedade civil colombiana quebrar o silêncio e a quietude que tem mantido em torno do tema do conflito armado e frente a seus atores.

Com relação ao processo de paz, contrário à proposta militarista do atual governo, a organização indígena defende a via do diálogo, mas, diferente de outras tentativas passadas de diálogo, esta deve incluir a sociedade civil e procurar soluções práticas a curto, médio e longo prazo<sup>100</sup>.

Na Resolução de Jambaló, declaram seu intuito de:

Fazer um chamado a todos os setores civis e atores da violência para nos sentarmos em uma mesa, para dialogarmos e analisarmos a realidade, distinguirmos os pontos convergentes e divergentes e sob a tolerância e a unidade na diversidade, desenharmos caminhos de solução que confluem em interesses comuns para contribuir no desenvolvimento regional e nacional (Resolução de Jambaló, 1999).

A proposta de paz da perspectiva dos indígenas desta organização não diz respeito apenas aos atores armados, dá também muita importância à solução das desigualdades

---

<sup>99</sup> Em maio do ano 2006, dentro do marco dos protestos “Pela Liberação da Mãe Terra”, os indígenas reunidos no espaço da Maria-Piendamó, pediram ao governo o cumprimento dos acordos feitos com eles e levantaram a necessidade de uma reforma agrária no país. A Força Pública respondeu atacando os manifestantes, resultando em um morto e vários feridos, além de estragos nas moradias e infra-estrutura do resguardo. Nesta ocasião os indígenas tiveram que recuar e parar os protestos diante da resposta repressiva do Estado.

<sup>100</sup> ACIN, Reconstruindo o Direito Próprio protegemos a vida, para continuar em resistência. Documento de trabalho. 2004



sociais existentes no país, identificadas por eles como as fontes principais que alimentam o confronto armado.

O Estado tem que fazer uma proposta de diálogo, mas também uma proposta social, porque o problema número um aqui na Colômbia não é a guerra, não é tanto a guerrilha, a delinquência comum, é a necessidade, o desequilíbrio, a desigualdade tão grande. Há camponeses que têm somente meio hectare de terra e criam cinco ou seis filhos e pessoas que têm cinco mil, seis mil hectares... O que propomos como indígenas é que haja igualdade, tem que haver uma reestruturação social aqui na Colômbia (Entrevista com Germán Campo, conselheiro da ACIN, fev/2007).

Diferente também da proposta guerrilheira, por sua vez, os indígenas da ACIN enfatizam seu intuito de construir uma outra forma de poder, antes que tomar o poder, como é a proposta guerrilheira, e para isto é preciso mudar as relações e estruturas sociais e políticas não democráticas (Dorado, 2004:101).

Neste sentido, a partir da própria experiência no processo de governo local, a organização indígena levanta uma redefinição da relação com o político, que valoriza a democracia participativa direta, a produção comunitária de bens públicos (projetos comunitários, serviços sociais, formas organizativas e administrativas, relações e produtos culturais) e o controle comunitário dos processos, distinto do sistema de democracia representativa, de produção estatal de bens públicos e de controle institucional (Espinoza, 2003: 19).

Embora a organização indígena não consiga desenvolver plenamente todos esses conceitos na prática, está o tempo todo, tanto nos discursos como nas estratégias planejadas, propondo definições alternativas para a construção do poder público, onde este é colocado principalmente como um processo de baixo para cima e onde as lideranças políticas são redefinidas como servidores da comunidade.

A partir das reflexões coletivas e da experiência no seu próprio processo, a organização indígena do norte do Cauca definiu assim cinco propostas que se dirigem não somente ao papel do Estado e do sistema político, mas que também implicam mudanças nas estruturas sociais e na cultura política do país. São elas as seguintes:

1) Envolver as pessoas retiradas dos diferentes grupos armados em um processo de reinserção, para que assim eles ajudem na construção do país que sonhamos, segundo as suas habilidades e os requerimentos da comunidade receptora.

2) O processo de paz deve respeitar as diferentes dinâmicas sociais sem impor estruturas. É preciso promover organizações sociais ou comunitárias em comunidades onde não existem ainda, com o apoio de processos sociais bem sucedidos dentro e fora do país.

3) Impulsionar uma economia solidária, respeitosa do ambiente e direitos humanos, onde caiba a economia familiar, associativa, mista e comunitária.

4) Impulsionar o desenvolvimento da universidade do pensamento integral, priorizando uma nova ética pública.

5) Trabalhar na mudança do pensamento do dirigente pró-elite e ambicioso de poder pelo servidor do povo, honesto e simples, sem grandes salários, sob a educação do poder popular, que peça contas e puna os desonestos (Proposta de Paz. Documento interno ACIN).

Porém, esta proposta está sendo atualmente ampliada e discutida por parte da organização indígena, visando desenhar uma proposta de Paz, Negociação, Justiça e Reparação<sup>101</sup>.

#### **6.1.4 As assembléias públicas como espaço de construção da visão dos indígenas sobre o conflito armado.**

Segundo a perspectiva que privilegia o estudo dos elementos de política cultural, esta é exprimida e dinamizada através de espaços fora das instituições, nos chamados contra-públicos subalternos. Nestes se formariam e exprimiriam os campos de significados contra hegemônicos que ampliam a contestação discursiva e desde ali se

---

<sup>101</sup> Entrevista com Feliciano Valencia, coordenador Tecido de Defesa da Vida, fev/2007.

tentaria participar da definição do que é considerado político numa sociedade (Escobar, et al., 2001 ).

Como se indicou nos capítulos precedentes, a assembléia pública é um elemento muito importante da vida nos resguardos (parcialidades indígenas), seu grande número no ano e a ampla participação, além dos temas tratados nelas, as fazem espaços alternativos onde o movimento indígena pode exercer a diferença e nos quais políticas culturais são postas em prática.

Estas assembléias são os locais onde os marcos de significado do movimento indígena são difundidos entre os membros deste, criando posições unificadas e enriquecidas com a ajuda dos participantes. Nestas assembléias os participantes analisam conjuntamente a realidade, pensam sobre seu futuro e definem estratégias de ação. Além disso, são os espaços de exercício das práticas democráticas que o discurso indígena defende e promove. Nestas, todos os participantes têm o direito a falar e a dinâmica de trabalho, que é a discussão em comissões por temas para depois levar à plenária, permite também que a maioria dos participantes possa apresentar suas opiniões e pontos de vista.

No trabalho de campo, foi possível presenciar a participação inclusive de membros dos *Netos do Quintin Lame*, grupo contrário às autoridades indígenas, em uma assembléia feita para discutir o problema das terras e o conflito nos resguardos, com direito a falar e apresentar suas posições. Por fim, a assembléia é também o lugar de encontro e reforço dos laços sociais, onde além da discussão e reflexão conjuntas, os participantes compartilham um almoço comunitário e atividades de lazer, como a dança no final do evento.

Estes espaços são continuados na programação das rádios indígenas, onde como apresentado no capítulo anterior, se difundem os discursos das lideranças, os resultados das assembléias e a versão indígena do que acontece na região e no país, aumentando as possibilidades de criação de massa crítica dentro das bases do movimento.

Além disso, a organização indígena do norte do Cauca promove a realização de diferentes encontros e eventos com outras organizações sociais alternativas da região e

da nação como parte de sua política de construção da Alternativa para o país. Nestes encontros, o movimento indígena lidera a agenda, levanta suas posições e discute suas propostas com as demais organizações, promovendo a ampliação destes contra-públicos subalternos no país.

#### **6.1.5 Espaços de difusão da posição indígena: encontros regionais, congressos nacionais e internacionais.**

Como resultado da clara posição da organização indígena nortecaucana e sua decisão de construir alternativas no país, as lideranças deste movimento participam de vários espaços da vida social assim como de espaços internacionais, apresentando as suas propostas frente ao tema da paz e as suas visões sobre o tema do conflito armado.

Desta forma, fazem parte da mesa nacional indígena que elaborou a proposta de paz desde as comunidades indígenas com as que participam nas redes de iniciativas de paz em nível nacional. Participaram também na construção do projeto de declaração dos povos indígenas das nações em parceria com a OEA e levaram ao Congresso dos Estados Unidos as diferentes denúncias da situação da zona norte, no que diz respeito ao confronto armado.

Também, a partir do ano 2004 os membros desta organização realizam o que eles chamam de Congresso Itinerante Indígena e Popular em distintas zonas do território nacional, a fim de promover a discussão junto com os demais processos populares do país em torno da problemática social e o tema do conflito armado. Através destes, têm se manifestado a favor do acordo humanitário para a liberação dos seqüestrados, têm exigido a aplicação da verdade, justiça e reparação integral para as vítimas do conflito armado e ainda promovido a resistência civil frente aos atores armados.

A pesar destes esforços do movimento indígena por fomentar a discussão pública em torno do tema da paz e espalhar suas posições e propostas, ainda são limitados os avanços neste sentido; até agora as lideranças indígenas não têm conseguido mobilizar amplamente a opinião pública e outros grupos sociais em seu favor. Igualmente, a inclusão da organização indígena dentro do manejo do processo de paz do atual governo não foi possível ainda.

Pode-se concluir então que os cenários onde se difundem a perspectiva e as propostas indígenas sobre o conflito armado, como mostram os parágrafos anteriores, estão focados na comunidade internacional e nos espaços alternativos de encontro de diferentes organizações sociais do país, mas ainda não conseguiram influenciar de maneira mais ampla os espaços institucionais do exercício da política e os centros de formação da opinião pública nacional, como os meios convencionais de comunicação.

## **6.2 As visões da Organização Camponesa diante do conflito armado e a paz na Colômbia e suas diferenças com a organização indígena.**

### **6.2.1 Natureza do conflito armado: Camponeses coincidindo com o discurso da guerrilha.**

A respeito deste tema, os membros da organização camponesa se mostram mais próximos das visões da guerrilha, sem querer dizer que a apoiem abertamente.

As respostas dos camponeses de ARDECANC sobre o tema do conflito armado no país estão nos fatores da pobreza (o que coincide com parte da visão da organização indígena) e na escassa presença do Estado no campo, sendo estas as causas que explicam a presença da confrontação armada no país, e foram encontradas repetidamente nos distintos membros da organização. Estas são algumas:

Eu acho que a situação do conflito deu-se como conseqüência da relação de descuido que tem tido o governo frente à população. Então eu acho que a guerrilha tomou força por causa disso (Entrevista com Iván, membro ARDECANC, mar/2007).

As pessoas não têm oportunidades por culpa do governo, pessoas estão desempregadas, sem dinheiro, então procuram satisfazer suas necessidades de outras formas. Quase não existe inversão do governo no campo, e isso tem contribuído na degradação do conflito (Entrevista com Bernardo, membro de ARDECANC, fev/2007).

Diferente dos indígenas e próximos do pensamento guerrilheiro, os camponeses assinalam o Estado como a causa principal dos problemas dos setores mais pobres e da situação de conflito armado no campo colombiano. Enquanto para os indígenas, o comportamento do Estado não é suficiente para explicar a problemática do país no que diz respeito aos confrontos. Antes do Estado, os discursos dos indígenas atribuem à

cultura política, espelhada nas relações de poder construídas no país e na estrutura social excludente que domina todos os âmbitos da vida nacional, ligada a políticas internacionais, como a causa principal da problemática social que sustenta a existência do conflito armado no país. Por isto, como indicado anteriormente, os indígenas não orientam sua mobilização somente à tomada do Estado, senão que falam da necessidade de mudar as relações de poder expressadas na cultura política do país.

### **6.2.2 Visões dos camponeses sobre os atores armados: a ajuda da guerrilha versus ataque dos paramilitares**

Diferente dos indígenas que valoram negativamente todos os atores armados, para os camponeses membros desta organização, a guerrilha é considerada muito menos negativamente do que o esperado, contradizendo alguns pressupostos com que se começou esta pesquisa, baseados nas perspectivas de alguns autores que argumentam a total perda de legitimidade da guerrilha dentro da população civil. Esta é, por exemplo, a avaliação que faz da guerrilha um camponês membro de ARDECANC:

Eu entendo que a guerrilha tem se equivocado muito e tem matado muitas pessoas, se deixaram contaminar pelas culturas ilícitas, mas a Colômbia sem eles estaria pior do que está. Eles exercem um controle fiscal sobre os recursos do governo... a guerrilha desde a montanha influi para que os governantes locais se comportem. Eu não acho que tenham perdido totalmente os objetivos iniciais de reformas, de equidade, de apoio ao povo. (Entrevista com Bernardo, membro ARDECANC, fev/2007).

Eles (a guerrilha) dizem: se o governo não faz nada pela população, então nós vamos fazer, e aí foram tomando força. Eu acho que não foi a melhor forma, mas tem permitido pressionar o governo para que colabore. Tem permitido que o governo enxergue que tem que fazer algo pela gente, que não podem ser eles lá, e nós cá porque também somos parte do governo. Se eles (guerrilha) agem assim, é também procurando uma solução para tantas dificuldades, não justificando o que fazem, mas sim procurando que o governo pense que tem que fazer alguma coisa pelo povo (Entrevista com Iván, membro ARDECANC, mar/2007).

Os paramilitares, pelo contrário, são percebidos pelos camponeses desta organização como muito piores do que a guerrilha no sentido da relação com a população civil e seus métodos de confrontação.

A chegada dos paramilitares afetou mais do que a guerrilha, que sempre tem permanecido nesta zona (Entrevista com Iván, membro ARDECANC, mar/2007).

Com os paramilitares as coisas realmente pioraram pela submissão, o deslocamento, pelas riquezas que eles querem tirar das pessoas, eles se apoderaram de minas e obrigaram os

camponeses a entregarem suas terras (Entrevista com Bernardo, membro ARDECANC, fev/2007)

Quando perguntados pela sua posição diante destes atores armados, alguns camponeses entrevistados falaram dos perigos de se defrontar diretamente com estes grupos e da posição de se manter em silêncio para evitar suas represálias. Diferente dos indígenas, que se declararam como não neutrais, pelo fato de tomar posição do lado de seus Planos de Vida e autoridades, alguns membros da organização camponesa descreveram sua atitude como de neutralidade assim:

Nós somos neutrais, quer dizer, a nossa comunidade até hoje não se pode dizer que há um para, um guerrilheiro, não há, somos assentamento afro, neutrais aí. Isto é, nós não estamos nem de um lado, nem do outro, senão que estamos fazendo nosso trabalho e procurando a forma de sair adiante (Entrevista com Daisy, membro ARDECANC, fev/2007)

Diante dos atores armados então, os camponeses membros desta organização não opuseram, como os indígenas, um discurso de resistência ou autonomia, pelo contrário, ficaram calados frente ao poder das armas e esperando eles saírem dos seus territórios para continuarem com suas atividades normais.

### **6.2.3 Soluções para o conflito armado no país: o silêncio dos camponeses**

Para os camponeses de ARDECANC a solução do conflito está na melhora das condições de vida e nas oportunidades sociais para os mais pobres por parte do Estado. Sua atitude, assim, está dirigida exclusivamente para o Estado no que se refere à obtenção de suas demandas e reivindicações, se aproximando do discurso guerrilheiro que fixa o Estado como seu alvo.

Com respeito à solução da problemática que nós vivemos, há muitas dificuldades de fazermos reivindicações que possam ser ouvidas pelo governo, são poucas as vezes que este ouve as pessoas. Eu acho que quando na Colômbia houver uma integração de etnias reivindicando as mesmas causas poderemos fazer eco como gente pobre, assim, as pessoas farão com que o Estado olhe para suas necessidades e este lhes dê saída (Entrevista com Bernardo, membro de ARDECANC, fev/2007).

Diferentes dos camponeses, os indígenas misturam suas reivindicações ao Estado com demandas de mudança da cultura política do país e das relações sociais excludentes e antidemocráticas, e encaminham estas demandas não só para o Estado, mas também

para a sociedade civil com ações de autogestão e propostas de ação conjunta com outros setores também marginalizados.

Uma das lideranças camponesas da zona entrevistadas disse que o melhor caminho para resolver o problema do conflito armado na Colômbia era uma lei de Perdão e Esquecimento para os atores armados desmobilizados (Entrevista com Diego Zapara, presidente da ANUC, ene/2007), posição muito diferente dos indígenas que atualmente preparam uma proposta de reparação às vítimas e confissão da verdade por parte dos atores armados envolvidos num processo de paz.

Para outros camponeses da organização entrevistados, as soluções para o conflito armado não são sequer objeto de reflexão, e as possibilidades de diálogo são percebidas como baixas, mostrando um pessimismo no que diz respeito à saída do país da situação de conflito armado, contrastando com a atitude ativa e esperançosa dos indígenas.

Eu não vejo solução a esta guerra... Não há forma de diálogo, quando não falha uma coisa, falha a outra, quando um ator quer o outro não quer, nos diálogos no Caguán houve uma corrupção terrível, para que serviu tudo aquilo? Por outro lado, pela via militar também não vai se resolver o conflito, os recursos que o Estado deveria estar utilizando para o campo está utilizando para a guerra. (Entrevista com Julián, membro de ARDECANC, fev/2007)

Além disso, como consequência da falta de representatividade e organização do setor camponês, como indicado no capítulo anterior, esta organização não participa de forma alguma dos processos atuais relacionados a este tema, não conta, como os indígenas, com propostas desenhadas sobre as soluções para o conflito armado, nem suas lideranças assumem a representação dos interesses deste grupo em torno deste tema em espaços da vida pública.

Segundo as entrevistas, ante às atuais circunstâncias de não garantia dos direitos humanos, o que predomina é o medo à participação dentro deste grupo social. “Como organização, não temos participado no tema da reparação às vítimas dos paramilitares, as pessoas pensam que se envolvendo nesses temas se comprometem demais”<sup>102</sup>, “É melhor não fazer denúncias porque podemos ser acusados de informantes”<sup>103</sup>. Desta forma, os camponeses, com sua atitude passiva, implicitamente parecem estar

---

<sup>102</sup> Entrevista com Bernardo, membro ARDECANC, fev/2007.

<sup>103</sup> Entrevista com Julián, membro ARDECANC, fev/2007



delegando assim à guerrilha ou aos outros setores políticos a representação de seus interesses e a reivindicação dos seus direitos.

A ausência de propostas autônomas e alternativas se reflete também nos traços de um certo clientelismo que ainda exibem os membros desta organização, diferente dos indígenas, que têm criado seus próprios partidos políticos, rejeitando os tradicionais. Um membro de ARDECANC conta o seguinte sobre seu comportamento político:

Quando se apresenta um candidato para a prefeitura, nós tentamos procurar o que necessitamos na comunidade e se percebemos que ele pode nos favorecer em algo, votamos por ele e ele colabora conosco (Entrevista com Iván, membro ARDECANC, mar/2007).

Atualmente, alguns dos membros desta organização estão participando de forma individual nas eleições para a Assembléia municipal, se unindo com partidos já existentes, o que demonstra que colocam os locais institucionais do poder no centro para produzir as mudanças sociais.

**Quadro No. 7. Quadro síntese. Diferenças nos marcos de significado ao redor do conflito armado das organizações indígena ACIN e camponesa ARDECANC no norte do Cauca.**

Organização	Temas		
	Natureza do conflito	Atores armados	Soluções ao conflito armado
<b>Indígena</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Divergem e contestam as definições do conflito armado: o conflito armado existe no país, é contra o povo e tem por trás interesses econômicos do neoliberalismo e a globalização.</li> <li>- O conflito é ilegítimo e alheio às comunidades indígenas por ser na verdade contra a população civil e não em favor desta.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não representam os interesses dos indígenas.</li> <li>- Afetam negativamente à população civil.</li> <li>- Condenam os métodos violentos dos atores armados.</li> <li>- Opõem um discurso de resistência em face dos atores armados, baseado na exigência de respeito à autonomia indígena e suas autoridades.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Defendem a via do diálogo e a participação da sociedade civil nos processos de paz.</li> <li>- Necessidade de solucionar as desigualdades sociais e democratizar a cultura política para alcançar a paz no país.</li> <li>- A sociedade civil é chave para conseguir a paz na Colômbia.</li> <li>- Presença de propostas definidas e formais sobre este tema.</li> </ul>

Organização	Temas		
	Natureza do conflito	Atores armados	Soluções ao conflito armado
<b>Camponesa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não contestam os atores armados</li> <li>- Está mais próximo das definições da guerrilha identificando o Estado como o principal responsável da situação de guerra no país.</li> <li>- A luta guerrilheira no conflito armado é de certa forma justificada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Condenam menos fortemente à guerrilha, esta exerceria ainda uma função social em favor do povo colombiano.</li> <li>- Não opuseram discurso de resistência em face destes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assinalam a necessidade de melhorar as condições de vida e das oportunidades sociais por parte do Estado.</li> <li>- O Estado é o ator principal para alcançar a paz no país.</li> <li>- Passividade e negativismo na formulação de propostas para a solução do conflito armado.</li> </ul>

Fonte: Documentos, entrevistas, discursos e documentários coletados pela autora para esta dissertação. Ver anexo 1.

Os marcos de significado, utilizados pelos indígenas da organização de estudo em torno do tema do conflito armado, parecem criar um afastamento simbólico dos grupos armados e uma condenação às suas formas de luta, apelando a elementos de uma identidade indígena construída como resistente e alternativa. Estes marcos seriam os que sustentam a opção pela via pacífica tomada pelo movimento e a criação das estratégias para se defender e se opor ao conflito armado nos seus territórios. Ao mesmo tempo em que lhes permite a criação de significados e definições alternativas sobre o conflito armado e que incluem uma reflexão sobre um projeto de país democrático, mas que permita a autonomia das particularidades sociais e culturais. A partir dessas posições, visam participar na arena política do país com propostas focadas na necessidade do diálogo nacional, da participação da sociedade civil nos processos de paz e de mudanças na cultura política do país para conseguir então superar a situação de conflito armado.

Os membros da organização camponesa, pelo contrário, representando essa porção da sociedade civil colombiana que permanece calada e passiva ante o conflito armado que se desenvolve nos seus territórios, não conseguem se configurar em um movimento social com uma política cultural que os reúna e diferencie como um setor autônomo assim como os indígenas, e contrário a estes, suas interpretações sobre a natureza do conflito armado parecem muito próximas ao discurso da guerrilha, não realizam uma condenação tão forte quanto os indígenas sobre os atores armados e suas perspectivas sobre a solução para conflito armado são vagas, às vezes pessimistas e

mais centradas no papel do Estado do que na sociedade civil, sustentando uma atitude passiva por parte destes.

## 7. Conclusões

O objetivo desta dissertação foi comparar as formas em que o confronto armado afetou as organizações indígena e camponesa na região do norte do Cauca da Colômbia, e como estas organizações reagiram em face desta situação (confronto armado), tentando explicar por que a organização indígena consegue fazer um tipo de resistência ativa ao confronto e a camponesa não. Para atingir este objetivo e responder às perguntas suscitadas, foi feito um estudo de caso que incluiu também uma certa etnografia.

Para responder a primeira parte do objetivo - comparar as formas em que o confronto armado afetou as organizações indígena e camponesa na região – foram trabalhados os dados oferecidos pelo "Banco de Dados de Direitos Humanos e Violência Política na Colômbia", procurando as formas concretas de atuação dos atores armados nas regiões definidas. Para responder às outras duas perguntas - como reagem as organizações de estudo em face do confronto armado e por que a indígena consegue fazer um tipo de resistência ativa ao confronto, e a camponesa não – procurou-se nas dimensões organizativa/estratégica e identitária/cultural destas organizações, elementos que explicassem estas diferenças e a sustentação destas formas de resistência.

A análise se baseou nas perspectivas da ação coletiva de mobilização de recursos e dos novos movimentos sociais, que enfatizam cada uma por separado as dimensões em questão. Estas dimensões foram pesquisadas nas entrevistas com membros das organizações, nos discursos das lideranças em eventos públicos, nas observações realizadas e no material escrito e audiovisual coletado durante o trabalho de campo. Este material foi analisado utilizando análise documental, etnográfico e do discurso.

A pesquisa de campo inicialmente prevista foi elucidativa e educativa em termos de pesquisa empírica. A existência de muitas dificuldades de acesso às lideranças das organizações estudadas não inviabilizou a pesquisa, mas exigiu novos recortes e estratégias de abordagem não previstas.

As entrevistas e as conversas com os membros das organizações da região mostraram também aspectos que não tinha previsto. Por exemplo, das organizações analisadas (incluindo a negra) a única que tem desenvolvido propostas em face do confronto armado e uma atitude explícita de rejeição aos atores armados é a organização indígena, eu estava esperando encontrar um quadro similar nas outras organizações. No entanto, pelo contrário, estas parecem ter sobrevivido ao confronto e às pressões dos atores armados, mais do que resistido, no sentido em que o fez a organização indígena. Sua atitude foi bem mais passiva e falta de propostas alternativas.

Outros aspectos também resultaram novos para mim durante a pesquisa. Fiquei muito surpresa também com a atitude de simpatia com a guerrilha que encontrei em muitos dos camponeses entrevistados, segundo minhas leituras ao respeito, a legitimidade da guerrilha estava quase acabada e seu poder estava baseado somente na força e a pressão sobre as populações. A divisão encontrada no interior da organização indígena e a existência de um grupo de jovens indígenas fazendo oposição às autoridades do movimento com apoio da guerrilha, foi algo inédito que nunca teria previsto desde as leituras sobre este movimento indígena, que só falam de sua coerência, unidade e sucesso.

Todos estes achados representam grandes desafios explicativos que implicam a revisão crítica de muitos pressupostos e preconceitos com os quais comecei a pesquisa e que são comuns na literatura sobre o tema.

As principais conclusões encontradas são as seguintes:

Como indicado no capítulo 3, o conflito armado afetou de maneira grave a zona norte do Cauca, onde estão assentadas as organizações de estudo, especialmente a partir da chegada dos grupos paramilitares no ano 2000. Segundo as informações analisadas, os grupos armados das FARC e as AUC realizaram durante este período uma presença que afetou especialmente a população civil, na forma de assassinatos seletivos, massacres, ataques sobre zonas urbanas, ameaças, confrontos no meio da população e, segundo as entrevistas realizadas também com atos de recrutamento da população mais jovem. Muitas das ações destes grupos foram orientadas para produzir o deslocamento

forçado da população, segundo a informação analisada, visando estabelecer um domínio territorial por parte dos grupos armados e tirar as bases sociais do grupo contrário.

Dentro destes grupos armados que atuam na zona, aparece a Força Pública como um ator relevante do conflito, sobre a qual recaem muitas das denúncias de ações de violação dos direitos humanos da população civil, agravando a situação de instabilidade na região, e deixando esta população quase desprotegida. Segundo as cifras sobre as ações dos grupos armados contra camponeses e indígenas da zona, se viu como, enquanto os paramilitares realizam ações quase por igual contra camponeses e indígenas, a guerrilha atacou muito mais os indígenas do que os camponeses da região. Uma possível explicação para este comportamento, pode estar no fato dos indígenas da região estar mais bem organizados do que os camponeses e levantando uma proposta de autonomia, pelo que estariam representando um desafio à pretendida autoridade que quer impor a guerrilha na região sobre a população e o território.

Igual comportamento se observa para a Força Pública, que, segundo as cifras das denúncias, realizou durante este período mais ações contra os indígenas do que contra os camponeses. Muitas destas denúncias tiveram lugar durante ações de ocupação de fazendas e realização de protestos por parte da organização indígena, pelo qual a explicação deste comportamento também pode estar no fato dos indígenas estarem mais organizados e fazendo demandas mais ativamente na região do que os camponeses.

As condições que impõe esta situação de confronto para as possibilidades da organização social na zona são então muito difíceis. Segundo a informação analisada, muitas das ações dos grupos armados recaíram sobre lideranças das organizações sociais e, além disso, a situação de instabilidade por causa dos contínuos confrontos, ameaças, deslocamentos da população, proibição de trânsito livre pelo território, faz com que a rotina da vida diária se quebre e as atividades de reunião e encaminhamento de demandas se tornem perigosas.

A forma de agir dos grupos armados nas zonas, como visto nas entrevistas, recrutando informantes dentro da população civil e muitas vezes morando nas mesmas casas dos camponeses, como no caso dos paramilitares em alguns distritos rurais, alteram as relações sociais dentro dos povoados. Semeando sentimentos de

desconfiança e medo dentro dos antigos vizinhos que produzem o silêncio e a quietude como formas de sobrevivência da população, assim como a submissão à autoridade destes grupos armados, como assinalam alguns dos autores do conflito armado na Colômbia, vistos no capítulo 2.

A análise feita das duas organizações de estudo mostrou que estas conseqüências são sentidas mais fortemente para o caso da organização camponesa do que para a organização indígena, que, como indicado nos capítulos anteriores, responde com estratégias e propostas de resistência ativa e pacífica à situação de confronto e a presença dos atores armados nos seus territórios, mesmo sendo os mais afetados em termos de ações por parte dos grupos armados e assassinatos de lideranças.

Assim, os indígenas criam dentro de sua estrutura organizativa, estratégias como a guarda indígena, o Comitê de defesa dos direitos humanos, o Tribunal de Justiça Indígena, os sítios de Assembléia Permanente e propostas de comunicação alternativa, com os que pretendem se proteger dos efeitos negativos do confronto e estarem alerta aos perigos que os ameaçam. Desenvolvem múltiplos repertórios de mobilização contra os atores armados como passeatas, audiências públicas, ações de resgate de seqüestrados, etc. Mobilizam-se na defesa dos seus interesses, procuram aliados que os ajudem nos momentos de emergência, fazem reclamos e demandas diante dos atores armados e reafirmam seu controle e autoridade sobre o território. Ao mesmo tempo, estão apresentando propostas de paz, participando em diferentes cenários para mostrar sua visão sobre o conflito e a paz no país e apelando pelo fim das ações armadas.

Segundo a interpretação oferecida aqui, isto é possível porque a organização indígena consegue desenvolver formas organizativas e identitárias alternativas aos dos grupos armados. Estas formas organizativas e identitárias apresentam certas características que lhes permitem contrapor uma autoridade própria distinta à oferecida pelos grupos armados nos seus territórios e uma identidade, que se exprime na criação de uma política cultural, que contrapõe também um campo de significado, distinto e alternativo às propostas e definições com que os grupos armados pretendem legitimar sua ação.

Estas dimensões da análise foram extraídas das duas perspectivas da ação coletiva para a reflexão sobre a resistência ao conflito armado: 1) a perspectiva da mobilização de recursos desde Sydney Tarrow que faz ênfase nos elementos organizativos e estratégicos assim como nas mudanças no sistema de oportunidades políticas e 2) a perspectiva que privilegia o estudo dos elementos de política cultural para a compreensão das ações coletivas.

Estas perspectivas sobre a ação coletiva foram utilizadas conjuntamente para a análise do fenômeno da resistência ao conflito armado. Segundo estudos prévios sobre o tema, além das ações de estratégias e criação de formas organizativas para os grupos sociais se protegerem dos atores armados, há a criação de espaços alternativos de contraposição aos atores armados e sustentação da resistência no campo cultural. Portanto, pareceu pertinente realizar uma abordagem que abrangesse ambos os tipos de elementos (organizativo e estratégicos e identitários e culturais) que analisam as duas perspectivas de forma separada.

Na dissertação foi necessário inserir e relacionar os atores armados para analisar as visões das organizações indígenas e camponesas, no sentido de contextualizar as organizações e não somente estudá-las internamente. Essa introdução dos atores armados se diferencia de outras teorias dos movimentos sociais que consideram somente a ação do movimento social em relação ao Estado. Tentou-se mostrar que os atores armados atuam em algumas regiões da Colômbia como verdadeiros poderes paralelos ao Estado, fazendo com que seja preciso incorporá-los na análise da ação coletiva como fatores de poder, contra os que se defrontam também alguns movimentos sociais.

Segundo a análise feita sobre estas duas organizações desde estas perspectivas teóricas, o fato de que a população esteja organizada de alguma forma, parece oferecer alguns benefícios para as pessoas se defrontarem com as situações adversas criadas pelo desenvolvimento do conflito armado nos seus territórios. Para fazer resistência ativa ao confronto, como mostra o caso indígena e o camponês, não é suficiente com que a população civil apresente alguma forma de organização. A organização indígena, por exemplo, diferente da camponesa, se apresentou como mais desenvolvida ou forte, no sentido de representar uma verdadeira institucionalidade autônoma na região, que



abrange mais amplamente a população e exerce sobre ela um alto grau de autoridade e representatividade. Além disso, envolve seus membros no desenvolvimento de um projeto coletivo que abrange os campos: social, político, econômico e cultural, com propostas alternativas desde uma perspectiva indígena em cada um destes, que lhe imprimem uma identidade mais forte e definida como coletivo.

Estas características foram desenvolvidas pela organização indígena, como resultado dos ganhos obtidos por esta, através das distintas mudanças nas oportunidades políticas, que permitiram que esta obtivesse uma quantidade maior de direitos reconhecidos pelo Estado do que os camponeses, e que a organização indígena se fortalecesse através das políticas de Estado mais favoráveis para este setor, que, porém, parecem estar se tornando contrárias na atualidade.

Opõem assim, diante dos atores armados, autoridades legítimas próprias e formas de controle social e territorial, que fazem com que as pretensões destes grupos, de se imporem como autoridades, choquem com as dinâmicas já existentes da população indígena desta zona e virem uns concorrentes a mais pelo cumprimento destas funções no território. Pelo contrário, nas regiões de escassa presença estatal, onde a população não tem desenvolvido formas próprias de organização, estes grupos não têm concorrência no exercício destas funções de autoridade e podem ser percebidos como fontes da ordem e regulamentação social.

Mas, mesmo assim, os atores armados conseguem afetar a organização indígena como indicado no capítulo 3, não somente através dos ataques que fazem contra as suas lideranças, seus povoados e com a criação do ambiente hostil para a mobilização social, que a organização indígena consegue superar de certa forma através das estratégias organizativas que cria, mas também, interferem no movimento indígena recrutando membros deste e ganhando aliados contrários às autoridades indígenas, como no caso da guerrilha e o grupo indígena Os Netos de Quintin Lame, apresentado neste mesmo capítulo. Estas interferências dos atores armados dentro do movimento seriam possíveis, segundo a interpretação aqui apresentada, por causa dos efeitos negativos da institucionalização do movimento como a burocratização, a verticalidade e a predominância de uma tendência tradicionalista dentro da liderança da organização. Estas características parecem estar criando algumas conseqüências negativas como:

divisões internas dentro do movimento, um afastamento das lideranças com respeito às bases do movimento e atitudes de apatia e inconformidade frente a estas, sobre tudo por parte do setor da juventude indígena. Inconformidades que são canalizadas pelos grupos armados como a guerrilha nos espaços que a organização indígena não consegue cobrir.

Encontrou-se também na análise destas duas organizações, que esta resistência ativa ao confronto armado, para o caso da organização indígena, está sustentada também por marcos para a ação compostos de posições fortes de crítica e afastamento dos atores armados e das definições levantadas por eles sobre a problemática do conflito armado na Colômbia e as soluções deste. Enquanto as posições dos camponeses parecem muito próximas do discurso da guerrilha, não realizam uma condenação tão forte quanto os indígenas sobre os atores armados, e suas perspectivas sobre a solução do conflito armado são vagas, às vezes pessimistas e centradas no papel do Estado, mais do que na sociedade civil, sustentando uma atitude passiva por parte destes.

Segundo a análise do percurso da organização indígena, essas posições parecem ser formadas historicamente através das relações com os atores armados nos distintos períodos, marcados pela abertura e fechamento do sistema político. Como se indicou no capítulo 4, nos primeiros momentos da organização indígena, os períodos de fechamento das oportunidades políticas, representados em um aumento da repressão por parte do Estado como por grupos armados ao serviço dos terratenentes sobre as demandas populares, assim como na impossibilidade da participação política pela via institucional, levaram à organização indígena se aproximar com grupos da esquerda radical e optar incluso pela via armada, com a conformação do grupo guerrilheiro Quintin Lame. Porém, a abertura do sistema político nos anos noventa para o setor da população indígena, resultou em que este grupo se voltasse para a participação pela via institucional e desintegrasse o grupo guerrilheiro que tinha formado. Desde então, a organização indígena defende e desenvolve a via pacífica como forma de expressão e proposta de solução ao conflito armado.

Mas também, estas posições de afastamento dos grupos armados e suas definições da realidade parecem estar sustentadas no desenvolvimento de uma política da identidade por parte da organização indígena. Esta parece fornecer tanto a prática como os discursos da resistência, com elementos e definições alternativas tomadas de

sua experiência própria como povos indígenas e de traços de sua cultura e tradições resgatados durante o processo de fortalecimento organizativo.

Desta forma, a organização indígena por meio desta política cultural contesta tanto ao Estado como paramilitares e guerrilheiros, nas suas definições sobre o confronto armado e as soluções deste na Colômbia, levantando uma outra visão sobre este no país consistente nos seguintes elementos de forma resumida: Existe efetivamente conflito armado na Colômbia, diferente do que afirma o governo, neste conflito a principal vítima é a população civil mais pobre, e nenhum dos atores armados, onde se inclui as forças militares do Estado, representa os interesses dos indígenas. Pelo contrário, por trás da guerra há interesses econômicos e interesses dos atores armados por se apropriarem do território, motivos pelos que todos estes procuram o deslocamento da população rural. Por estas razões, não se justificaria participar neste conflito armado. Pelo contrário, os membros da organização indígena, defendem nos seus discursos, a opção por um processo autônomo sob as autoridades indígenas, que defenda o Plano de Vida desta população e vise à construção de um país democrático, mas onde caibam autonomias étnicas regionais. A forma de conseguir isto seria por meio da mudança das relações sociais e estruturas de poder que sustentam a marginalização do povo indígena e as formas antidemocráticas de solução dos conflitos nas regiões.

Porém, estas posições não conseguem ser homogêneas dentro dos membros do movimento indígena e aparecem na atualidade membros deste se aproximando da guerrilha e realizando ações violentas como forma de exprimir suas reivindicações, distinto do que promovem as lideranças do movimento, como é o caso do grupo os Netos do Quintin Lame. Por estes fatores, como pela persistência do conflito armado no país e na região, e o novo fechamento das oportunidades políticas para os movimentos populares como este, o futuro desta expressão da resistência civil no país é, portanto, incerto.

### **Perspectivas do estudo:**

O presente estudo tem as limitações de ter se focado principalmente nas lideranças indígenas e camponesas e nos eventos e materiais mais institucionais do movimento indígena, como nos espaços mais formais da organização camponesa, pelo

qual se faz necessário um aprofundamento do estudo que se foque mais nas bases das organizações como nos espaços da vida diária, onde se desenvolvem as redes que sustentam essas organizações. Esta análise permitiria validar a efetividade dos discursos das lideranças nos membros de base e a realidade das experiências de resistência na vida cotidiana da população indígena, assim como encontrar outros elementos que permitam entender estas dinâmicas. No caso da população camponesa seria importante, por exemplo, determinar mais sistematicamente o papel dos grupos religiosos e as redes familiares que parecem muito fortes na conformação das dinâmicas e representações destes grupos.

Para o caso do movimento indígena se identificou o problema geracional presente atualmente na zona, aquele merece mais atenção e um estudo especial, visando entender o significado desta problemática e as perspectivas das suas conseqüências para o futuro do movimento, podendo dar lugar a posteriores estudos.

Para o caso camponês, a relação das organizações camponesas com as idéias e os grupos de esquerda é um tema que merece também aprofundamento, visando estabelecer que tanta influência possua ainda os grupos guerrilheiros sobre esta população e as possibilidades de desenvolvimento de propostas e discursos mais próprios por parte das organizações camponesas, que reflitam seus interesses e necessidades, assim como sua conformação de novo como movimento social.

Por último, a comparação com outros casos de resistência no país pode ajudar também a ampliar o alcance ou refutar as conclusões aqui apresentadas, assim como a levantar outros elementos importantes não considerados aqui.

## **Anexo 1: Material qualitativo coletado durante o trabalho de campo**

### **Entrevistas e Discursos(14)**

- 1) Entrevista com Diego Zapata, presidente da ANUC, Associação de usuários camponeses, seccional norte do Cauca, dia 29 de janeiro de 2007.
- 2) Entrevista com Ricardo Herrera, Coordenador Nacional Agrário, dia 20 de janeiro de 2007. Organização Camponesa de nível nacional.
- 3) Entrevista com Bernardo, presidente de ARDECANC, dia 2 de fevereiro de 2007.
- 4) Entrevista com Iván, membro de base de ARDECANC, sua residência e local de trabalho ficam no distrito rural de Buenos Aires, um dos mais afetados pela presença paramilitar na região, o dia 21 de fevereiro.
- 5) Entrevista com Julián, membro de base de ARDECANC, do distrito rural Santo Domingo, zona de antiga presença guerrilheira, o dia 1 de março de 2007.
- 6) Entrevista com Deisy, membro ARDECANC, do distrito rural San Nicolas, o dia 19 de fevereiro de 2007.
- 4) Entrevista com Fernando, coordenador da guarda indígena da zona norte do Cauca, o dia 5 de fevereiro. A guarda indígena é o mecanismo de proteção sob a autoridade dos Cabildos dentro dos resguardos para os povos indígenas da Colômbia
- 7) Entrevista com Sebastián, coordenador da guarda indígena de Toribio, dia 5 de fevereiro.
- 8) Entrevista com Germán Campo, coordenador do tecido econômico-ambiental da ACIN, o dia 10 de fevereiro de 2007.
- 9) Entrevista com Manuel Ramiro Munhoz, professor Universidade Javeriana, antes membro da ordem jesuíta, trabalhou com o movimento indígena na década dos anos oitenta, o dia 8 de março de 2007.
- 10) Entrevista com Vilma Almendra, coordenadora da Radio PatYuma, radio indígena que funciona no município de Santander de Quilichao mas é escutada em todas as zonas indígenas da região, importante para a coordenação das atividades da organização e a difusão das diretrizes do movimento, o dia 6 de março de 2007.

11) Entrevista com Mauricio Dorado, coordenador do tecido de Comunicação da ACIN, o dia 17 de maio de 2007.

12) Discursos de Ezequiel Vitonás, presidente da ACIN, líder do movimento indígena, foi também prefeito do município de Toribio. Tomados nos seguintes eventos: Assembléia indígena de Tacueyó, sobre o tema de terra e conflito armado na zona realizada o dia 8 de fevereiro de 2007, Audiência Pública na praça do município de Corinto, convocada pela organização indígena para rejeitar aos atores armados na zona, realizada o dia 22 de fevereiro de 2007. Assembléia indígena na vereda de Canoas, onde se realizou a avaliação dos programas do ano passado da ACIN e se escolheram os novos diretores dos programas, realizada os dias 27 e 28 de fevereiro de 2007.

13) Discursos de Feliciano Valencia, coordenador do tecido de defesa da vida e dos direitos humanos da ACIN. Tomados nos seguintes eventos: Foro “Conflito e Paz”, realizado em Popayán a capital do Cauca o dia 3 de fevereiro de 2007; Audiência Pública na praça do município de Corinto, convocada pela organização indígena para rejeitar aos atores armados na zona, realizada o dia 22 de fevereiro de 2007. Assembléia indígena na vereda de Canoas realizada os dias 27 e 28 de fevereiro de 2007.

14) Discurso de um membro do grupo “Os Netos do Quintín Lame” e um membro do grupo juvenil Avelino Ul, tomados na assembléia indígena de Tacueyó, sobre o tema de terra e conflito armado na zona realizada o dia 8 de fevereiro de 2007. O primeiro grupo surgiu recentemente e está composto principalmente por jovens, apresenta uma explícita oposição à autoridade dos Cabildos, e realiza ocupação violentas de terras, incluso dos mesmos Cabildos.

Por obvias razões de segurança alguns nomes das pessoas entrevistadas foram trocados por nomes falsos.

#### **Observações Participantes em eventos públicos ou reuniões das organizações:**

1) Observação reuniões internas de ARDECANC, dia 14, 27 de fevereiro e 2 março de 2007.

2) Observação reuniões para discutir o plano de desenvolvimento inter-étnico para o departamento do Cauca, onde participaram membros das organizações indígenas, camponesas e negras da região, os dias, 25 de janeiro e 19 de fevereiro de 2007.

- 3) Foro “Conflicto e Paz”, realizado em Popayán a capital do Cauca o dia 3 de fevereiro, onde, das organizações estudadas só a organização indígena fez uma apresentação junto com ONGs e organizações de outras zonas do departamento.
- 4) Assembléia indígena de Tacueyó, sobre o tema de terra e conflito armado na zona realizada o dia 8 de fevereiro.
- 5) Audiência Pública na praça do município de Corinto, convocada pela organização indígena para rejeitar aos atores armados na zona, realizada o dia 22 de fevereiro de 2007.
- 6) Assembléia indígena na vereda de Canoas, onde se realizou a avaliação dos programas do ano passado da ACIN e se escolheram os novos diretores dos programas, realizada os dias 27 e 28 de fevereiro.
- 7) Acompanhamento guarda indígena no município de Toribio a uma de suas atividades de percorrido pela região, o dia 6 de fevereiro de 2007.

#### **Material Audiovisual:**

- 1) Contravía: Marcha Indígena. 26'. Programa para la democracia y los derechos humanos País Colombia. JJV Televisión. 2004.
- 2) Semillas de Paz. Produção Programa de Saúde da ACIN. Popayán. (30 min). 2004.
- 3) Guerra en el Cauca. Programa Contravía, Canal uno. (1 hora). 2006
- 4) Somos alzados en bastones de mando. Produção de ACIN. Santander de Quilichao (35 min). 2006.
- 5) Pa'poder que nos den tierra. Produção Tecido de comunicação da ACIN. Santander de Quilichao. (25 min). 2005.

#### **Material escrito:**

##### **Cartilhas da Organização Indígena:**

- 1) ACIN. “Reconstruyendo el Derecho Próprio Protegemos la Vida, para seguir en Resistencia”. Santander de Quilichao. 2004. p.48.
- 2) ACIN-CODACOP. “Guardia Indígena Norte del Cauca”. Bogotá: 2003. p. 136.

3) ACIN. “Una Guía del Pueblo Nasa ante la emergencia”. Popayán, 2006, realizado pelo tecido de direitos humanos da ACIN.

4) DORADO, Mauricio. (2004). Radio **Payumat**: una experiencia de comunicación en la zona norte. 197 f. Trabalho de graduação (licenciatura em Ciências Sociais)-Sede Toribio, Ciências Sociais com ênfase em antropologia. Universidade Pontifícia Bolivariana. Instituto Missioneiro de Antropologia, Toribio.

5) CARPINTERO. Santander de Quilichao: ACIN, no. 3, fevereiro, 2007.

6) ACIN. “Caminamos sobre las Huellas de los Mayores para reconstruir Pensamiento Indígena”. Santander de Quilichao. 2006. p 65.

Para o caso da organização indígena encontrei também um material muito interessante realizado pela UNESCO que recolhe as histórias de vida das lideranças do movimento indígena assim como das pessoas mais velhas dentro da comunidade que consegui trazer comigo para a análise. Estes são:

7) Cátedra Nasa-Unesco-ACIN. “La recuperación de Tierras del Resguardo de Toribio y la Zona Norte”. 2001. p.60.

8) Cátedra Nasa-Unesco- ACIN. “La recuperación de Tierras del resguardo de Miranda y de la Zona Norte”. 2001. p. 64.

9) Cátedra Nasa-Unesco- ACIN. “La Recuperación de Tierras del resguardo de San Francisco y de la Zona Norte”. 2001. p. 58.

10) Cátedra Nasa-Unesco-ACIN. “Las Luchas de los Mayores son Nuestra Fuerza”. 2001. p. 119.

11) Cátedra Nasa-Unesco- ACIN. “Cómo Vivían Nuestros Mayores”. 2001. p.100.

12) Cátedra Nasa-Unesco- ACIN. “Los Líderes Cuentan sobre el Proceso Organizativo de Corinto con el Proyecto CXHACXHA WALA y de Miranda con el proyecto Unidad Páez”. 2002. p. 72.

#### **Informes, resoluções, documentos da organização indígena:**

1) ACIN. “Informe sobre la Situación de Derechos Humanos en la zona norte del departamento del Cauca para el período 2000-2006”, em: [www.nasacin.net](http://www.nasacin.net)

2) “Propuesta de paz”, documento interno da ACIN, (2004-2007?).



- 3) “La resistencia Nasa”, “La Resistencia Juvenil” documentos internos da ACIN, (2004-2007?).
- 4) CRIC. JUNTA DIRECTIVA REGIONAL DE CABILDOS. Resolución de Jambaló, “por la autonomía de los pueblos indígenas frente a los conflictos que atentan nuestro proyecto de vida”. ,Jambaló, Marzo 22 y 23 de 1999.
- 5) CRIC. JUNTA DIRECTIVA REGIONAL DE CABILDOS. Resolución de Vitoncó . Vitoncó, 24 de febrero de 1985. Estas duas resoluções são muito importantes, já que definem a posição da organização indígena em face aos atores armados e definem também sua proposta frente a eles, são sempre citadas em todas as assembléias e eventos públicos nos quais se fala do tema do confronto armado.

## Anexo 2. Quadros metodológicos capítulo 6.

### Organização Indígena

**Quadro No. 8. Visão sobre a natureza do conflito encontrada nas fontes analisadas (indígenas)**

Documentos documentários, discursos e entrevistas	Visões sobre a natureza do conflito			
	O Conflito armado existe no país	Ilegítimo, alheio às comunidades indígenas	Neoliberalismo e globalização, interesses econômicos como agentes promotores da guerra	Contra os povos indígenas e a população civil
Resolução de Vitoncó, 1985		X		X
Declaração de Jambaló, 1999		X		
Mandato indígena e popular, 2004		X	X	
A resistência indígena doc interno, (2005?)			X	X
As lideranças contam sobre o Processo Organizativo de Corinto e Miranda. 2002		X		
Radio Patyuma: monografia, 2004				
Reconstruindo o direito próprio, protegemos a vida, para continuar em resistência (Cartilha), 2004		X		X
Kiwe Ten'za: Um roteiro do povo nasa ante a emergência			X	X
Discurso Feliciano Valencia, coordenador tecido defesa da vida ACIN				
Discurso Ezequiel Vitonás, Coord. ACIN		X	X	X
Entrevista Germán Campo, conselheiro ACIN	X	X	X	X
Entrevista com Guarda Indígena			X	X
Entrevista com Vilma Almendra, Coord. radio.				X
Documentário: Somos alçados em cetros de mando. ACIN. 2006				X

Fonte: Entrevistas, documentários e discursos coletados pela autora no ano 2007.

**Quadro No. 9. Visão sobre os atores do conflito armado encontrada nas fontes analisadas (indígenas)**

Documentos documentários, discursos e entrevistas	Visões sobre os atores do conflito armado						
	Força Pública como outro ator do conflito	São contrários ao movimento indígena	Não reconhecem as autoridades indígenas nem a especificidade da luta indíg.	Posição de defesa da vida diante deles	Não representam os interesses indígenas	Usam métodos com os que os indígenas no concordam (proposta de morte, tomada do poder)	Posição de defesa da autonomia (território, autoridades, processos) diante deles
Resolução de Vitoncó, 1985	X						X
Declaração de Jambaló, 1999		X					X
Mandato indígena e popular, 2004				X			X
A resistência indígena doc interno, (2005?)							
As lideranças contam sobre o Processo Organizativo de Corinto e Miranda. 2002							X
Radio Patyuma, monografia, 2004		X	X		X	X	X
Reconstruindo o direito próprio, protegemos a vida, para continuar em resistência (Cartilha), 2004						X	X
Kiwe Tem'za: Um roteiro do povo nasa ante a emergência				X			
Discurso Feliciano Valencia, Coordenador tecido defesa da vida, ACIN	X			X	X	X	X
Discurso Ezequiel Vitonás, Coord. ACIN		X		X	X	X	
Entrevista Guarda Indígena			X	X	X	X	X
Entrevista Germán Campo, conselheiro ACIN	X	X		X		X	X
Entrevista			X				X

Mauricio Dorado, coord. Tecido comunicação							
Entrevista Manuel Ramiro Munhoz, padre indígena						X	
Entrevista Vilma Almendra. Coord. Rádio							X
Documentário: Somos alçados em cetros de mando. ACIN. 2006	X					X	
Documentário Guerra no Cauca				X			

Fonte: Entrevistas, documentários e discursos coletados pela autora no ano 2007.

**Quadro No. 10. Visão sobre as soluções do conflito armado encontrada nas fontes analisadas (indígenas)**

Documentos, documentários, discursos e entrevistas	Visões sobre as soluções do conflito				
	Desmilitarização dos territórios indígenas	Sociedade mais igualitária, democratizar as relações sociais e formas de poder	Necessidade do diálogo	Necessidade de participação da sociedade civil	Respeito à diversidade étnica
Resolução de Vitoncó, 1985	X				
Declaração de Jambaló, 1999					
Mandato indígena e popular, 2004			X	X	
A resistência indígena doc interno, (2005?)					
As lideranças contam sobre o Processo Organizativo de Corinto e Miranda. 2002					
Rádio Patyuma: monografia, 2004		X			
Reconstruindo o direito próprio, protegemos a vida, para continuar em resistência (Cartilha), 2004			X	X	
Proposta de paz, doc interno		X			X
Discursos Feliciano Valencia	X		X	X	
Discurso Ezequiel Vitonás, Coord. ACIN				X	
Entrevista Guarda Indígena	X				
Entrevista Germán Campo, conselheiro		X	X		

ACIN					
Documentário:Somos alçados em cetros de mando. ACIN. 2006			X		
Documentário Guerra no Cauca. 2006	X				

Fonte: Entrevistas, documentários e discursos coletados pela autora no ano 2007.

## Organização Camponesa

**Quadro No. 11. Visão sobre a natureza do conflito encontrada nas fontes analisadas (camponeses)**

Entrevistas	Visões sobre a natureza do conflito	
	Causado pelo descuido do Estado frente à população	Causado pela pobreza e falta de oportunidades das pessoas
Bernardo, Presidente Ardecanc	X	X
Julián, membro Ardecanc	X	
Ivan, membro Ardecanc		
Daisy, membro Ardecanc		
Diego Zapata, Presidente ANUC zona norte	X	X

Fonte: Entrevistas realizadas pela autora a membros da organização ARDECANC e ANUC, 2007.

**Quadro No. 12. Visão sobre os atores armados encontrada nas fontes analisadas (camponeses)**

Entrevistas	Visões sobre os atores armados			
	Guerrilha luta em favor da população, embora com erros	Paramilitares os afetaram muito mais do que a guerrilha	Posição de neutralidade em face de estes	Atitude de não oposição e silêncio frente estes
Bernardo, Presidente Ardecanc	X	X		X
Julián, membro Ardecanc	X	X		
Ivan, membro Ardecanc		X		X
Daisy, membro Ardecanc			X	X
Diego Zapata, Presidente ANUC zona norte	X	X		X

Fonte: Entrevistas realizadas pela autora a membros da organização ARDECANC e ANUC, 2007.

**Quadro No. 13. Visão sobre as soluções ao conflito armado encontrada nas fontes analisadas (camponeses)**

Entrevistas	Visões sobre as soluções ao conflito armado				
	Paz é muito difícil de ser alcançada	Melhorar as condições de vida e as oportunidades dos camponeses	Perdão e esquecimento para os atores armados	Não participação nas discussões da reparação às vítimas dos paramilitares	O Estado deve solucionar os problemas

Bernardo, Presidente Ardecanc	X	X		X	X
Julián, membro Ardecanc		X			X
Ivan, membro Ardecanc	X				X
Daisy, membro Ardecanc					
Diego Zapata, Presidente ANUC zona norte		X		X	

Fonte: Entrevistas realizadas pela autora a membros da organização ARDECANC e ANUC, 2007.

## Bibliografia

ACIN-CODACOP (2003). Guardia Indígena Norte del Cauca. Documento de trabalho. Bogotá:136 p.

ACIN (2004). Reconstruyendo el Derecho Próprio protegemos la vida, para seguir em resistência. Santander de Quilichao. Cartilha do projeto: “Atenção à Situação de abuso dos Direitos Humanos nas Comunidades Indígenas do Norte do Cauca” ACIN-USAID-MSD. 48 p.

ACIN (2006). Caminamos sobre las Huellas de los Mayores para reconstruir Pensamiento Indígena. Cartilha. Santander de Quilichao: [s.n]. 65 p.

ACIN (2006). Una Guía del Pueblo Nasa ante la emergencia. Cartilha. Popayán: [s.n]. 40 p.

ACIN (2007). Informe de Trabalho. Boletim no.3 fevereiro. Santander de Quilichao. 70 p.

APRILE, Gniset (1994). Los pueblos negros caucanos y la fundación de Puerto Tejada, Ensayo. In: **Colección de Autores Vallecaucanos**. (Cali: Gobernación del Valle del Cauca, Gerencia de Desarrollo Cultural).

BARBARY, Olivier; URREA, Fernando (editores) (2004). **Gente Negra en Colombia**. (Medellín: Editorial Lealon).

BARDIN, Laurence (1995). **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed 70, 225 p.

BOURDIEU, Pierre (1982). **¿Qué significa hablar?**, Madrid, Ed. Akal.

CASTILLO, Luis Carlos (2005). **El Estado-nación pluriétnico y multicultural colombiano**: la lucha por el territorio en la reimaginación de la nación y la reinención de la identidad étnica de negros e indígenas. 655 f. Tese (Doutorado Sociología)-Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia, Universidade Complutense, Madrid.

CÁTEDRA NASA-UNESCO-ACIN (2001a). La recuperación de Tierras del Resguardo de Toribio y la Zona Norte. Cartilha. [S.I: s.n]. 60 p.

CÁTEDRA NASA-UNESCO-ACIN (2001b). La recuperación de Tierras del resguardo de Miranda y de la Zona Norte. Cartilha. [S.I: s.n]. 64 p.

CÁTEDRA NASA-UNESCO-ACIN (2001c). La Recuperación de Tierras del resguardo de San Francisco y de la Zona Norte. Cartilha. [S.I: s.n]. 58 p.

CÁTEDRA NASA-UNESCO-ACIN (2001d). Las Luchas de los Mayores son Nuestra Fuerza. Cartilha. [S.I: s.n]. 119 p.

CÁTEDRA NASA-UNESCO-ACIN (2001e). Cómo Vivían Nuestros Mayores. Cartilha. [S.I: s.n]. 100 p.

CÁTEDRA NASA-UNESCO-ACIN (2002). Los Líderes Cuentan sobre el Proceso Organizativo de Corinto con el Proyecto CXHACXHA WALA y de Miranda con el proyecto Unidad Páez. Cartilha. [S.I: s.n]. 72 p.

COHEN, Jean (1985). Strategy or Identity: New Theoretical Paradigms and Contemporary Social Movements. **Social Research**, New York: New School for Social Research, v. 52, n. 4, Winter 1995.

CUBIDES, Fernando (2004). Las Lógicas de la Guerra y la Resistencia Civil. In: CASTILLO, Luis Carlos (comp). **Colombia a comienzos del nuevo milenio: VIII Coloquio Nacional de Sociología**. Cali: Universidad del Valle.

DE ROUX. (1991). “Orígenes y expresiones de una ideología liberal”. *Boletín Socioeconómico* (Cali), Nº. 22.

\_\_\_\_\_ (2001). Procesos, políticas y coyunturas regionales y sus efectos sobre el campesinado. **Anuario de Investigaciones** (Cali).

DOMÍNGUEZ, Marta (Coord.) (2002). Investigaciones en Derechos Humanos con énfasis en Desplazamiento Forzado. Fase II. Informe Final. Cali: Centro de Investigaciones y Documentación Socioeconómica CIDSE.

DORADO, Mauricio (2004). Radio **Payumat**: una experiencia de comunicación en la zona norte. 197 f. Trabalho de graduação (licenciatura em Ciências Sociais)-Sede Toribio, Ciências Sociais com ênfase em antropologia. Universidade Pontifícia Bolivariana. Instituto Missioneiro de Antropologia, Toribio.

ECHANDÍA, Camilo (1999). *Geografía del conflicto armado y las manifestaciones de la violencia en Colombia*, Bogotá: Escritório do Vicepresidente.

ESCOBAR, Arturo; ALVAREZ, Sonia; DANIGNO, Evelina (2001). **Política Cultural y Cultura Política**. Edición en español. Colombia: Taurus.

ESPINOZA, Rubén Darío (2003). **El Gobierno Comunitario de los Territorios indígenas del norte del Cauca colombiano**. Norte del Cauca: CODACOP. 258 p.

FINDJI, María; ROJAS, José (1985): **Territorio, economía y sociedad Páez**. Medellín, Litoimpresos. 334 p.

GILHODES, Pierre (1989). La cuestión agraria en Colombia (1958-1985). In: TIRADO MEJIA, Alvaro (coord.). **Nueva Historia de Colombia**. Bogotá: Planeta Colombiana. T. III, p. 348-349.



GONZALEZ, Nidia Catherine (2006). **Resistencia indígena: Alternativa en medio del conflicto colombiano**. Cali: Sello Editorial Javeriano. 207 p.

GROSS, Christian (1991). **Colombia indígena: Identidad Cultural y Cambio Social**. (Bogotá: Fondo Editorial Cerec)

\_\_\_\_\_ (1997). Indigenismo y etnicidad: el desafío neoliberal. In: Sotomayor, M.L. **Modernidad, Identidad y Desarrollo**. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología.

HERNÁNDEZ, Jorge (2003). La resistencia civil en caliente: una contribución a la pacificación del conflicto en Colombia. **Sociedad y Economía**, Cali, v.1, n. 2.

\_\_\_\_\_ (2004). Repertórios, marcos y entramados de resistência civil em Colômbia: Los prêmios nacionales de paz, 1999-2000. In: CASTILLO, Luis Carlos (comp). **Colombia a comienzos del nuevo milenio: VIII Coloquio Nacional de Sociología**. Cali: Universidad del Valle.

HURTADO, Teodora (2004). Políticas y movimiento social negro agrario en el norte del Cauca. In: BARBARY, Olivier; URREA, Fernando (editores). **Gente Negra en Colombia**. Medellín: Editorial Lealon.

\_\_\_\_\_ (1995). El desarrollo histórico del campo colombiano. In: MELO, Jorge Orlando. (Coord). **Colombia hoy: perspectivas hacia el siglo XXI**. Bogotá: Tercer mundo. TM. p. 257-307.

MONDRAGÓN, Héctor (2003). Colombia: o mercado de tierras o reforma agraria. In: BARROS, Flavia; SAUER, Sérgio; SCHWARTZMAN, Stephan (org). **Os impactos negativos da política de reforma agrária de mercado do Banco Mundial**. Brasília, Rede Brasil sobre Organizações Financeiras Multiraterais/MST/Via Campesina/FIAN/Environmental Defense/CPT.

\_\_\_\_\_ (2006). Efectos del modelo autoritario de Álvaro Uribe Vélez en los derechos de los campesinos. In: SUÁREZ, Jesús Aníbal. **El Campo una carta por jugar**. Disponible en: [http://www.derecho.unal.edu.co/documentos/catedra\\_JEG/Bibliografia/EI%20Campo\\_Una%20carta%20por%20jugar.pdf](http://www.derecho.unal.edu.co/documentos/catedra_JEG/Bibliografia/EI%20Campo_Una%20carta%20por%20jugar.pdf). Acceso em: julio 2007.

MUNCK, Gerardo (1997). Formação de Atores, Coordenação Social e Estratégia Política: Problemas Conceituais do Estudo dos Movimentos Sociais. **Dados**, v. 40 n. 1 Rio de Janeiro.

ORTIZ, Carlos H (1999). Coyuntura Económica del Cauca: 1988-1998. In: GUZMÁN, Alvaro (coord). **Cuatro ensayos de coyuntura: Valle y Cauca a fines del s.XX**. Cidse-Cerec.

PÉCAUT, Daniel (1997). Pasado, Presente y Futuro de la violencia. **Análisis Político**, n. 30, p. 1-43, jan/abr.

\_\_\_\_\_ (1999). Los desplazados: Un problema social y político. **CODHES Informa**, Bogotá, n. 23, out.

\_\_\_\_\_ (2004) Conflictos armados, guerras civiles y política: Relación entre el conflicto colombiano y otras guerras internas contemporáneas. In: CASTILLO, Luis Carlos (comp). **Colombia a comienzos del nuevo milenio: VIII Coloquio Nacional de Sociología**. Cali: Universidad del Valle.

PEÑARANDA, Ricardo (2006). Resistencia Civil y Tradiciones de Resistencia en el Suroccidente Colombiano. In: GUTIERREZ, Francisco (ed.). **Nuestra Guerra Sin Nombre: Transformaciones del Conflicto en Colombia**. Bogotá: Grupo Editorial Norma.

PIZARRO, Eduardo (1989). Los orígenes del movimiento armado comunista en Colombia (1949 – 1966). **Revista Análisis Político**, Bogotá, n. 7, p. 7-31, mai/ago.

REYES, Alejandro (1987). La violencia y el problema agrario en Colombia. In: Bustamante Roldán, Jorge, (comp). **Seminario Internacional de economía campesina y pobreza rural**. Bogotá: Ministerio de Agricultura, Fondo de Desarrollo Rural Integrado, DRI, p. 394-412

ROJAS, José María (1994). El campesinado en la formación territorial del suroccidente colombiano. In: SILVA, Renán José (Editor). **Territorios, Regiones y Sociedades**. Colombia: Presencia, p. 246.

SEGURA, Nora; CAMACHO, Álvaro (2004). Coyuntura crítica y cambios sociales: Algunas estrategias de supervivencia y resistencia em Colômbia. In: CASTILLO, Luis Carlos (comp). **Colombia a comienzos del nuevo milenio: VIII Coloquio Nacional de Sociología**. Cali: Universidad del Valle.

SOTOMAYOR, María Lucía (1998). **Modernidad, Identidad y Desarrollo**. (Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología)

TARROW, Sydney (1997). **El Poder en Movimiento**: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. España: Alianza Editorial.

WILCHES-CHAUX, Gustavo (2005). **Proyecto Nasa**: La Construcción del Plan de Vida de un Pueblo que Sueña. Bogotá: PNUD. 159 p.

ZAMOSC, Leon (1986). **The Agrarian Question and the Peasant Movement in Colombia**. New York: Cambridge University Press. 289 p.